Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro

Marina Letti Marcucci

Manuel Odorico Mendes e a tradução dos clássicos
Os paratextos em um Virgílio Brasileiro

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Henrique Estrada Rodrigues

Rio de Janeiro
Setembro de 2017

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro

Marina Letti Marcucci

Manuel Odorico Mendes e a tradução dos clássicos
Os paratextos em um Virgílio Brasileiro

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Henrique Estrada Rodrigues
Orientador
Departamento de História - PUC-Rio

Prof. Rodrigo Turin
Departamento de História - UNIRIO

Profa. Andréa Sirihal Werkema
Instituto de Letras – UERJ

Prof. Augusto Cesar Pinheiro da Silva
Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2017

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Marina Letti Marcucci

Graduou-se em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Bacharelado, 2014). Tem como área de pesquisa Teoria da História e Historiografia Brasileira e seus interesses acadêmicos estão focados na teoria da tradução e na literatura brasileira do século XIX.

Ficha Catalográfica

Marcucci, Marina Letti

Manuel Odorico Mendes e a tradução dos clássicos. Os paratextos em um Virgílio Brasileiro / Marina Letti Marcucci ; orientador: Henrique Estrada Rodrigues.
– 2017.
131 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2017.

1. História –Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Manuel
Odorico Mendes. 4. Virgílio Brasileiro. 5. Tradução. 6. Emulação. 7. Clássicos. I. Rodrigues, Henrique Estrada. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Manuel Odorico Mendes e a tradução dos clássicos. Os paratextos em um Virgílio Brasileiro.

CDD: 900

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Para Claudia e Milton

Agradecimentos

Lenine canta uma frase que muito me representa: “o que eu sou, eu sou em par”. Logo, escrever uma dissertação – como tudo na vida – não seria possível em completa solidão. O trabalho de conclusão de um Mestrado foi muito mais difícil do que eu imaginava e foi fácil ceder às armadilhas do caminho. Graças aos meus, pude atravessar a linha de chegada, mesmo com os percalços do trajeto. E é para e por eles que agradeço.

Agradeço à minha mãe, que sempre acreditou. Desde o processo, foi ela quem me fez entender que eu sou capaz de ser e fazer o que eu quiser. Minha companheira *full time* de lamentações e sucessos, é por ela que eu brindo diariamente. É por ela que eu continuo buscando me encontrar no meu próprio caminho.

Agradeço ao meu pai, que me ensina a ser a melhor pessoa que posso ser. É por ele que procuro me desenvolver todos os dias enquanto profissional e ser humano. Não há distância que diminua minha admiração e amor profundos.

Agradeço ao Roberto, que se disponibilizou com todo o suporte da vida acadêmica. Pelas conversas regadas de bom vinho e pelo apoio incondicional e diário.

Agradeço à Tatiana, que compartilhou comigo todos os percalços e as vitórias do meu trabalho. Devo muito que eu sou e o que eu fiz a ela, que me deu de presente uma das amizades mais bonitas que já vivi.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Agradeço aos meus amigos e familiares que, de alguma maneira, nunca deixaram a peteca cair. A torcida constante foi fundamental para que eu não tropeçasse nas pedras do caminho. Seja com cerveja, um abraço ou gargalhadas, o amor dos nossos é sempre imprescindível.

Agradeço ao Daniel, que me ajudou técnica e pessoalmente durante o processo, me auxiliando com a experiência e as incessantes conversas a respeito da profissão e vida que compartilhamos.

Agradeço aos companheiros de Mestrado, que compartilharam comigo momentos acadêmicos e diários. A caminhada não é a mesma sem os pares.

E, por fim, agradeço ao meu orientador Henrique Estrada Rodrigues, que se disponibilizou para o Odorico tanto quanto eu. Que caminhou comigo do início ao fim. É um privilégio trabalhar com um profissional que já admirava. Agradeço por compartilhar comigo a sua bagagem e pela exigência durante todo o processo.

Agradeço também à banca, Andrea Werkema e Rodrigo Turin, que foram fundamentais durante o processo após a qualificação. Agradeço especialmente o professor da UNIRIO, Rodrigo Turin, por me orientar durante a graduação e por despertar em mim a vontade de mergulhar na historiografia brasileira do século XIX. Agradeço também ao professor Pedro Spíndola Caldas, que foi uma referência durante toda a minha graduação e, certamente, durante toda a minha carreira enquanto Historiadora.

Agradeço, ainda, à PUC-Rio e à CAPES por me concederem a bolsa de estudos durante o trajeto e por todo o apoio estrutural necessário para a conclusão dele.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Resumo

Marcucci, Marina Letti. Rodrigues, Henrique Estrada. **Manuel Odorico Mendes e a tradução dos clássicos. Os paratextos em um Virgílio Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2017. 131p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

No Brasil oitocentista, além do desenvolvimento de uma literatura preocupada em pensar os elementos nacionais, é possível identificar a tradução dos clássicos com objetivo de instruir a sociedade letrada. Manuel Odorico Mendes foi significativo para esse movimento, optando pela tradução e emulação de Virgílio e Homero a fim de utilizá-los como ferramenta para um projeto político-pedagógico de formação. O maranhense foi o primeiro tradutor integral dos poetas latino e grego no Brasil e desenvolveu pequenos ensaios com considerações teóricas e historiográficas, ainda que não de forma sistemática, sobre a língua portuguesa, a tradução e os antigos. Suas notas são um ato de linguagem que, em conjunto com o material traduzido, podem ser entendidas como um manual de instrução para os letrados do novo cenário do Brasil do século XIX.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Palavras-chave

Manuel Odorico Mendes; *Virgílio Brasileiro*; Tradução; Emulação; Clássicos.

Abstract

Marcucci, Marina Letti. Rodrigues, Henrique Estrada (advisor). **Manuel Odorico Mendes and the translation of the classics: the paratexts in a Brazilian Virgil.** Rio de Janeiro, 2017. 131p. MSc. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In nineteenth-century Brazil, in addition to the development of a literature concerned with the national elements, it is possible to identify the translation of the classics in order to instruct the literate society. Manuel Odorico Mendes was significant for this movement, opting for the translation and emulation such as Virgil and Homer in order to use them as tools for a political-pedagogical project of formation. Odorico Mendes was the first integral translator of the Latin and Greek poets in Brazil and developed essays that accompanied his translations. His notes are an act of language that, together with the translated material, can be understood as an instruction manual for the literates of the new scenario of nineteenth century in Brazil.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Keywords

Manuel Odorico Mendes; *Virgílio Brasileiro*; Translation; Emulatio; Classics.

Sumário

1. Introdução 11
1.1 Tradução no século XIX 12
1.2 Manuel Odorico Mendes 15
1.3 Recepção das traduções de Odorico Mendes 24
1.4 Manuel Odorico Mendes neste trabalho 30

2. Os antigos na sociedade de Odorico Mendes 34
2.1 A querela entre antigos e modernos 34
2.2 A querela, a tradução e a *bildung* 39
2.3 O clássico 42
2.4 Odorico: tradutor dos clássicos 44
2.5 Os antigos e a literatura brasileira 51
2.5.1 Atenas Brasileira 56
2.5.2 A épica no Brasil romântico 61
2.6 Destacando o lugar de Virgílio 64

3. As notas de um Virgílio Brasileiro oitocentista 69
3.1 Paratextos 69
3.2 Retórica 72
3.2.1 Retórica no Brasil do século XIX 73
3.3 Virgílio de Odorico Mendes 75
3.4 O Virgílio Brasileiro 78
3.5 Características da tradução 84
3.6 As notas 92
3.6.1 Referências a outros tradutores e linguistas 96
3.6.2 Interpolação 99
3.6.3 Comentários a respeito da literatura e das línguas portuguesa, grega e latina 101
3.6.4 Comentários sobre tradução 102
3.6.5 Comentários aproximando o Brasil da antiguidade 103
3.6.6 A retórica do elogio em Virgílio e Eneias 109
3.7 A análise por Genette 112

4. Conclusão 114

5. Referências bibliográficas 121

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

"O homem é um ser que se criou a si próprio ao criar uma linguagem. Pela palavra, o homem é uma metáfora de si próprio".

Octavio Paz. *O arco e a lira,* 2012.

"O movimento espiritual, que se está operando em nossa terra é surpreendente. Nestes últimos trinta anos, o destino colou, no Maranhão, os maiores homens do Brasil. Até parece uma ressureição dos tempos luminosos de Atenas. E a geração intelectual, que atualmente floresce na nossa província, destaca-se pela quantidade e pela qualidade. É Sotero dos Reis, o mais respeitável filólogo que até hoje o Brasil produziu. É Odorico Mendes, o maior de todos os humanistas brasileiros. É João Lisboa, o nosso harmonioso João Lisboa, o mais fino e o mais límpido prosador de crônicas históricas (...). Quando e onde se viu no Brasil tão bela constelação de astros tão cintilantes?"

Viriato Corrêa, *Atenas Brasileira,* 2001.

"A história é o lugar da encarnação da palavra poética"

Octavio Paz. *O arco e a lira*, 2012.

1.
Introdução

O papel da tradução no desenvolvimento de políticas que pensavam a independência do Brasil no século XIX é ainda pouco abordado nos temas da historiografia brasileira. A atuação da primeira tradução integral de duas das maiores obras clássicas da literatura ocidental para o português do Brasil tampouco é abordada com a importância devida.

Quando decidi por me aprofundar em Manuel Odorico Mendes, não sabia da magnitude de seu projeto e da paixão que seria responsável em despertar em mim ao ir de encontro com todo o material que deixou escrito. Odorico Mendes, maranhense e membro da chamada *Atenas Brasileira*, foi um cidadão ímpar no conjunto de letrados do período que pensavam a construção de um país independente. Fascinante jornalista e político, Odorico Mendes foi objeto de estudo enquanto figura pública, mas pouquíssimo como tradutor e arquiteto de um projeto de tradução nos moldes que pensei durante o desenvolvimento deste trabalho.

Além da magnitude de seu projeto e de sua personalidade, me senti privilegiada pelo acesso às traduções de Odorico e por todo o contexto maranhense em que estava inserido. Enquanto historiadora, muito me incomoda a preferência da historiografia brasileira pelo sul e sudeste e, então, a negligência de outras regiões do país, quando não para pensar os intelectuais de maior destaque político e literário. Logo, estar em contato com uma *Atenas Brasileira* me enriqueceu pessoal e profissionalmente.

Meu objetivo é recuperar os paratextos que acompanham as traduções de Odorico e que, em conjunto, florescem como ensaios de filologia, história e literatura. O maranhense desenvolveu um material para ser disponibilizado como um curso de latim e de língua portuguesa. Foi tradutor das *Bucólicas*, das *Geórgicas* e da *Eneida* de Virgílio e da *Ilíada* e da *Odisseia* de Homero, sendo o enfoque deste trabalho a tradução do poeta latino, que teve as obras compiladas em um volume intitulado *Virgílio Brasileiro*. A análise de sua fortuna crítica, de seus paratextos, de suas traduções e de sua trajetória como político, jornalista e tradutor me

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

permitiu refletir a respeito do projeto de Odorico Mendes em contribuir para o desenvolvimento do Brasil independente através do acesso aos clássicos da antiguidade.

1.1
Tradução no Brasil do século XIX

O impacto da tradução na formação da literatura brasileira é ainda negligenciado para o enfoque a respeito da construção de uma literatura nacional. Não obstante, o momento de afirmação de representatividade enquanto país singular também está diretamente conectado com a capacidade de absorver a cultura estrangeira – à sua maneira, com seus valores e sua linguagem. Os tradutores são, assim, profissionais responsáveis por novos recursos linguísticos e por promover o acesso a obras universais fundamentais para a formação de uma civilização. Segundo Chales Nama em *Os tradutores na história* (1998), a tradução não é uma atividade isolada durante a construção de um cenário independente. O ato de traduzir está, na maioria dos casos, associado a projetos nacionalistas com patrocínio do Estado (NAMA apud DESLILE e WOODSWORTH, 1998, p. 37). Judith Woordsworth afirma que, em todos os casos de desenvolvimento de línguas nacionais, a tradução forneceu modelos e serviu de inspiração para poesias e romances locais:

> A tradução se faz dentro de um determinado contexto, e seus momentos culminantes estão fundamentados na história. O surgimento de uma literatura acontece sempre em relação a uma outra; trata-se de uma diferenciação, daí a relação entre centro e margens, entre cultura dominante e as culturas de menor peso (WOODSWORTH, 1998, p. 80).

No Brasil não foi diferente. O século XIX assistiu a uma mudança no que era lido pela elite letrada do país e, especialmente no pós-independência, as traduções foram importantes para o desenvolvimento da própria literatura nacional. Segundo Dennys Reis em *Impactos da tradução escrita no Brasil do século XIX* (2015), a transferência da Família Real em 1808 para o Brasil estimulou o desenvolvimento de uma imprensa nacional, além de promover o hábito – até então europeu – de ler e adquirir livros, consolidando um público leitor (REIS, 2015, p. 34). Reis revela que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

o surgimento de tipografias e livrarias estimulou a publicação de traduções. A primeira tipografia responsável por traduzir livros estrangeiros foi a *Silva Serva*, seguida da *Baptiste Louis Garnier* responsáveis por um extenso programa de publicação de traduções (REIS, 2015, p. 34). Ainda que a maioria delas fosse impressas na França e não no Brasil, por conta do alto valor da impressão, o mercado consumidor era amplo o suficiente por aqui.

Lia Carneiro Wyler em *A tradução no Brasil: ofício invisível de incorporar o outro* (1995), afirma que a abertura dos portos em 1808 propiciou, além da circulação de livros, a tradução deles do francês e do inglês para o português. A Imprensa Régia reimprimiu no Rio de Janeiro mais de 20 obras clássicas traduzidas para o português – de Portugal – entre 1810 e 1818, tanto de antigos como é o caso de Virgílio, como dos modernos, tais como Racine, Alexander Pope, Voltaire e Jacques Delille (WYLER, 1995, p. 10).

Dennys Reis aponta que o volume de traduções também aumentou na primeira metade do século XIX, especialmente de obras técnico-científicas com foco em assuntos médicos e militares. Destaca a *Tipografia do Arco do Cego*, que deixou um legado de traduções de centenas de livros voltados para a instrução dos agricultores do Brasil:

> A instrução pública foi uma das maiores esferas da tradução técnico-científica em pleno Brasil Império. Inúmeros foram os opúsculos, compêndios didáticos, dicionários, gramáticas, glossários, regimentos, coleções, atlas e tratados traduzidos que beneficiavam desde o nível de ensino mais básico até o superior (REIS, 2015, p. 35).

Também no campo do teatro, a dramaturgia estrangeira teve uma influência significativa no pós-independência. Em 1843, foi criado o Conservatório Dramático Brasileiro, uma instituição com objetivo de filtrar a produção teatral na Corte. Sua primeira fase, de 1843 até 1864, de acordo com Louise Gabler, envolvia uma sociedade de letrados que censurava, quando oportuno, os textos de dramaturgia a serem encenados na capital do Império. Gabler afirma que a fundação da instituição pode ser entendida como parte do projeto cultural de instruir a sociedade através da reprodução de valores morais vindos da Europa. A censura se apresentava imprescindível para garantir que os valores compatíveis com a política do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Segundo Reinado fossem disseminados e os incompatíveis, eliminados[1]. Logo, definir quais as peças estrangeiras que seriam traduzidas e então encenadas era um claro instrumento de afirmação de poder e de delimitação de qual mensagem poderia ser absorvida pelo publico brasileiro do período.

Além do teatro, os periódicos também eram um espaço notável para as traduções oitocentistas no Brasil. Pina Coco em *Traduttore, Traditore: as traduções brasileiras dos romances-folhetins na imprensa carioca do século XIX* (2005) revela que, durante o Segundo Reinado, a publicação de traduções de folhetins, francesas em sua maioria, era intensa (COCO, 2005, p. 80). Coco afirma que raramente os tradutores tinham sua identidade revelada e que os jornais prometiam aos assinantes traduções de romances em folhetins, tais como de *El verdugo* de Balzac ou de *A dama das camélias* de Alexandre Dumas. Algumas eram interrompidas porque o tradutor abandonava o trabalho pela baixa remuneração e outras serviam como estratégia para a venda do livro completo posteriormente (COCO, 2005, p. 81).

Segundo Camyle Silva em *Transferências culturais via tradução nas revistas O Archivo (1846) e Revista Americana (1847 – 48)* (2016), a imprensa periódica brasileira do século XIX foi palco de transferências culturais no que diz respeito à circulação do conhecimento (SILVA, 2016, p. 1). Com o aumento gradativo do público leitor, a demanda pela absorção de informações vindas da Europa crescia concomitantemente. A tradução foi responsável pela circulação das ideias do ocidente e pela conexão entre o Brasil e a modernidade europeia. A mediação cultural através do acesso à literatura universal era fundamental, permitindo a identificação do leitor brasileiro com a cultura civilizada, mas em sua própria língua:

> Com a importação de correntes literárias e novos elementos estéticos e discursivos, a tradução não apenas propiciou a consolidação da literatura brasileira no século XIX, como também a popularização da imprensa nacional, com a publicação de folhetins e romances traduzidos, destinados a fortalecer o mercado editorial e a fidelizar o público leitor (REIS, 2012, p. 6).

[1] Artigo escrito pela autora retirada do site do Arquivo Nacional, com título de "Conservatório Dramático Brasileiro", < http://linux.an.gov.br/mapa/?p=8897>

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

A tradução, assim, estava inserida no contexto literário do Brasil do século XIX. Também seus discursos sobre a prática estavam incorporados direta ou indiretamente na argumentação da elite letrada oitocentista:

> Por vezes tais gêneros textuais vinham carregados dos discursos do próprio tradutor com desculpas por palavras intraduzíveis ou buracos de tradução, comentários sobre tal trecho/texto, explicações para um novo vocábulo até então inexistente em português, mas oriundo do ato tradutório (REIS, 2015, p. 49).

As traduções de grandes obras para o português, agora em um Brasil independente, eram importantes para garantir a identificação do leitor com enredos da literatura universal do Ocidente. Isso significava inserir a boa sociedade na gama de leituras propostas pelo mundo civilizado. As traduções, assim, faziam parte do projeto de desenvolvimento e afirmação da independência intelectual, como veremos ao longo deste trabalho com o caso das traduções de Odorico Mendes. Antônio Cândido em *Formação da Literatura Brasileira* (2000) destacou que os intelectuais oitocentistas do Brasil tinham por objetivo exprimir uma nova ordem de sentimentos pautada no orgulho patriótico, o desejo de desenvolver uma literatura diversa e independente e todos tinham uma noção de que sua atividade intelectual seria capaz de construir o país: "Manteve-se durante todo o Romantismo este senso de dever patriótico, que levava os escritores não apenas a cantar a sua terra, mas a considerar as suas obras como contribuição ao progresso" (CÂNDIDO, 2000, p. 340). Para Cândido, cada letrado brasileiro imaginava sua fórmula ideal de fundação (CÂNDIDO, 2000, p. 343). Mas, enquanto autores como Gonçalves de Magalhães e José de Alencar escreviam poemas épicos nacionalistas como um caminho para fundação, Odorico Mendes desenvolvia um projeto político-pedagógico na tradução dos maiores clássicos da literatura ocidental: Virgílio e Homero.

1.2
Manuel Odorico Mendes

Manuel Odorico Mendes nasceu em São Luís, na província do Maranhão em 24 de janeiro de 1799, em uma família tradicional da região.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

É o primeiro homenageado de Antônio Henriques Leal no seu panegírico aos maranhenses, *Pantheon Maranhense*[2], publicado em 1873. Leal produziu uma completa biografia de Odorico e publicou, de maneira inédita, alguns de seus trabalhos poéticos.

De acordo com Leal, Odorico Mendes escreveu os primeiros versos aos 13 anos de idade, depois de presenciar um açoite a um escravo em praça pública. O poema carrega indignação e comoveu o professor de latim Sebastião David que lhe incentivou a continuar escrevendo e cursar suas aulas, ainda que de maneira precoce (LEAL, 1873, p. 8). Em 1816, Odorico embarcou para Coimbra para estudar medicina, como era de praxe entre os filhos da elite do Brasil, especialmente do Maranhão. Entretanto, consolidou seus conhecimentos nas humanidades ao matricular-se nos cursos de Filosofia Racional e de Grego. Entre os maranhenses que estudaram na Universidade de Coimbra, estava o amigo Gonçalves Dias. Foi lá que, segundo Antônio Henriques Leal, ambos aprenderam o bom gosto pela leitura dos clássicos (LEAL, 1873, p. 165).

No final de 1823, Odorico voltou ao Brasil após a morte de seu pai. Rodrigo Petrônio em *Odorico Mendes: sócio correspondente, cadeira 17, patrono* (2013), afirmou que o maranhense não voltou para Portugal para finalizar os estudos quando se deparou com a complexa situação política do Brasil, especialmente do Maranhão. Sentiu-se capaz de contribuir para o cenário que encontrou (PETRÔNIO, 2013, p. 9). Em 1825, Odorico lecionava retórica em São Luís e entrou para a vida pública ao fundar o periódico *Argos da Lei.* Segundo Sebastião Jorge em *Política movida a paixão* (2000), o periódico de Odorico foi o primeiro a circular com objetivo de cuidar dos interesses maranhenses e debater contra os que queriam a recolonização do país após os eventos de 1822. Como veremos no primeiro capítulo deste trabalho, a província do Maranhão tardou a reconhecer a separação com Portugal, gerando um forte debate entre os intelectuais da região, entre eles Odorico Mendes. Esse debate teve estopim com a publicação de *O Conciliador* em 1821, financiado pelo

[2] Durante o trabalho, uso a versão digitalizada da obra, cuja edição é a de 1873. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518661> Acesso em 05 de outubro de 2015.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, fazendo de São Luís a 4ª capital com imprensa regional no país.

Em *A nação pensada por Odorico Mendes no Argos da Lei* (2007), Roni César Andrade de Araújo (2007), afirmou que a independência do Brasil não proporcionou o surgimento imediato de um consenso em relação ao que seria o Estado Nacional. Era necessário superar as singularidades regionais para conceber a ideia de unidade (CÉSAR, 2007, p. 2). Ainda que Odorico Mendes, em seus primeiros anos de vida pública, trabalhasse em prol da estabilidade política do Maranhão, assim o fazia pensando no Brasil e na ideia de unidade necessária para o desenvolvimento do país. Sua posição contrária aos que defendiam uma obediência à constituição portuguesa reiterava seu desejo de um Estado governado por e para os brasileiros.

É interessante a análise da contribuição do maranhense já na década de 1820. Segundo Theodore Peterson, a imprensa pode ser o melhor instrumento de esclarecimento da mente humana e do desenvolvimento do homem como um ser racional, moral e social (PETERSON apud JORGE, 2000, p. 43). Odorico buscou colaborar com a emancipação política e intelectual do Brasil através do jornalista e, em 7 de janeiro de 1825, escreveu: "Não há correia que encante mais, quando se deseja prestar serviços ao seu país, do que é a do jornalista. É nessa tribuna universal que se desafogam os sentimentos que borbulham no peito do verdadeiro patriota" (ARGOS DA LEI, n. 4, 1825, p. 20)[3].

À época, o periódico *Censor Maranhense*, que também começou a circular em 1825, conflitava com o de Odorico, uma vez que tinha como discurso jurar a uma constituição de Portugal, defendendo o restabelecimento com a antiga metrópole. Os jornais dividiram a população entre defensores de portugueses e brasileiros e Odorico mostrava-se inclinado a enaltecer os valores de sua terra através do discurso. Protagonizava debates polêmicos e por vezes com agressividade com os seus contrários. Raimundo Carvalho em *Uma tradução odoricana de*

[3] Periódico disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749486&pesq=> Acesso em 09 de janeiro de 2015.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Voltaire frente do Brasil Império (2015) revelou ser Odorico Mendes famoso pela eloquência, com discursos de oposição a qualquer governo de matriz absolutista (CARVALHO, 2015, p. 60). Antônio Henriques Leal afirmou que a veia polemista devia-se à paixão pelo país e era, assim, "natural em quem tinha amor entranhado pela pátria e pelas instituições livres" (LEAL, 1873, p. 25).

Rodrigo Petrônio relata que as décadas de 1820 e 1830 foram períodos de guerra entre os jornalistas, gerando o que ele chama de "guerrilha da escrita" e caracteriza Odorico Mendes como uma das figuras mais multifacetadas da História das Ideias do Brasil (PETRÔNIO, 2013, p. 5):

> Odorico não logo toma pé na circulação de ideias, como rapidamente se transforma em um dos mais importantes jornalistas da região, protagonizando o inicio da verdadeira renovação da imprensa maranhense, que se aprofundaria nas décadas seguintes (...) (PETRÔNIO, 2013, p. 10).

É possível identificar a inclinação de Odorico Mendes aos clássicos já em 1825, através de análise do título do seu periódico: Argos Panoptes trata-se de um personagem da mitologia grega, extremamente forte e com múltiplos olhos disseminados pelo corpo, metade deles sempre abertos[4]. Simbolizava a vigilância de Odorico frente aos que tinham por objetivo sabotar o desenvolvimento do Brasil agora independente.

Em *Argos da Lei*, ainda que protagonista de debates acalorados com os adversários, Odorico Mendes foi um defensor da moderação no tratamento com os portugueses que viviam no Maranhão, uma vez que os ânimos de seus conterrâneos favoráveis à independência do Brasil estavam exaltados. Mendes entendia os portugueses que ali viviam como irmãos, merecendo um tratamento a altura, desde que jurassem a uma constituição brasileira. Ainda assim, Odorico deixava clara a separação necessária da antiga metrópole: "perigosíssimo acostumar os brasileiros a serem chamados de portugueses de hoje em diante: querem adoçar o termo, e dar-nos a beber o veneno" (ARGOS DA LEI, n. 6, 1825). Roni César discorre que Odorico exaltava-se contra a democracia por entender os brasileiros

[4] Retirado de KURY, Mário da Gama. Dicionário de mitologia grega e romana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 43.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

ainda despreparados intelectualmente:

> Escrevendo num tom pedagógico, buscava convencer que o poder nas mãos do povo era sinônimo de desorganização e anarquia, porquanto ao assumir o poder entregava-se a devaneios e delírios capazes de provocar uma cabal desorganização do aparelho estatal (CÉSAR, 2007, p. 5).

Odorico, através do periódico, colocava-se a serviço do desenvolvimento do país: "Para ver se cumpro com a vontade de ser útil ao meu país e para ceder ao voto de muitos patrícios meus, por extremo desejosos de que apareça pela primeira vez, um periódico publicado por um filho desta província" (ARGOS DA LEI, n. 18, 1825).

O periódico, publicado as terças e sextas-feiras, garantiu a Odorico Mendes popularidade no Maranhão. Em 1826 foi eleito deputado da primeira Assembleia Legislativa do Brasil e em 1830 se mudou para o Rio de Janeiro depois de sua reeleição. A partir daí, contribuiu para periódicos também no sudeste, como o *Clube Aurora, Jornal do Commercio, Farol Paulistano, Astrea*, componentes do cenário de abdicação de Dom Pedro I. Em 1831, com a Regência, Odorico recusou ser ele mesmo um dos representantes do governo, mas foi um dos personagens que exerceu influência na escolha dos seus componentes, defendendo a monarquia e uma reforma constitucional. Américo Lacombe declarou que Odorico julgava, àquela época, a república inviável por medo de fragmentação do território brasileiro e pela falta de educação industrial do país (LACOMBE, 1989, p. 5). Segundo Antônio Henriques Leal, Odorico era republicano, mas entendia que a falta de instrução e o atraso moral eram elementos prejudiciais à instauração de uma república naquele período (LEAL, 1873, p. 30). Rodrigo Petrônio também afirma que Odorico recusava seus ideais republicanos por entender o Brasil despreparado moral e intelectualmente, acreditando na condução dos letrados para preparar a população para o exercício da política e definia-o como um liberal moderado (PETRÔNIO, 2013, p. 13). Na década de 1830, Odorico Mendes participou, em conjunto com Araújo Porto-Alegre, grupo político cujo principal nome era Paulo Barbosa da Silva, seu amigo. O grupo, que surgiu após a abdicação de Dom Pedro I, trabalhava em prol da coroação de Dom Pedro II e era liderado por Aureliano Coutinho, denominado

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

pejorativamente de *Clube da Joana*.

Enquanto poeta, Odorico Mendes dispõe de um escasso material. *Hino à tarde* é a mais conhecida de suas poesias e uma das poucas obras sobreviventes de um furto que sofreu na Bahia, onde perdeu a maioria de seus escritos (AMARAL, 1913, p. 8). A poesia foi publicada em 1844 no periódico *Minerva Brasiliense*, em 1861 na antologia poética *Parnaso Maranhense* e dois anos depois no *Brésil Littéraire* de Ferdinand Wolf. Na antologia poética, o poema *A Morte*, também conhecido com o título de *O Sonho*, também foi publicado.

Odorico seguiu a carreira parlamentarista no Segundo Reinado e foi eleito deputado pela província de Minas Gerais em 1844. Um ano depois apresentou um projeto reformador das regras eleitorais na Assembleia Legislativa em conjunto com o amigo Paulo Barbosa da Silva, em que defendiam maior participação popular na política. De acordo com a Constituição Outorgada de 1824, apenas uma parcela da população poderia votar ou se candidatar, preenchendo o pré-requisito de comprovação de posse mínima. A proposta de Odorico visava diminuir este valor e foi assinada por Dom Pedro II em 1864.

Depois de vinte anos de carreira política no Brasil, Odorico Mendes decidiu se mudar com a família para a França. Na Europa, o maranhense dedicava-se exclusivamente ao ofício de traduzir. Até então, já havia traduzido Voltaire na década de 1830: *Mérope* e *Tancredo* em 1831 e 1839, respectivamente. Esse trabalho, paralelo à sua atividade política, pode ser entendido como um embrião do processo posterior de tradução do maranhense. Veremos as traduções de Voltaire no primeiro capítulo deste trabalho. De acordo com Antônio Medina Rodrigues, Odorico já havia traduzido também o Livro IV da *Eneida* no Rio de Janeiro em 1839, mas não há fácil acesso ao material (RODRIGUES, 1992, p. 26). Em 1843, Odorico publicou no periódico *Minerva Brasiliense*, a tradução do Livro I da *Eneida*, nos números 3 e 4, como veremos no segundo capítulo. Mas foi em 1847, quando se mudou para Paris, que Odorico Mendes dedicou-se exclusivamente à carreira de tradutor. Segundo Antônio Henriques Leal, os intervalos de Odorico eram exclusivamente para debater a respeito das traduções com seus amigos, tais como Caetanos Lopes de Moura, Paulo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Barbosa da Silva, Gonçalves Dias e Joaquim Caetano da Silva (LEAL, 1873, p. 55).

A publicação de *Eneida Brasileira* em 1854 foi, segundo o panegírico, um "memorável acontecimento para as letras pátrias" (LEAL, 1873, p. 55). Antônio Medina destacou que a tradução esgotou-se em quinze dias (RODRIGUES, 1992, p. 26). Em 1858, Odorico publicou *Virgílio Brasileiro*, uma compilação das três principais obras do poeta latino, *Bucólicas, Geórgicas* e *Eneida* em um único volume, todas com numerosas notas do tradutor[5]. Depois da publicação de Virgílio, Odorico visitou o túmulo do poeta em Nápoles e viajou por todos os lugares citados por ele em sua épica.

Por motivos de saúde, Odorico se mudou para Pisa, na Itália, onde encontrou ânimo para seguir a empresa tradutória com Homero. Segundo Leal, Odorico trabalhava quinze horas por dia nas traduções do poeta grego: "Não me importo que me faça mal, contanto que eu acabe o Homero" (MENDES apud LEAL, 1873, p. 59). Terminou a tradução de *Ilíada* nos primeiros dias de 1863 e logo deu início à *Odisseia*. Dom Pedro II lhe ofereceu o cargo de funcionário do governo brasileiro no consulado da Grécia para conhecer o país enquanto concluía as traduções de Homero. Alegando remuneração insuficiente, Odorico recusou o cargo oferecido (LEAL, 1873, p. 57).

Voltou para Paris em 1863 e terminou *Odisseia* no final do ano, falecendo antes de vê-la publicada. Leal destacou que nos momentos de folga, Odorico elaborava um tratado de ortografia portuguesa. Além disso, escreveu *Opúsculo acerca do Palmeirim da Inglaterra e seu autor* (1860), onde se propôs provar que a referida obra foi composta originalmente em português e não em espanhol, como era entendida pela sociedade europeia[6]. Odorico assinou com o adendo "da cidade de S. Luís do Maranhão". Vivendo na Europa há 13 anos, a afirmação de uma autoria maranhense é bastante significativa, indicando o desejo de Odorico em não se distanciar de suas raízes. O ensaio propunha restituir a autoria que até

[5] Estou usando e cotejando a edição de 1858, disponível em <http://bit.ly/2yDKSS0> Acesso em 15 de junho de 2015.
[6] Uso a versão digitalizada. Disponível em: <http://bit.ly/2gwX6Fl> Acesso em 15 de junho de 2015.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

então era do espanhol Luiz Hurtado. De acordo com Odorico, Hurtado era o tradutor da obra portuguesa de Francisco Morais. Em *Odorico Mendes, autor do Palmeirim de Inglaterra* (2016), Raimundo Carvalho afirmou que o ensaio do maranhense foi decisivo para a solução do problema da autoria do *Palmeirim* (CARVALHO, 2016, p. 204). Odorico reconstituiu as publicações do *Palmeirim* desde seu início, três séculos antes, e escreveu uma análise técnica de erudição notável para comprovação de sua hipótese. Segundo Antônio Medina Rodrigues, o ensaio é um dos mais importantes publicados sobre o assunto, com a reunião de inúmeras fontes, tornando Odorico um dos autores das "mais espetaculares teses de filologia literária em língua portuguesa" (RODRIGUES, 1992, p. 28).

Na década de 1860, os planos do maranhense envolviam retornar ao Maranhão após a finalização das traduções de Homero. A viagem seria feita em companhia do amigo Gonçalves Dias que escreveu a Leal contando ser esse o maior desejo de Odorico, para "descansar os ossos" (LEAL, 1873, p. 65). Odorico detestava os costumes de Paris e escreveu um soneto contra o regime opressor francês para com a Itália, chamado *O trio da guerra da Itália*, sendo advertido pela polícia francesa.

Em agosto de 1865, Odorico foi a Londres com a irmã para visitar um amigo antes de retornar ao Brasil e, no trajeto de volta para o hotel, sentiu dores no peito, falecendo na mesma madrugada. A parada na capital inglesa era a última antes de embarcar no navio para o Maranhão com Gonçalves Dias (LEAL, 1873, p. 70). Leal apresentou uma carta escrita por Dias sobre a morte do amigo: "O Brasil acaba de sofrer uma perda irreparável (...). Há meia dúzia de dias havíamos ajustado partirmos ambos para Lisboa dali para o Maranhão. Voltar para o Maranhão era seu desejo mais fundo" (DIAS apud LEAL, 1873, p. 165). Dias ainda expunha que ficaria mais algumas semanas na Europa para recolher os escritos de Odorico e apoiar sua irmã nos contratempos burocrático.

Machado de Assis dedicou espaço na coluna *Ao Acaso* do *Diário do Rio de Janeiro* para comentar a morte de Odorico Mendes. Em outubro de 1864, escreveu que o maranhense era uma das figuras mais imponentes da literatura brasileira:

> Tinha o culto da antiguidade, de que era, aos olhos modernos, um

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

> intérprete perfeito. Naturalizava Virgílio na língua de Camões; tratava de fazer o mesmo ao divino Homero. De sua própria inspiração deixou famosos versos, conhecidos de todos os que prezam as letras pátrias. E não foi só como escritor e poeta que deixou um nome; antes de fazer a sua segunda *Odisseia*, escrita em grego por Homero, teve outra, que foi a das lutas politicas, onde ele representou um papel e deixou um exemplo (ASSIS, 1937, p. 50)[7].

Antônio Henriques Leal, em 1867, deputado provincial, sugeriu um decreto de lei de financiamento para os dois anos seguintes, para que dispusessem de quantia necessária para trazer da Inglaterra os restos mortais de Odorico Mendes. Deveriam ser depositados na Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, ao lado de João Francisco Lisboa e, mais tarde, também de Sotero dos Reis. Segundo José de Amaral em *A glorificação de Odorico Mendes* (1913), o tradutor só foi transportado de volta para o Maranhão 40 anos depois (AMARAL, 1913, p. 5). Na lápide de Odorico, no cemitério Kensal Green em Londres, constava: "(...) sob os títulos de Virgílio brasileiro e Homero brasileiro traduziu em verso português os dois grandes poetas" (AMARAL, 1913, p. 30).

As traduções de Homero não foram publicadas em vida por Odorico Mendes. A *Ilíada Brasileira* foi impressa em 1874, nove anos após a morte do tradutor, depois da aprovação de uma lei que liberou recursos para edição e revisão da obra pelo professor Henrique Alves de Carvalho, da Academia Maranhense de Letras. Antônio Medina Rodrigues revelou que, apesar do prefácio de João Lisboa, a obra foi negligenciada por uma edição pobre: "Creio que a precariedade da edição deva ter reforçado a má vontade com que o livro foi recebido" (RODRIGUES, 1992, p. 30). *Odisseia* foi publicada já no século XX, em 1928, abrindo a coleção da Biblioteca dos Escritores Maranhenses. Os originais da tradução estavam com o governador Urbano Santos desde a década de 1910. O político doou a obra para a Biblioteca Pública de São Luís com a finalidade de publicação através de financiamento do Congresso Maranhense (RODRIGUES, 1992, p. 30).

Em vida, Odorico assistiu a publicação da *Eneida Brasileira* e,

[7] ASSIS, Machado de. Ao Acaso – Obra Completa. Rio de Janeiro: Edições W. M. Jackson, 1937. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/cronica/macr04.pdf> Acesso em 02 de fevereiro de 2016.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

posteriormente, de *Virgílio Brasileiro* em 1854 e 1858, respectivamente. Além de não presenciar a publicação de *Homero Brasileiro*, Odorico tampouco viu seu projeto do uso das traduções nas escolas brasileiras. De acordo com Ana Marcia Barbosa dos Santos em *Sob a lente do discurso: aspectos do ensino da retórica e poética do Atheneu Sergipense (1874 – 1891)* (2010), a tradução de *Virgílio Brasileiro* consta como indicação de livro pedagógico no programa do Colégio Pedro II em 1865, além de ser material para os estudos de poética. Também foi adotado no Colégio Estadual Atheneu Sergipense, nas aulas de Retórica (SANTOS, 2010, p. 82).

Como vimos, as edições de *Eneida Brasileira* e *Virgílio Brasileiro* foram publicadas ainda na década de 1850. A edição da compilação das principais obras do poeta latino de 1858 está digitalizada e disponível em domínio público para consulta. Durante esse trabalho, utilizei majoritariamente essa edição, mas sem dispensar os ensaios de apoio e o cotejo das edições do *Grupo de Trabalho Odorico Mendes*, publicadas em 2008: *Eneida Brasileira* e *Bucólicas* pela editora *Ateliê Editorial* com comentários dos integrantes do grupo. As primeiras edições das traduções de *Ilíada* e *Odisseia* por Odorico não são de fácil acesso. Uso as reedições: a *Ilíada* foi publicada em 2010 pela editora *Ateliê Editorial,* com prefácio e comentários de Sálvio Nienkötter. Já *Odisseia* foi republicada em 1992 pela *Ars Poética,* com prefácio e comentários de Antônio Medina Rodrigues. Fiz uso destas edições quando necessário.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

1.3
Recepção das traduções de Odorico Mendes

Apesar de sua relevância no cenário político e literário brasileiro, Odorico Mendes é negligenciado no ambiente do século XIX. A dificuldade em encontrar novas edições de suas traduções indica a falta de atenção à sua empresa tradutória. Com exceção dos panegíricos dos maranhenses e das curtas notas na imprensa – como a notícia de Machado de Assis sobre sua morte – Odorico recebeu duras críticas de intelectuais como Silvio Romero e Antônio Cândido. Foi apenas na segunda metade do

século XX que foi recuperado por Haroldo de Campos. Rodrigo Petrônio propõe dois grupos de intelectuais que pensaram a obra do maranhense: os detratores e os defensores de suas traduções (PETRÔNIO, 2013, p. 23). Adiciono ainda um terceiro grupo que abarca as recepções acadêmicas de Odorico Mendes, nos anos 2000.

Alguns dos contemporâneos de Odorico Mendes deixaram suas impressões registradas. Antônio Henriques Leal apresentou uma correspondência de Araújo Porto-Alegre datada em 10 de janeiro de 1873, sobre o dia que conheceu Odorico Mendes, em 1840. O maranhense recitava uma parte de sua tradução de *Joseph* de Paul Bitaubé, cujo manuscrito se perdeu. Bitaubé era também tradutor de Virgílio para a língua francesa. Araújo Porto-Alegre revelou a Leal que, à época, Odorico trabalhava como Inspetor da Tesouraria da província do Rio de Janeiro durante as manhãs e como professor de latinidade às tardes:

> Deixou-nos poucas poesias suas; e o seu método de compor era próprio. Compunha de cor, fazendo às vezes um verso ou dois por dia; e logo que tinha a composição pronta, a escrevia sem emenda. Quantas vezes, depois de jantarmos em casa de Paulo Barbosa, e caminhando a pé e a noite pelo Aterrado, eu lhe perguntava em que altura estava o soneto, e ele logo o dizia, recitando-me o que já estava feito (PORTO-ALEGRE apud LEAL, 1873, p. 72).

Leal ainda citou trechos de impressões do austríaco Ferdinand Wolf a respeito de Odorico Mendes. Wolf se lembrava do maranhense como um homem de caráter verdadeiramente antigo por não renegar os princípios que acreditava (WOLF apud LEAL, 1873, p. 79). Declarou sua tradução da *Eneida* como a melhor em língua portuguesa (WOLF apud LEAL, 1873, p. 196). Leal também destacou as declarações de Francisco Sotero dos Reis que enalteceu o conterrâneo, descrevendo-o como um homem sem vaidades mundanas, honrando a terra que lhe deu o berço (REIS apud LEAL, 1873, p. 84).

No início do século XX, Silvio Romero e Antônio Cândido foram nomes que abarcaram o grupo de críticos das traduções de Odorico Mendes. No segundo volume de *História da literatura brasileira* (1902), Romero identificou o maranhense como um espírito conservador, elogiando-o enquanto poeta, mas criticando-o arduamente como tradutor.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Romero declarou o trabalho tradutório de Odorico como falso e extravagante, pontuando suas *monstruosidades*:

> Nas traduções dos movimentos das letras clássicas, existem três grandes questões a considerar: há o lado científico propriamente dito, isto é, os problemas de filologia, mitografia etc., que se prendem à cultura greco-romana; há a face linguística, o maior ou menos conhecimento das línguas e da respectiva literatura; há, finalmente, o prisma artístico, o talento, a capacidade poética do tradutor. O primeiro aspecto do problema foi pouco da alçada de Odorico; o segundo ele o conheceu; o terceiro faltou-lhe completamente (ROMERO, 1902, p. 466).

Romero destacou ter sido Odorico um entusiasta das letras clássicas e o responsável por iniciar essa "monomania" no Maranhão. O crítico revelou que Odorico sobrepujava o patriotismo à literatura. Tratava-se de um espírito conservador, faltando-lhe tempo para se lançar nas renovações literárias: "Sua carreira nas letras, iniciada em Portugal, foi interrompida em 1824. Quando, mais tarde, voltou a ela, achou-se com os elementos antigamente colhidos, achou-se um clássico atrasado" (ROMERO, 1902, p. 462). Romero já comentava a respeito da obsessão de Odorico ao falar de Araújo Porto-Alegre no início de *História da literatura brasileira*, acusando-o de não usar os recursos da língua portuguesa adequadamente, adquirindo uma "monomania" por termos ultrapassados, doença que tinha em comum com Odorico Mendes (ROMERO, 1902, p. 73).

Ao abordar as traduções do maranhense, Romero afirmou que a máxima severidade seria pouca para condená-las e que eram esdrúxulas, ásperas, prosaicas, obscuras, sem emoção, pedantes e injustificáveis. Discorreu sobre as traduções poéticas, que eram, no seu ponto de vista, sempre falsas, uma vez que perdem boa parte de sua essência. Novamente recorreu ao termo "monomania" ao revelar que Odorico tinha a obsessão de não exceder o número de versos de Homero e Virgílio para provar a "ideia pueril" de ser o português tão conciso quanto o grego e o latim: "O maranhense torturou frases, inventou termos, fez transposições bárbaras, uniu arcadismo e neologismo, latinizou e grecificou palavras e preposições. Abafou toda a poesia de Virgílio e Homero" (ROMERO, 1902, p. 467).

Destacou que a tradução de Homero era *cinquenta vezes* pior do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

que a de Virgílio e que era preciso fazer uso de Odorico como exemplo a ser evitado. Romero ainda afirmou sua incapacidade de ler três páginas das traduções do maranhense sem sentir enjoo (ROMERO, 1902, p. 548). No que diz respeito à vida política, Romero entendia Odorico como um discípulo da Universidade de Coimbra, um representante do "falso classicismo português de 1820" (ROMERO, 1902, p. 541).

Rodrigo Petrônio afirmou que Silvio Romero, no enfoque da tradução poética, situou Odorico em três vertentes: na prosa como membro do "seleto grupo do Maranhão", todos eles cultores do purismo; no teatro ao lado de Alvarenga Peixoto, dos que desempenharam a "tragédia ao gosto clássico" por conta de Voltaire; e na poesia como dissidente da escola romântica (PETRÔNIO, 2013, p. 19).

Antônio Cândido ecoou as críticas de Silvio Romero em *Formação da literatura brasileira*, relatando serem as traduções de Odorico Mendes resultado de um "pedantismo arqueológico" (CÂNDIDO, 2000, p. 260). Abordou-o no capítulo sobre o "mau gosto", encaixando o neologismo do maranhense nesta categoria:

> Outra ocorrência do mau gosto são os neologismos em que se fundem substantivo e adjetivo, sujeito e complementos (...). Melhor fez Odorico Mendes, como se sabe, alastrando a sua tradução da Ilíada de vocábulos e expressões que tocam as raias do bestialógico e a que Silvio Romero já fez a devida justiça (CÂNDIDO, 2000, p. 190).

No grupo de defensores de Odorico Mendes estão José Veríssimo, Haroldo de Campos e Antônio Medina Rodrigues, além de seus conterrâneos e contemporâneos Antônio Henriques Leal, João Lisboa e Sotero dos Reis, como vimos anteriormente. O escritor e idealizador da Academia Brasileira de Letras, José Veríssimo, em *História da Literatura Brasileira* (1916), enalteceu os contemporâneos maranhenses de Odorico que "(...) mereceram a alcunha gloriosa de Atenas Brasileira". (VERISSIMO, 1916, p. 184). Veríssimo apontou Odorico Mendes como um "tradutor insigne" por conta de sua eloquência, fluência, fidelidade e concisão extraordinária. Também destacou que Odorico, não raras vezes, emulou Virgílio e Homero em beleza e vigor de expressão (VERÍSSIMO, 1916, p. 184). Revelou que o maranhense foi o "mais acabado humanista que já tivemos" e que deixou uma prova dessa afirmação nas versões

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

fidelíssimas dos poetas antigos no desenvolvimento das línguas clássicas, de sua filologia e literatura (VERÍSSIMO, 1916, p. 117).

Também favorável ao tradutor maranhense, Haroldo de Campos em *Metalinguagem e outras metas* (1992), no ensaio *Da tradução como criação e como crítica*, propôs um debate a respeito da tradução poética, admitindo a tese da impossibilidade da tradução de textos criativos, mas assumindo a possibilidade da recriação:

> Então, para nós, tradução de textos criativos será sempre recriação, ou criação paralela, autônoma porém recíproca. Quanto mais inçado de dificuldades esse texto, mais recriável, mais sedutor enquanto possibilidade aberta de recriação. Numa tradução dessa natureza, não se traduz apenas o significado, *traduz-se o próprio signo*, ou seja, sua fisicalidade, sua materialidade mesma (CAMPOS, 1992, p. 34).

Campos destacou o nome de Odorico Mendes nesse debate; conferiu-lhe o título de "patriarca da tradução criativa", e como o primeiro que se empenhou para uma verdadeira teoria da tradução[8]. Provocou os detratores de Odorico, expondo que julgar negativamente suas traduções era empresa fácil: "Muita tinta tem corrido para depreciar o Odorico tradutor, para reprovar-lhe o preciosismo rebarbativo ou o mau gosto de seus compósitos vocabulares" (CAMPOS 1992, p. 38). Rebateu as críticas de Silvio Romero, considerando-as preconceituosas e de juízo depreciativo.

O paulista defendeu as concisões de Odorico Mendes e julgou-o como hábil no desenvolvimento de um sistema coerente e consistente de tradução, convertendo em qualidade o que outros intelectuais julgaram como vícios. Entendia sua concisão como uma estratégia de evitar repetições e a monotonia (CAMPOS, 1992, p. 39). Chamou atenção para o minucioso cuidado do maranhense em relação ao seu ofício e na elaboração sonora das traduções, que recriava os clássicos para o português através de uma precisão técnica de cortes, remessas e encadeamentos frásicos (CAMPOS, 1992, p. 39). Haroldo de Campos ainda entendia

[8] Em verbete publicado no Dicionário de tradutores literários no Brasil em 2006, Andreia Guerini e Gleiton Lentz revelam que Odorico Mendes foi um dos primeiros tradutores a apresentar, no Brasil, uma preocupação com a arte da tradução, delineando seu percurso enquanto tradutor. Segundo Rodrigo Petrônio, as traduções de Odorico foram entendidas no século XX como representativas do movimento de consciência critica sobre a tarefa do tradutor como um esforço humanista de releitura dos clássicos (PETRÔNIO, 2013, p. 18).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Odorico como um intelectual capaz de desenvolver um sistema coerente e consistente de tradução, transformando os vícios em qualidades, tais como sua ideia de concisão e seu processo de interpolação de outros poetas quando entendia que representariam melhor determinadas frases homéricas (CAMPOS, 1992, p. 30). Campos enalteceu a capacidade de Odorico de reproduzir os signos das passagens que traduziu: "Suas notas aos cantos homéricos dão uma ideia de seu cuidado em apanhar a vivência do texto homérico, para depois transpô-lo em português, dentro das coordenadas estéticas que elegera" (CAMPOS, 1992, p. 28). O maranhense preocupava-se com reproduzir a "crueza" das passagens e tinha como desejo ser justo com elas. Campos considerava as notas de Odorico uma aventura literária e julgou o que Silvio Romero classificou como desagradável, o que era de mais sedutor no maranhense:

> Naturalmente, a leitura das traduções de Odorico é uma leitura bizarra e difícil (mais difícil que o original, opina, com alguma ironia, João Ribeiro). Mas na história criativa da poesia brasileira, uma história que se há de fazer, muitas vezes, por versos, enxertos de poemas, 'pedras-de-toque', antes que por poemas inteiros, ele tem um lugar assegurado (CAMPOS, 1992, p. 41).

Antônio Medina Rodrigues também recuperou Odorico Mendes no final do século XX: foi editor de *Odisseia* em 1992 e publicou um extenso ensaio a respeito do maranhense em prefácio à obra. Destacou que Odorico levou a língua portuguesa aos limites que conseguiu e não o fez para parecer moderno, mas por necessidade interna como tradutor (RODRIGUES, 1992, p. 24). Entendia-o como um resistente do movimento romântico da literatura brasileira que pensava na construção de uma identidade nacional. Segundo ele, Odorico encontrava o inédito na imitação dos antigos, enxergando no gênero épico uma estrutura trans-histórica capaz de transformar a língua portuguesa do Brasil (RODRIGUES, 1992, p. 28).

Nos anos 2000, alguns trabalhos acadêmicos sobre Odorico Mendes, tradutor, surgiram para abarcá-lo em sua excelência. O de maior destaque é o *Projeto Odorico Mendes* desenvolvido no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas e coordenado por Paulo Sérgio de Vasconcellos. O projeto tem por objetivo divulgar as

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

traduções de Odorico Mendes através da publicação de novas edições das *Bucólicas, Geórgicas, Eneida, Ilíada* e *Odisseia* com comentários dos integrantes do *Grupo de Trabalho Odorico Mendes*. O texto de apresentação do projeto destaca o maranhense como um tradutor de escolhas lexicais preciosas, chamando atenção por suas soluções criativas aos desafios dos textos clássicos, reproduzindo para o português os efeitos de som, ritmo e sintaxe. O grupo publicou em 2008, a *Eneida Brasileira* e as *Bucólicas* de Odorico, como vimos anteriormente.

Como se vê, Odorico Mendes foi recebido com críticas negativas e positivas a respeito de sua empresa tradutória. Enquanto para Campos e Veríssimo, a concisão fez parte do conjunto de qualidades de Odorico como tradutor, para Romero e Cândido essa foi uma ideia pueril. Seja como for, Odorico Mendes foi um tradutor relevante para historiografia brasileira especialmente por seu ineditismo e, então, contribuição para a literatura do país. Esse projeto não pretende tomar, a priori, nenhum partido. Também não faz parte das pretensões desta pesquisa uma análise técnica de suas traduções poéticas, análise esta já feita pelo *Projeto Odorico Mendes*[9]. Nosso objetivo é que, pela via de uma análise sistemática das notas, seja possível investigar as razões do projeto pedagógico de Odorico.

1.4
Manuel Odorico Mendes neste trabalho

Meu objetivo nesse trabalho não é optar por qualquer vertente da fortuna crítica de Odorico Mendes, ainda que minha hipótese de leitura me permita recuperar alguns pontos de sua recepção para discuti-las. Não tenho como propósito a análise técnica ou poética das traduções do maranhense, mas sim a investigação dos paratextos que acompanham todas as partes das obras. Minha hipótese foi desenvolvida através da ideia de que, em seus paratextos, estão ensaios relevantes com considerações teóricas e historiográficas, sobre a língua portuguesa, a tradução e os antigos, ainda que não de maneira sistemática. Odorico Mendes assumia

[9] Para saber mais: <http://www.unicamp.br/iel/projetos/OdoricoMendes> Acesso em 04 de abril de 2015.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

uma posição responsável pelo esclarecimento da sociedade letrada, como vimos já em 1825 com o periódico *Argos da Lei.* Além disso, ao se dedicar a uma tradução com a força da *Eneida* para dar início ao projeto voltado aos novos leitores oitocentistas brasileiros, Odorico indica, a meu ver, uma analogia dessa epopeia imperial com o Império no Brasil. Nos paratextos, é possível identificar a construção de um projeto consistente por parte de Odorico Mendes em promover o debate a respeito de seu material de apoio, seu trabalho de polimento da língua portuguesa através da tradução e de sua ideia de contribuição para a formação dos homens letrados do Brasil no pós-independência.

Odorico foi polêmico também ato de traduzir, quando desenvolveu características consideradas ultrapassadas e atípicas pelos críticos de seu trabalho, como vimos acima. O maranhense fez uso de recursos retóricos para desenvolver seu processo de tradução, tal como o do gênero do epidítico e a prática da emulação dos clássicos.

Thiago Saltarelli em *Imitação, emulação, modelos e glosas* (2009), definiu a emulação como:

> (...) um esforço que leva o imitador a igualar, se não a ultrapassar, o próprio modelo, definição corroborada por Quintiliano, segundo o qual 'só pela imitação não há crescimento', pois 'também serão celebrados aqueles que forem considerados como tendo superados os seus antecessores e ensinado os seus sucessores' (SALTARELLI, 2009, p. 253-4)

Saltarelli revelou que a emulação desperta um sentimento de transformação por conta da ambiguidade entre rivalidade e superação com o modelo a ser emulado. Logo, a prática mostra-se produtiva para o desenvolvimento literário e também das línguas, uma vez que promove o aperfeiçoamento dos modelos (SALTARELLI, 2009, p. 256).

João Cezar de Castro Rocha em *Machado de Assis: por uma poética da emulação* (1965), afirmou que a emulação se dá desde os tempos de Virgílio, que emulou Homero a ponto de ser um poeta digno de ser emulado:

> Por exemplo, Virgílio sabia que os seus leitores identificariam as referências aos poemas homéricos, podendo assim avaliar o êxito de sua *aemulatio*. Na composição da *Eneida* esse fator já se encontrava integrado à fatura do poema. O caráter bem-sucedido de sua emulação transformou Virgílio em poeta que também deveria ser emulado (ROCHA, 1965, p.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

170).

Rocha apontou que a autoridade de Homero promovia o julgamento daqueles que não imitassem *Ilíada* ou *Odisseia* na cultura latina. Logo, Virgílio deveria seguir os passos do poeta grego através da emulação e, adotando a tecnicidade da imitação, o poeta latino e sua *Eneida* se transformaram também em autoridade do gênero épico (ROCHA, 1965, p. 179). Não por acaso Luís de Camões em *Os Lusíadas* emulou versos da epopeia latina. Rocha revela que o título da epopeia camoniana sugere uma conexão com Virgílio, uma vez que abarca as conquistas do povo português, não apenas da trajetória de Vasco da Gama. Assim, o êxito da emulação de Camões o promoveu como uma autoridade a ser emulada (ROCHA, 1965, p. 181).

Odorico Mendes tinha como projeto a emulação de Virgílio e já absorvia os poetas latino, grego e português como autoridades a serem emuladas. Em contato com os paratextos, pude analisar as estratégias de Odorico Mendes e sua compreensão da emulação como um processo de criação ao valorizar a transposição de imagens e recursos poéticos dos poetas antigos para o português. O maranhense não repetia os clássicos, mas buscava refazer seus procedimentos criativos, recriando as obras de Virgílio e Homero em uma obra brasileira. Ao escolher Virgílio para inaugurar seu projeto, Odorico propõe uma mensagem didática na analogia da *Eneida* e o novo momento vivido pelo Brasil naquele momento. Propunha reler o Brasil sob a luz da épica clássica, trazendo os antigos para o projeto formativo que tinha em mente. Além disso, Odorico não fazia uso apenas dos clássicos que traduzia, mas também da tradição clássica portuguesa.

O trabalho que segue terá como destaque a análise da obra e paratextos de *Virgílio Brasileiro*, por dispor de mais elementos auxiliares à hipótese de utilização da tradução como ferramenta de formação dos letrados do Brasil oitocentista. No primeiro capítulo, introduzo a querela francesa entre antigos e modernos, a perda da autoridade da antiguidade na sociedade letrada da França do século XVII e XVIII e como isso pode ser atrelado à mentalidade de Odorico Mendes no século seguinte. O debate se

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

desenvolve em um cenário de autoridade literária incontestável de Homero e tem sua segunda fase mediada pela tradução de *Ilíada* e *Odisseia*. A partir de então, discorro sobre a conceituação de autoridade, do cânone e do clássico e a ideia de formação através de manuais da literatura ocidental, tal como os antigos. Manuel Odorico Mendes é inserido nesse debate e apresento suas traduções de Voltaire, as primeiras, na década de 1830, com o intuito de pensar a própria historicidade da prática tradutória do maranhense. Desenvolvo a presença dos antigos na sociedade letrada do Brasil oitocentista e da denominada Atenas Brasileira, grupo em que estava inserido Odorico Mendes.

No segundo capítulo, identifico o conceito de paratexto e como analisá-los, segundo Anthony Grafton e Gerard Genette. Adiante, abordo a retórica e o epidítico e seu desenvolvimento no Brasil do século XIX. E, então, incluo a tradução de Virgílio no debate, mergulhando no objeto da dissertação. Apresento as características das traduções de Manuel Odorico Mendes e visito as notas de *Virgílio Brasileiro*, a fim de elucidar as questões que proponho ao longo do trabalho. Por fim, na conclusão, abordo rapidamente a tradução de Odorico de Homero, para pensar a respeito do projeto formativo sugerido por ele, através da tradução de dois dos maiores clássicos da antiguidade ocidental.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

2.
Os antigos na sociedade de Odorico Mendes

2.1.
A querela entre Antigos e Modernos

A querela teve seu estopim em janeiro de 1687 na *Academie Française* com a leitura do poema *Le Fièche de Lous le Grand,* de Charles Perrault. Dedicado a Luís XIV, o poema questionava, pela primeira vez na Academia, a autoridade da antiguidade clássica, reivindicando a superioridade literária dos modernos. O poeta francês propunha uma literatura de teor nacionalista e, para tal, refutou a posição dominante de Homero. A proposta de Perrault gerou revolta na Academia Francesa de Letras e dividiu seus membros entre defensores dos antigos e defensores dos modernos (LEVINE, 1991, p. 43). Mas, segundo Leila de Aguiar Costa, em *Antigos e Modernos, a cena literária na França do século XVII* (2009), o século XVII francês já acompanhava uma discussão embrionária sobre o assunto, com a publicação de prefácios que definiam o antigo e o moderno, entre 1627 e 1631 (COSTA, 2009, p. 42).

A querela é dividida em duas fases: a primeira, até 1694, com Perrault e o dramaturgo Bovier de Fontenelle na defesa dos modernos, e o crítico Nicolas Boileau e o também dramaturgo Jean Racine na posição de manutenção dos cânones da antiguidade. Perrault sugeria uma mudança de tradição que deveria acompanhar as transformações sociais vividas pela França. Para tal, comparava os poetas franceses Maynard, Corneille e Molière com os da antiguidade greco- romana Homero e Virgílio. Afirmou ele que, os franceses de seu tempo eram superiores em todos os campos do saber e propunha, ainda, uma semelhança entre Luís XIV e o Imperador Augusto, não só deslegitimando os antigos, mas substituindo-os enquanto modelo. Segundo Samuel Mateus em *A querela dos antigos e dos modernos: um mapeamento de alguns topoi* (2012), Perrault e seus colegas entendiam que, pela bagagem cultural absorvida dos antigos, os modernos se tornaram eles mesmos seus mestres. Tratava-se de uma reivindicação paradoxal, uma vez que se afirmavam superiores na semelhança daquilo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

que criticavam. Perrault compreendia que sua geração era ainda "mais antiga" na medida em que acumulava saberes dos antigos e dos modernos (MATEUS, 2012, p. 8). Surgia uma nova compreensão da ideia de cânone associada, então, ao critério *epocal*.

É possível contextualizar as reivindicações de Perrault: o Rei Sol – Luís XIV – se recuperava de uma doença que lhe rendeu uma cirurgia e um pós-operatório delicados. A reunião da Academia Francesa de Letras na ocasião da leitura do poema era uma cerimônia festiva de sua recuperação, possível pelo avanço da medicina francesa. Segundo Sertório de Amorim Neto, em *O estopim de uma querela: Charles Perrault e sua homenagem ao século de Luís XIV* (2013), o caso do rei foi a primeira investigação clínico-terapêutica da história. O episódio mobilizou inúmeros profissionais e experimentações que tinham por objetivo fazer da cura do Rei Sol um sucesso – o triunfo do rei era, assim, o triunfo da modernidade engrandecida por Perrault (NETO, 2013, p. 94).

Charles Perrault reinaugurou a questão homérica, como veremos adiante, e publicou *Parallele des anciens et des modernes en ce qui regarde la poesie* (1688), em que desenvolveu sua argumentação através do diálogo de três personagens que passeavam pelo jardim de Versailles – um lugar em que os contrastes entre modernos e antigos são evidentes[10]. A voz é dada a um presidente ancião (e não somente um admirador dos antigos, mas ele mesmo um antigo) que dialoga com um abade, intelectualmente independente. Há, ainda, um cavaleiro que servia como mediador do debate. É nesse contexto que Perrault se coloca, descrevendo o personagem do presidente como intransigente e refém de um modelo de excelência. Já o abade, se recusa a aceitar a "eterna condição de infância" negando a autoridade da antiguidade clássica, apontando deficiências em *Ilíada*, *Odisseia* e *Eneida* (COSTA, 2009, p. 57).

O ataque a Homero foi um dos instrumentos mais significativos dos defensores dos modernos. Seus opositores questionavam a posição dominante do poeta grego na literatura ocidental, apontando os defeitos de *Ilíada* e *Odisseia*, sugerindo que a brutalidade de seus personagens seria

[10] A questão homérica refere-se ao debate a respeito da existência de Homero e a verdadeira identidade do autor de Ilíada e Odisseia. Para maiores esclarecimentos, ver VIDAL-NAQUET, P. O mundo de Homero. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

um mau exemplo à sociedade francesa do século XVII. Sobre o conteúdo, Perrault acusava Homero de erros graves no que diz respeito à geografia e anatomia, tal como no canto IV da *Ilíada*, em que Menelau tinha os calcanhares nas extremidades das pernas. A crítica de Charles Perrault ao poeta grego pode ser dividida em três vertentes: 1) questionando Homero enquanto figura literária dominante da Antiguidade; 2) apontando defeitos de suas obras, especialmente de seus heróis violentos, responsáveis pela corrupção do homem e 3) reivindicando uma tradição a ser ressignificada. De acordo com Neto, *Le Fièche de Lous le Grand* também chamou atenção pela simplicidade do estilo e pela eloquência singela do poema (NETO, 2013, p. 93). Os defensores dos modernos reclamavam uma literatura de divertimento e um linguajar mais simples em contraposição ao ornado dos poetas antigos.

Em defesa dos cânones da antiguidade, Nicolau Boileau publicou *Réflexions critiques sur quelquer passages du rhéteus Longin*, classificando as acusações de Perrault e de seus seguidores como ultrajantes e denunciando-os por negligenciar de maneira arrogante a importância dos antigos e de seus patrimônios fundamentais (NETO, 2013, p. 102). Boileau e Racine responsabilizavam os modernos por lerem más traduções tornando-se, consequentemente, péssimos tradutores. A respeito do erro apontado por Perrault dos calcanhares de Menelau, Boileau acusou o opositor de basear-se em traduções mesquinhas, indicando que o verso original afirma ter sido Menelau ferido na coxa até a extremidade dos calcanhares. Perrault foi acusado de desconhecer e desprezar o grego, fato vergonhoso entre os letrados franceses do período: “O senhor Perrault não sabe nada de grego, entende mediocremente o latim e não conhece de forma alguma as artes” (BOILEAU apud NETO, 2013, p. 106). Assim, declaravam Perrault inculto e incapaz de entender a grandeza dos antigos por falta de alcance aos grandes gênios (COSTA, 2009, p. 44). Boileau ainda explicitava que a épica não existia para a compreensão literal de seu enredo, mas para enriquecer a experiência humana.

A segunda fase da querela teve início em 1714, com a tradução em prosa de *Ilíada* (1699) e *Odisseia* (1708) por Anne Dacier. Reconhecida por suas traduções do poeta grego e por seu domínio das línguas grega e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

latina, Dacier foi a representante dos defensores dos antigos nesse segundo momento. Narceli Piucco, em *Anna Dacier: tradutora francesa de clássicos gregos e latinos* (2011) apontou que suas traduções em prosa de Anacreonte, Safo e Aristófanes na segunda metade do século XVII lhe garantiram espaço na comunidade letrada francesa. De acordo com Piucco, "a erudição clássica e a habilidade literária de Madame Dacier lhe renderam o louvor do mais influente crítico literário da França, Nicolas Boileau" (PIUCCO, 2011, p. 112). Para Joan Dejean, em *Ancient against moderns: culture wars and the making of a fin de siècle* (1997), o dramaturgo Houdar de La Motte, representante dos modernos na segunda fase da querela, *re-traduziu* o Homero de Dacier. O francês retirou as passagens que julgou grosseiras e destacou a poesia como forma: "Houdar de La Motte não conhecia o grego e verteu a tradução de Dacier de prosa para o verso. Ele garantiu a adaptação de Homero para o bom gosto moderno" (DEJEAN, 1997, p. 176). O debate foi redefinido, portanto, com Dacier e La Motte nas lideranças dos defensores de antigos e modernos, respectivamente. Dacier criticava arduamente as traduções de La Motte, julgando-as de mau gosto. Os defensores dos modernos, por sua vez, ecoavam os colegas da primeira fase, afirmando que o conhecimento do mundo moderno favorecia uma literatura superior (PIUCCO, 2011, p. 113).

A segunda fase da querela foi marcada pelo ataque ao gênero do romance. Dacier, por exemplo, se envolveu no debate por defender a necessidade de desviar a juventude do *veneno dos modernos*. Como uma das mais influentes helenistas de sua geração, a francesa entendia a juventude como base para a fundação da sociedade e enxergava no gênero romanesco princípios que poderiam corrompê-la, como o aflorar das emoções (DEJEAN, 1997, p. 146). Dacier, ainda, defendia a superioridade artística da civilização antiga. Para ela, Homero era tão relevante para a sociedade ocidental quanto Moisés para os hebreus e era inerente a sua leitura a identificação de instruções morais e políticas para a sociedade civilizada (DEJEAN, 1997, p. 108).

Os defensores de ambos os lados depositavam na literatura o papel de civilizar e, por isso, debatiam um modelo de narrativa que seria capaz de influenciar diretamente na construção e transformação da sociedade e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

do indivíduo (DEJEAN, 1997, p. 134). Como dito anteriormente, a questão homérica a respeito da existência do poeta grego foi uma das discussões da querela. Os defensores dos modernos investiam na dúvida da existência de Homero na tentativa de deslegitimar suas obras, afirmando serem vários os escritores de *Ilíada* e *Odisseia*. Madame Dacier escreveu um prefácio sobre a vida do poeta com fatos detalhados a fim de provar aos oponentes que estavam equivocados.

2.2.
A querela, a tradução e a *bildung*

Como vimos no ponto anterior, a França foi palco de um debate a respeito do cânone universal literário. Segundo Carolina Poppi em *Século XVII na França: Les Belles Infidèles, Racine e o modelo dos clássicos antigos* (2013), a prática da tradução enquanto arte desempenhou um papel fundamental na formação das línguas e literaturas no período. O acesso às obras em latim e grego, ou seja, às línguas modelares e antes restritas ao clero, garantiu aos europeus a construção da cultura nacional, com a língua como um de seus pilares unificadores (POPPI, 2013, p. 31). A tradução de obras da antiguidade greco-romana tinha como objetivo romper com a ignorância e garantir o espaço do homem e do conhecimento no centro das atenções humanas. De acordo com Narceli Piucco, o surgimento do Iluminismo resultou no desprestígio das traduções dos textos clássicos, uma vez que não havia mais a necessidade de imitação das filosofias antigas (PIUCCO, 2011, p. 114). A querela entre antigos e modernos foi uma episódio desse movimento. Ainda assim, a tradução foi um instrumento de afirmação de posição no debate: como traduzir e o que traduzir foram questões importantes na querela.

Já na primeira fase da disputa intelectual, os defensores dos antigos acusavam seus opositores de lerem más traduções e, por conseguinte, serem maus tradutores. Muito do que foi confrontado entre Boileau e Perrault se deu através da possível má tradução lida pelo segundo, que acusava Homero de atrocidades que não correspondiam ao texto grego. Já a segunda fase da querela teve seu estopim justamente através de uma

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

tradução – a publicação de Madame Dacier de sua *Ilíada* em prosa. Segundo André Malta em *Traduções em prosa da Odisseia de Homero: exemplos e problemas* (2014), Dacier reconhecia o conteúdo superior à forma e por isso julgava suficiente a tradução dos antigos em prosa, capaz de destacar os elementos pedagógicos da obra de Homero (MALTA, 2014, p. 7). La Motte traduziu o poeta grego em verso, "corrigindo" Dacier e adequando a obra ao bom gosto francês. O poeta reduziu a *Ilíada* de 24 para 12 cantos. A tradutora acusou o dramaturgo de corromper Homero, distanciando-o da característica pedagógica e modelar que lhe era cabível. La Motte era criticado por não dominar o grego, tal como Perrault, e traduzir a partir do latim e de Dacier.

De acordo com Jean Deslisle em *Os tradutores na história* (1998), enquanto a helenista conferia ao conteúdo maior importância do que à forma, o dramaturgo acreditava na necessidade de "correção" da tradução em prosa da francesa para a poesia e na adequação de Homero ao bom gosto contemporâneo francês (DELISLE, 1995, p 155). Piucco apontou que Dacier criticava as traduções em verso pela traição ao conteúdo do original – "traíam mais que traduziam" (PIUCCO, 2011, p. 114). A disputa, assim, era também pela linguagem e a tradução ocupou um importante papel nesse sentido. De acordo com Piucco, "Dacier teve um papel considerável na problemática da superioridade ou da inferioridade das línguas da antiguidade greco-romana em comparação às línguas modernas" (PIUCCO, 2011, p. 113).

Sendo assim, é clara a presença da tradução como maneira de legitimar posição no debate. A tradução da *Ilíada* na segunda fase da querela desenvolveu a continuidade da discussão sobre a superioridade ou não dos antigos. Tendo em vista que havia um forte debate a respeito do cânone literário universal absorvido pela sociedade intelectual francesa, é interessante discorrer a respeito de seu conceito. Em *Dicionário de Termos Literários* (2004), Massaud Moisés afirma que o cânone deve ser entendido como um conjunto de obras consideradas indispensáveis à formação dos indivíduos e de uma sociedade. Logo, são obras escolhidas por seu valor pedagógico. Segundo Sônia Lacerda em *Metamorfoses de Homero: história e antropologia na crítica setecentista da poesia épica*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

(2003), *Ilíada* e *Odisseia* são cânones universalmente válidos e, portanto, uma tradição coletiva (LACERDA, 2003, p. 33). As obras dos cânones da antiguidade clássica são acessíveis em todo o seu valor pedagógico através da tradução.

Ainda que o conceito de *Bildung* seja posterior a esse momento, é possível entender a tradução enquanto protagonista de um processo pedagógico de formação. A *Bildung* foi um conceito fundamental no romantismo alemão, com forte conotação pedagógica no processo de formação. Na Alemanha, as traduções de clássicos da antiguidade foram decisivas para o desenvolvimento da cultura, da identidade e da língua, servindo de um importante modelo de alimentação da *Bildung*. O retorno à literatura da antiguidade clássica significava assumir uma conduta de civilização equivalente à dos antigos (BERMAN, 2002, p. 90). Assim, inserido no conceito de *bildung* está a tradução, um lançar-se-além-de-si: "(...) a tradução pode e deve manifestar-se como um dos agentes principais da formação" (BERMAN, 2002, p. 148). E quem se procura no estrangeiro, o faz com mediação de figuras-modelo, tais como os antigos:

> Bildung (...) está intimamente relacionada com o movimento da tradução: pois este parte, com efeito, do próprio, do mesmo (o conhecido, o cotidiano, o familiar), para ir em direção ao estrangeiro, ao outro (o desconhecido, o maravilhoso) e, a partir dessa experiência, retornar a seu ponto de partida (BERMAN, 2002, p. 84).

Enquanto a querela entre antigos e modernos foi um importante episódio de meados do século XVII e da primeira década do século seguinte, o conceito de *Bildung* foi fundamental para o século XVIII. Segundo Wilma Maas, em *O cânone mínimo, o bildungsroman na história da literatura* (2000), o significado de *bildung* está atrelado a acepções visuais como *imagem, reprodução, representação* e *imitação* (MAAS, 2000, p. 26). A trajetória do termo indica uma acentuação, em meados do XVIII, do primeiro significado etimológico de *bildung* como formação através dos clássicos. E é no final do mesmo século que a natureza humana passará a ser compreendida como passível de aperfeiçoamento. A "descoberta" da educação como instrumento para formar o caráter dos homens encontra-se estreitamente ligada ao conceito de individualização. Há, assim, um projeto pedagógico atrelado às leituras capazes de formar e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

instruir o indivíduo já desde a infância.

De acordo com Berman, desta vez em *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo* (2007), o impulso da tradução começou com os romanos no objetivo de construção da própria cultura, latinizando os termos dos textos gregos modelares. É o que ele chama de tradução etnocêntrica, que "(...) traz tudo à sua própria cultura, às suas normas e valores, e considera o que se encontra fora dela – o estrangeiro – (...) bom para ser anexado, adaptado, para aumentar a riqueza desta cultura" (BERMAN, 2007, p. 28). Esses princípios, além dos antigos, estão também no desenvolvimento do cristianismo: para que todos entendam a palavra de Deus, é necessário que se traduza – o traduzir *para* é o mais importante (BERMAN, 2007, p. 31). Logo, a tradução focada na equivalência de sentido é fundamental, em detrimento da simples troca de uma palavra por outra.

E é assim que se entende a tradução como um agente cultural importante no desenvolvimento de uma língua local. Foi através do labor tradutório que os franceses construíram sua literatura clássica: adaptando e recriando os antigos ao gosto do público leitor. A concepção de tradução etnocêntrica deu início, no período da querela francesa, à corrente das *Belas Infiéis*, cuja preocupação era adaptar o texto de partida – o "original" – aos *ouvidos* do texto de chegada – o traduzido. A importância estava na garantia do mesmo efeito de leitura que o texto de partida suscita em sua língua – e a maneira mais equivocada de fazê-lo seria através da tradução literal: "Segundo essa concepção, a tradução não deve absolutamente parecer uma tradução, mas uma obra natural e uma produção que pertence ao espírito da língua traduzida" (PIUCCO, 2011, p. 114). Contudo, o efeito deveria ser adaptado ao bom gosto da sociedade francesa do período através da substituição ou *correção* de termos capazes de corromper os franceses.

O movimento tradutório em questão priorizava, ao mesmo tempo, o acesso ao conhecimento através da tradução dos modelos antigos e o desenvolvimento da autonomia da língua francesa: "Assim, é possível falar, durante o período conhecido como *Les Belles Infidèles*, em traduções que seguem uma fidelidade estilística dinâmica e uma equivalência de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

efeitos" (POPPI, 2013, p. 34). De acordo com Márcia Pietroluongo, em *Imaginários de língua francesa e tradução nos séculos clássicos franceses* (2009), a língua estava a serviço da construção do ideal de francês cuja reunião seria a cultura intelectual humanística com a polidez do bom gosto (PIETOLUONGO, 2009, p. 3). O movimento das *Belas Infiéis* priorizava a retirada do que pudesse causar a corrupção da sociedade francesa – o centro era o indivíduo-leitor:

> O imaginário em vigor sobre a língua francesa impõe uma ética tradutória que opta por um texto traduzido, calcado menos no texto de origem, e mais no reforço e consolidação da estética dominante. Inscreve-se no âmbito da *tradução etnocêntrica*, tal como cunhada por Antoine Berman (PIETOLUONGO, 2009, p. 6).

2.3.
O clássico

É fundamental para este trabalho atrelar o termo *Bildung* – um elemento de formação através da tradição – aos clássicos. São dois os axiomas da tradução clássica:

> (...) deve-se traduzir a obra estrangeira de maneira a que não se 'sinta' a tradução, deve-se traduzi-la de maneira a dar a impressão de que é isso que o autor teria escrito se ele tivesse escrito na língua a qual se traduz. (...) Ou ainda: a obra deve causar a mesma 'impressão' no leitor de chegada que no leitor de origem (BERMAN, 2007, p. 33).

Como vimos anteriormente, a querela gerou um novo paradigma de utilização dos antigos e uma sugestão de redefinição dos clássicos. Surge a necessidade de uma nova maneira de pensar a literatura francesa. Massaud Moisés afirma que a etimologia da palavra *clássico* – do latim – nada mais é do que "de primeira ordem". O termo representa algo superior, uma obra ou autor de primeira classe que deve ser passada adiante enquanto elemento pedagógico (MOISÉS, 2004, p. 74). Já Alaim Neto, em *Formação do leitor e cânone literário* (2008), afirmou que o termo tem origem na atribuição a obras para classes de escola, úteis em seu objetivo de formação (NETO, 2008, p. 43). Ainda que não haja um conceito unânime a respeito do que seja um clássico, Carolina Araújo, em *O clássico como problema* (2007), aponta que existem requisitos mínimos para seu reconhecimento e que o conceito pode ser pensado de duas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

maneiras: como referência acadêmica essencial à formação e como ampliação de referência do passado na introdução do novo (ARAÚJO, 2007, p. 19). Seja como for, o *clássico* está associado à ideia de formação e transmissão de um conhecimento fundamental para o aperfeiçoamento do indivíduo. De acordo com Sônia Lacerda, raciocinar através dele significa admitir um ideal de perfeição (LACERDA, 2003 p. 50).

Clássico está associado ao termo *cânone*, oriundo da Grécia antiga, que designa um padrão, um modelo e uma norma. Para o argumento desse texto interessa recuperar o uso do termo a partir do século VI para os Livros Sagrados. Após o Renascimento, *cânone* foi aplicado à literatura, adquirindo o mesmo significado que clássico (NETO, 2008, p. 43). Assim, os cânones literários são um conjunto de obras e autores considerado universal para a transmissão de valores primordiais à sociedade e ao indivíduo, servindo como modelo para gerações futuras.

Uma série de requisitos implica o ideário clássico. Além de seu caráter modelar, um clássico também é pautado em sua autoridade. Como cânones universais, Homero e Virgílio – autores de *Ilíada*, *Odisseia* e *Eneida* – são figuras de autoridade. Durante a querela francesa a autoridade desses clássicos foi colocada em questão. Segundo Hannah Arendt, em *O que é autoridade?* (2005), com a emergência do mundo moderno, as experiências incontestes comuns a todos, ou seja, experiências universais de cânones desaparecem (ARENDT, 2005, p. 127). A ideia de cânone refletia na obediência problematizada a partir da querela francesa e foi ampliada com o Romantismo, que também rompia com a pretensão atemporal da tradição clássica:

> Politicamente, a autoridade só pode adquirir caráter educacional se se admite, com os romanos, que sob todas as circunstâncias os antepassados representam o exemplo de grandeza para cada geração subsequente, que eles são os *maiores*, por definição (ARENDT, 2005, p. 161).

Ainda a respeito dos romanos, Arendt discorreu sobre o peso que conferiam ao caráter sagrado da fundação. Depois de algo ser fundado, era obrigatória a transposição para todas as gerações futuras: "Participar da política significava, antes de mais nada, preservar a fundação da cidade de Roma" (ARENDT, 2005, p. 162). Assim, *pátria* era uma palavra com pleno significado entre os romanos, uma vez que a fundação do novo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

organismo político tornou-se um acontecimento único. Não por acaso, os romanos não refundaram a polis em suas colônias, mas ampliaram o seu próprio centro, "como se o mundo inteiro não passasse de um quintal romano" (ARENDT, 2005, p. 162). Logo, o conceito de autoridade se consolidou: "A palavra *auctoritas* é derivada do verbo *augere*, 'aumentar', e aquilo que a autoridade ou os de posse dela constantemente aumentam é a fundação" (ARENDT, 2005, p. 163).

A autoridade atrelada ao passado e à tradição implica na obediência não coercitiva, para que os exemplos modelares tenham lugar no tempo presente da sociedade em questão. Para os romanos, o progresso estava no olhar para o passado e na sua sacralização através da tradição que, em conjunto com a religião e a autoridade, representavam a trindade romana. As duas últimas conferidas aos autores gregos, tais como Homero e Platão, que serviam de exemplo aos cidadãos de Roma. Portanto, o *clássico* – termo romano – estava associado aos gregos, a autoridade *clássica* dos romanos. *Eneida,* a épica de Virgílio sobre a fundação de Roma, foi declaradamente pensada sob inspiração de Homero. Contratado pelo Imperador Augusto, o poeta latino cantou a grandeza de seu país e instituições à luz de sua autoridade, tornando-se um Homero latino: "Em Homero há o mundo e os deuses; em Virgílio há Roma e os deuses" (SPALDING, 2010, p. 6).

A perda da tradição acarreta na eliminação do fio condutor que guiou a sociedade através dos domínios do passado. Ainda que não signifiquem a mesma coisa, tradição e passado estão intimamente relacionados e a perda da primeira interfere na instabilidade do segundo.

2.4.
Odorico: tradutor dos clássicos

> A história da literatura (...) responde a anseios de uma nação que quer se reconhecer na trajetória constituída pelo aparecimento das obras poéticas e de ficção. (...) Cada nação formula uma imagem de si mesma, mas sua carnadura provém dos textos literários. Eles se tornam canônicos, quando respondem positivamente a esse desiderato ideológico, amarrando as pontas da construção social, para criar a impressão de unidade (ZILBERMAN, 2001, p. 37).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Os intelectuais do cenário literário brasileiro do século XIX – período em que estava inserido Odorico Mendes – não participaram ativamente do debate entre antigos e modernos e sobre a perda ou não da autoridade dos antigos. O processo de independência, quase um século depois da querela, foi o início de um desenvolvimento específico a respeito do caráter brasileiro da literatura. Contudo, seus primeiros passos foram apoiados na tradição e nos modelos da antiguidade clássica, ainda que buscassem autonomia literária. O caráter de fundação da antiguidade greco-romana, como a origem da civilização ocidental, inspirava o Brasil recém-independente, que se vinculava à tradição europeia através da colonização portuguesa.

Ainda assim, é possível mapear Odorico Mendes em alguns pontos debatidos durante a querela entre antigos e modernos, tais como a questão homérica, inserida por ele em seus paratextos, em que destacou sua posição em defesa dos antigos:

> É constante que a honra de lhe dar o berço foi disputada por sete cidades (...). Mas os modernos, com presunção de saber tudo e emendar e destruir as opiniões recebidas, entraram em liça: Franceses, Ingleses, Italianos, Alemães e outros, cada um lhe criou uma pátria e Homero começou a ser do Egito, de Nápoles, da Escócia e de Nenhures. Eu porém sou de voto que ele existiu e que provavelmente nasceu em Smyrna: Chio (...). Mas, pondo de parte os modernos, e apegando-nos aos escritos mais chegados à época de Homero, vejamos o que tem sido espalhado e acreditado acerca da sua vida (MENDES apud YEE, 2011, p. 70).

Mais adiante, Odorico volta à questão da existência do poeta:

> Para mim são fúteis e meros jogos de espírito os argumentos com que se pretende provar que Homero não existiu; que se engaram todos os que até lhe ergueram templos e altares; que toda antiguidade esteve no erro; que não são dele as obras que lhe tem sido louvadas pela voz dos séculos; que a Ilíada e a Odisseia são mantas de retalhos (...). As repetições, de que se tem querido tirar prova contra a unidade de tais obras, nada servem ao intento (MENDES apud YEE, 2010, p. 71-2).

Tal como Madame Dacier, Odorico Mendes publicou como elemento pré-textual de sua *Ilíada* um breve verbete sobre a vida de Homero. Além disso, afirmou ter sido a francesa a responsável por aflorar o desejo de traduzir o poeta grego, após a finalização das suas traduções das obras de Virgílio[11]. Por saber pouco o idioma, procurou em tradutores

[11] Documento encontrado pelos pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

e comentadores de confiança o apoio para a empresa da tradução de *Ilíada* e *Odisseia*, tais como Madame Dacier (MENDES apud YEE, 2011, p. 51). Odorico Mendes também se colocou superficialmente no debate a respeito da comparação, pelos defensores dos modernos, entre poetas franceses e antigos. Em nota ao Livro II da *Eneida*, criticou os que conferiam superioridade ao poeta francês La Fontaine:

> Os Franceses têm sempre na mente o seu La Fontaine ao falarem de Esopo e de Fedro, e ao gabar a excelência do poeta nacional, como que dão pouca importância aos contínuos empréstimos do fabulista moderno; e eles, que na comparação de Virgílio com Homero avaliam em muito menos o estilo que a invenção, ao confrontar La Fontaine com os dois fazem mais caso do estilo. Se La Fontaine dos mesmos assuntos às vezes tirou mais partido, não o deveu somente ao seu inegável engenho, mas também ao saber e a experiência que tantos séculos amontoaram (MENDES, 1858, p. 283).

Também na *Eneida*, no Livro V, Odorico expôs de maneira enérgica sua posição a respeito da sugerida superioridade dos poetas franceses Corneille e Racine aos antigos:

> (...) Estas admirações provam que Mr. Villenave pensava que era mais fácil encontrar em Virgílio coisas fastidiosas, do que em Racine e Corneille. Fóra (sic) vaidade nacional! Os dois grandes e sublimes trágicos tais não diriam: Racine certamente cria fastidiosas quase todas as cenas da infanta de Castella no Cid; e Corneille não achava boa a tragédia Alexandre (MENDES, 1858, p. 427).

A posição de Odorico Mendes em defesa dos antigos, no entanto, também pode ser entendida pela via política. Segundo Joan Dejean, os defensores dos modernos exerciam uma retórica absolutista, em que um grande rei e uma grande nação forneceriam as bases necessárias para grandes realizações literárias (DEJEAN, 1997, p. 43). Sônia Lacerda declarou que a rejeição à autoridade do passado resultava do apoio ao *status quo* do absolutismo instaurado por Luís XIV; os defensores da antiguidade defendiam, assim, a liberdade de opinião (LACERDA, 2003, p. 22). Odorico Mendes era um forte defensor da constituição e ferrenho opositor do absolutismo, ideias expostas em seu período como jornalista:

---

em visita aos Arquivos do Museu Imperial de Petrópolis, ao consultar os manuscritos da tradução de Mil e uma noites pelo Imperador Dom Pedro II. Lá, encontraram um documento nomeado Estudos do Imperador com uma caligrafia diferente da de Dom Pedro II. Os pesquisadores, após exame prelimitar, descobriram tratar-se da tradução de Ilíada por Odorico Mendes e um prólogo à sua tradução. O documento foi encontrado após as publicações da obra em 1874 e 2008 e foi, assim, publicado nos Cadernos de Literatura em Tradução em 2011.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

> Nenhum homem sobre a terra pode aspirar total independência: ser livre não consiste em fazer o que quer, mas o que deve querer. Tiranos e déspotas fazem mal uso dessa ideia porque entendem as ações e pensamentos dos seus súditos deem ficar sujeitos às suas vontades. Mas os membros de uma sociedade só podem ser livres quanto o permitem leis razoáveis. Não obedecer se não a leis justas é gozar de toda a liberdade que um cidadão pode desejar (MENDES, 1825, n. 11).

Além desses elementos, é possível mapear Odorico Mendes, amante dos antigos, através do exercício de sua profissão: foi professor de Retórica em uma escola primária em São Luís e, em *Argos da lei*, chamou atenção para a negligência a respeito da disciplina no Brasil – negligência das escolas de primeiras letras. Sugeriu, ainda, a criação de um colégio de Seminário para cadeiras de Latim, Filosofia, Retórica, Poética, Filosofia Moral, bem como Francês, Inglês e Matemática Pura (JORGE, 2000, p. 53). De acordo com Roberto Acízelo de Souza, em *O Império da Eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista* (1999), a crítica literária no Brasil se deu a partir do século XIX seguindo uma produção voltada para os clássicos, ampliando duas disciplinas antigas do discurso – a retórica e a poética (SOUZA, 1999, p. 26).

As primeiras traduções de Odorico Mendes foram tragédias de Voltaire, *Mérope* (1831) e *Tancredo* (1839). Ainda que sejam traduções isentas de notas como as posteriores, são obras importantes para investigar o processo de tradução embrionário de Odorico. Até que ponto esse projeto tradutório indicou a proposta de verter Virgílio e Homero vinte anos mais tarde? E, ainda, quão elucidativa é a intenção de Odorico na tradução de um clássico épico francês para pensar sua posição na defesa dos antigos?

Poucos são os ensaios a respeito das traduções de Odorico das obras de Voltaire. Além do prólogo de Sebastião Moreira Durate da republicação das edições de *Mérope* e *Tancredo* pela Academia Maranhense de Letras em 1999, há um artigo do tradutor Raimundo Carvalho publicado pela *Revista Nabuco* em 2015. O escasso debate pode ser um reflexo do difícil acesso ao material. Em texto prévio à edição de 1999, o acadêmico Sebastião Duarte se mostrou ressentido pelo esquecimento das traduções de Voltaire por Odorico Mendes nas bibliotecas do Brasil. Ele afirmou – devidamente – não encontrá-las em arquivos de referência no país, tais como Real Gabinete Português,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Academia Brasileira de Letras ou a Biblioteca Municipal Mário de Andrade (DUARTE, 1999, p. 10).

As duas tragédias de Voltaire foram traduzidas por Odorico na década de 1830, período de forte conturbação política no Brasil. A primeira delas, *Mérope* (1831), foi publicada no ano da abdicação de Dom Pedro I. Odorico já vivia no Rio de Janeiro, eleito para a primeira Assembleia Legislativa do país e, assim, já era destaque entre os políticos e jornalistas brasileiros, conhecido por seu temperamento polêmico e contrário ao governo de matiz absolutista. Raimundo Carvalho em *Retrato do tradutor quando jovem* (2015) comentou que a tradução de Voltaire foi um ato político estabelecendo um paralelo com o contexto brasileiro da Regência (CARVALHO, 2015, p. 61). *Mérope* diz respeito à rainha de Messênia, cujo marido e filhos foram mortos pelo irmão Polifonte que tomou o reino como seu. Mais tarde, um dos filhos que foi salvo pela mãe e enviado para longe de casa, volta para resgatá-la do casamento. Polifonte tenta convencê-la do matrimônio a todo custo, demonstrando sua tirania. Odorico, sendo claramente um opositor do despotismo e defensor da liberdade de opinião e da Constituição, se posiciona também por intermédio do poeta francês. De acordo com Raimundo Carvalho, Odorico Mendes, "como tradutor de Voltaire ajudou a plantar no solo quase virgem das nossas letras as ideias que abalaram as convicções absolutistas em solo europeu, um século antes" (CARVALHO, 2015, p. 70).

Carvalho entende as traduções de Voltaire como o embrião de um movimento orgânico das ideias de Odorico, um processo tradutório que permite à obra reencontrar sua forma e seu sentido em outra língua (CARVALHO, 2015, p. 65). O confronto entre obra e tradução não se daria por mero embelezamento, mas por um objetivo maior. A tradução de peças de teatro reforça o caráter performativo e de representação refletindo sobre o que a obra tem a dizer. Duas décadas mais tarde, Odorico ainda ecoa Voltaire em suas notas às traduções de *Eneida*:

> (...) De tempos a esta parte, os críticos amam achar mal em Virgílio o que louvam em Homero; meio moderníssimo e fácil de alcançar fama de espírito profundo. Isto me faz lembrar dos beatos que, por camparem de religiosos, gostam só das tragédias de Corneille e de Racine, e não sofrem a Mérope ou o Órfão da China, nem se comovem em Zaira ou

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

em Mahometo, por serem de Voltaire (MENDES, 1858, p. 233).

Odorico reivindicou atenção a Voltaire, referenciando *Mérope*. Ainda em *Eneida*, e depois em *Odisseia*, o maranhense exalta o francês, dizendo-o ser um "(...) gênio extraordinário" (MENDES, 1858, p. 376) com "toques maviosos" (MENDES, 1858, p. 326). Em *Virgílio Brasileiro*, também o aponta como o poeta que imitou Virgílio e suas criações sublimes.

A respeito do labor tradutório, Sebastião Moreira Duarte diferenciou as traduções de Voltaire com as posteriores pela fluência de Odorico à língua francesa. Segundo Duarte, a familiaridade com o francês garantiu uma versão mais clara de *Mérope* e *Tancredo* para o português do Brasil, uma vez que as traduções do grego e do latim foram acusadas de obscuridades pelos críticos (DUARTE, 1999, p. 12).

Ainda que as diferenças entre as traduções sejam notáveis – a começar pela repercussão – a tradução francesa já lança luz às traduções dos clássicos da antiguidade, 23 anos mais tarde. Odorico, em seus primeiros passos através de Voltaire, já delimitava a base para a construção do seu labor tradutório: o foco na concisão e seu profundo trabalho com a linguagem. A respeito da concisão, uma das principais características de Odorico como tradutor, Carvalho afirmou que *Tancredo* apresentava seis versos a menos do que o texto em francês de Voltaire (CARVALHO, 2015, p. 71). Duarte também chama atenção para a concisão:

> Ora, a pequena distância entre Odorico e Voltaire, ou entre a língua portuguesa e a francesa, estaria a exigir muito menor carga isomórfica de recriação do que a tarefa ingente de produzir num idioma moderno o efeito criado nas línguas clássicas pelos épicos da Antiguidade. (...) Na aproximação comparativa entre uma e outra, credita-se-lhe o mesmo empenho pela clareza e pela concisão (DUARTE, 1999, p. 12).

Em prólogo a *Tancredo*, Odorico Mendes expôs ao leitor que modificou alguns epítetos e omitiu repetições para fazer de sua tradução concisa:

> Um tradutor, por mais hábil que seja, em muitas passagens fica abaixo do original; justo parece que, em compensação lhe disfarce alguns senões, contanto que não falte ao pensamento, e no todo dê igual ou semelhante prazer. O seu ofício não é seguir as palavras servilmente, mas representar na sua língua a mente e o modo de sentir do autor (MENDES, 1999, p. 197).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

O confronto da língua portuguesa do Brasil com o francês se deu por intermédio de Luís de Camões que, segundo Raimundo de Carvalho, foi base para a tradução voltairiana de Odorico: "Odorico submeteu o classicismo voltairiano ao classicismo português, cujo modelo era Camões" (CARVALHO, 2015, p. 67). O maranhense citou o poeta em prólogo a *Tancredo*, afirmando que a língua de Camões é mais concisa e abundante do que a francesa, "(...) posto que não tenha sido limada por muitos homens comparáveis aos excelentes escritores compatriotas de Voltaire" (MENDES, 1999, p. 198). Também apresentou suas referências dos que julgou serem os melhores dicionários da língua portuguesa, de Morais e Constâncio, obras que serviram de apoio, posteriormente, em suas traduções de Virgílio e Homero[12]. Também, em Voltaire, Odorico se justificou a respeito dos vocábulos que o leitor poderia vir a estranhar pela raridade e sugeriu a visita aos seus dicionários de consulta citados anteriormente. Em sua tradução dos antigos, Odorico discorreu sobre esses termos nas notas que estudaremos no segundo capítulo desta dissertação.

Na qualidade de defensor e entusiasta dos antigos, Odorico conferiu às tragédias de Voltaire um estopim para o trabalho de tradutor e, possivelmente, para a ideia de utilização da tradução como instrumento de formação do indivíduo oitocentista no Brasil. Em verbete no *Dicionário de Termos Literário*s, "'a tragédia poderia ser definida como uma ficção inspirada por uma séria preocupação com o problema do destino do homem'" (MULLER apud MOISÉS, 2004, p. 450). De acordo com Décio de Almeida Prado, em *O drama romântico* (1996), optar por escrever ou traduzir uma tragédia no século XIX era um compromisso e uma tomada de posição, uma vez que na Europa já se questionava o modelo da tragédia (PRADO, 1996, p 10). É possível estabelecer uma ponte com a querela entre antigos e modernos. A tragédia como um gênero da antiguidade sugere um posicionamento de Odorico na defesa pelos clássicos:

[12] Os dicionários que serviram de apoio para Odorico Mendes são os de Antônio de Moraes e Francisco Solano Constâncio. O primeiro intitulado Dicionário da língua portuguesa – recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado (1813) e o segundo Novo Dicionário crítico e etimológico da língua portuguesa (1836). O dicionário de Moraes foi o primeiro dicionário monolíngue da língua portuguesa.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

> A tragédia (...) adotando um ângulo de visão abrangente e distanciado, buscaria apreender a significação moral e racional do mundo, tendo a preocupação de extrair lições universais. O drama mostraria o real, a tragédia o interpretaria (...) (PRADO, 1996, p. 19).

E surge a reflexão: por que traduzir os clássicos? Como vimos anteriormente, o conceito de *bildung*, associado à tradução como instrumento de formação, tem forte atribuição pedagógica. Odorico Mendes entendia a leitura dos clássicos como um passo importante para um Brasil recém- independente, que sentia a necessidade de se colocar frente ao mundo civilizado. Esse processo foi possível também – e especialmente – através da tradução, que proporcionou a inserção e acesso aos cânones literários no Brasil.

Tendo isso em vista, ainda que Odorico não tenha produzido extensos paratextos às suas traduções de Voltaire como fez nas suas traduções posteriores, é possível compreender já um projeto embrionário de tradução na década de 1830. Nesse período, Odorico contribuía de outras maneiras à emancipação do Brasil através da política e da sua participação em periódicos, lugares em que exerceu um papel importante. Ao abandonar a carreira pública a partir da metade do século XIX, mudou-se para a Europa a fim de dedicar-se exclusivamente às traduções de todas as obras de Virgílio. É interessante refletir a respeito da mudança de rumo de Odorico: a tradução de Voltaire na década de 1830 compartilhando de seus ideais anti-absolutistas, enquanto que, vinte anos mais tarde, publica *Eneida Brasileira*, um poema dedicado a um Imperador. Trataremos desse ponto ao final deste capítulo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

2.5.
Os antigos e a literatura no Brasil

Qual era o lugar dos antigos na literatura oitocentista brasileira? De acordo com Daniel Pinha Silva, em *Apropriação e recusa: Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira* (2012), a literatura brasileira do século XIX estava atrelada ao debate da nacionalidade evidenciando laços entre a história e a literatura. Essa vinculação

reivindica do conceito de literatura três características: 1) que seja expressão do presente para a inconclusa independência do Brasil (na medida em que o Imperador do país no pós-independência era um português), 2) que sirva como conexão entre o processo histórico e o presente nacional – atendendo ao objetivo de inserir o país no desenvolvimento das ideias ocidentais – e 3) que ela esteja a serviço do brasileiro e de sua orientação no presente (SILVA, 2012, p. 13).

O ponto diz respeito à geração de intelectuais que surgiu e se desenvolveu com a emancipação do Brasil, através da produção de obras que pensavam sobre o país e os brasileiros, da tradução de modelos do *mundo civilizado* e da criação de periódicos literários com verbetes destinados a debater o momento inédito em que vivia o país. A primeira geração de intelectuais que escrevia pensando na formação do Brasil recém-independente adquiriu um caráter missionário e orientador das ações do individuo da boa sociedade. Tal foi o Romantismo inaugurado no Brasil por Domingos José Gonçalves de Magalhães, um dos principais intelectuais a contribuir para a construção de um projeto moralizante e pedagógico no Brasil. Segundo Bernardo Ricúpero, em *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830 – 1870)* (2004), é possível mapear o objetivo de produzir um guia para a *boa sociedade* nas obras de Gonçalves de Magalhães, que trabalhava para o desenvolvimento de um Brasil elevado aos moldes da Europa civilizada (RICUPERO, 2004, p. 92).

Lucilha Cidrini, em *Sentido de nação na trajetória da literatura brasileira* (2008), revelou que o Romantismo representou uma tomada de consciência dos letrados em relação à necessidade de afirmar a cultura brasileira distinta daquela do colonizador (CIDRINI, 2008, p. 76). O Brasil enfrentou duas independências: a política e a intelectual. Para a consolidação da segunda, houve uma busca contínua por um princípio ordenador que, no geral, era o conceito de *nacional* (SILVA, 2012, p. 42). Esse conceito foi legitimado através da aproximação de elementos do Brasil com os antigos, como veremos adiante.

Em 1836, Gonçalves de Magalhães publicou dois volumes da *Nitheroy: Revista Brasiliense, Ciências, letras e artes* em conjunto com João Manuel Pereira da Silva, Cândido de Azeredo, Araújo Porto-Alegre e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Francisco Torres Homem[13]. Seu objetivo era o de pontuar elementos da civilização brasileira, problematizando sua singularidade frente aos outros países ocidentais. É no Tomo Primeiro que Magalhães desenvolve o afamado ensaio *Discurso sobre a história da literatura do Brasil,* em que defende a construção de um aparato literário próprio do país, fundamental para a fortificação da nação brasileira. A epígrafe da revista exibe a constatação: "Tudo pelo Brasil e para o Brasil".

> A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas ideias, de mais filosófico no pensamento, de mais heroico na moral, e de mais belo na natureza; é o quadro animado de suas virtudes e de suas paixões, o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência (MAGALHÃES, 1836, p. 132).

Para Magalhães, a literatura era a expressão pura de uma individualidade e a compreensão do passado, uma peça fundamental para o "saber como se deve marchar" (MAGALHÃES, 1836, p. 145). Note-se que as traduções de Voltaire por Odorico são da mesma época, reiterando a intenção do maranhense na tradução de uma tragédia clássica francesa no objetivo de contribuir para a trajetória política do país e de sua autonomia intelectual. Verter um clássico estrangeiro para sua língua-mãe era uma maneira de entender-se soberano em relação ao mundo, sem a necessidade de uma língua intermediária para tal.

Mas qual o lugar dos antigos nesse projeto? A perspectiva civilizatória de Gonçalves de Magalhães resultou na publicação de uma obra financiada e encomendada pelo Imperador Dom Pedro II em 1856. Dada como uma epopeia nacional, *A Confederação dos Tamoios* apresentava o indígena como elemento de destaque para a construção do que julgava ser uma literatura de formação:

> (...) Magalhães construía, sob encomenda, o que deveria ser o maior épico nacional centrado na figura dos heróis indígenas, com seus atos de bravura e seus gestos de sacrifício. Tentando fundir a 'excentricidade romântica com a pesquisa histórica', esse autor acreditava ser possível superar as excentricidades regionais para chegar-se a um mito nacional de fundação (SCHWARCZ, 2003, p. 13).

[13] Para maiores referências sobre a revista *Nitheroy* ver RANGEL, Marcelo. Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói: os primeiros românticos e a civilização do Império do Brasil. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura o Departamento de História da PUC-Rio, PUC, Rio de Janeiro, 2011.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

De acordo com Rodrigo Turin, em *Entre 'antigos' e 'selvagens': notas sobre os usos da comparação no IHGB* (2010), Gonçalves de Magalhães, em sua épica, utilizava-se da autoridade dos antigos para garantir a reabilitação dos indígenas, comparando-os sempre na intenção da semelhança e da transferência dos bons valores para a condecoração dos *selvagens* (TURIN, 2010, p. 143). A caracterização de seu herói – o índio – se dava pelos atributos dos heróis homéricos, tais como a coragem, a hospitalidade e o culto à tradição. Tal como Odorico, Gonçalves de Magalhães se posicionava contrário a qualquer modelo de governo tirânico e destacou o modo de governar dos indígenas, com a escolha de um líder em tempos de guerra pela tribo, ainda que todas as decisões fossem tomadas em conjunto. Magalhães desenhava os personagens de sua épica visando a sociedade letrada, inspirando-a a absorver seus elementos pedagógicos.

Valdei Lopes de Araújo, em *A experiência do tempo, conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813 – 1845)* (2008), afirma que a ideia de conhecimento do passado passou a ser sinônimo de civilização. Araújo aponta que a descoberta de um Homero selvagem representava um ponto de determinação dos nativos indígenas como a origem da civilização brasileira. Logo, intelectuais como Magalhães produziam sua literatura inspirados nos moldes embrionários da civilização ocidental – os antigos – para despertar os valores de progresso que deveriam ser seguidos pelos brasileiros da boa sociedade:

> A literatura assumia uma função pedagógico-civilizacional muito específica (...) tendo em vista sua interpretação do tempo brasileiro como o passado da Europa, tratava-se de civilizar não apesar, ou principalmente, o selvagem, mas o próprio habitante do Brasil. O literato, que de algum modo pertence, por seus conhecimentos, também ao tempo europeu, era o ator privilegiado dessa atualização pedagógica. (...) adquiria a sua via singular de fazer política. Como educador, sua missão era qualificar o brasileiro, que entregue aos seus próprios instintos, não poderia ser o cidadão de um país civilizado (ARAÚJO, 2008, p.132-3).

Sob o modelo de Homero, Gonçalves de Magalhães escreveu *A Confederação dos Tamoios* em cantos. E, também como Odorico, produziu uma obra repleta de notas paratextuais ao final da leitura, esclarecendo sobre os personagens, vocábulos e apresentando uma vasta erudição a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

respeito da cultura indígena. Quatro anos mais tarde em publicação à *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Magalhães defendeu a existência de uma semelhança entre a língua tupi e a de Homero: "Pelo som e significação de muitos dos seus vocábulos, e formação de palavras compostas, tem ela alguma analogia com a língua de Homero" (MAGALHÃES, 1860, p. 45)

A recepção de Odorico Mendes à epopeia de Magalhães é apresentada em extensa nota que fecha sua tradução de *Bucólicas*:

> Os naturais do Brasil formam três consideráveis divisões: os mais civilizados, cuja máxima parte se estende pelo litoral, com usos quase europeus; os selvagens; os sertanejos, em geral pastores. (...) Os selvagens, rudes e de costumes quase homéricos, podem prestar belos quadros à epopeia: Chateaubriand, melhor que ninguém, mostrou-o como; e nossos Basílio e Durão, bem assim o Sr. Magalhães, deles tiraram o Uruguai, Caramuru e a Confederação dos Tamoios; e ainda outro bom engenho se ensaia em um poema semelhante (MENDES, 1858, p. 68).

Aqui, Odorico exaltou os costumes homéricos dos selvagens, tal como fez Magalhães em sua obra, reproduzindo os elementos indígenas para a reconstrução de uma jornada do herói tamoio pela libertação de sua terra. De acordo com Lucy Ana de Bem em nota à edição da *Ateliê Editorial* (2008), o dito *poema semelhante* na citação acima seria *Os Timbiras*, poema épico escrito pelo amigo de Odorico, Gonçalves Dias, cuja publicação na Alemanha se deu em 1857. Araújo Porto- Alegre, colega de Magalhães em seu projeto, também escreveu seu poema épico, *Colombo* (1866).

Como é possível destacar, os primeiros movimentos de autonomia literária do Brasil são, em alguma medida, pautados nos modelos clássicos dos antigos – da forma épica ao discurso moralizante de conduta[14]. Os intelectuais brasileiros daquele movimento pensavam os indígenas como os seus antigos, adequando-os aos moldes da antiguidade clássica – a épica, a epopeia e o herói nacional. Rodrigo Turin aponta que o Brasil produziu uma querela sobre o selvagem, diferente da querela francesa que vimos anteriormente. Aqui, discutiu-se a respeito do lugar do indígena na construção do discurso nacional (TURIN, 2010, p. 133). Em busca de

[14] Ilíada e Odisseia não foram obras produzidas com juízos de valores: seu caráter moralizante foi definido por posteriores leituras, tais como as dos séculos XVII, XVIII e XIX.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

respostas, os intelectuais da geração da primeira metade do século XIX aproximavam os nativos dos antigos com objetivo de enobrecer e legitimar os índios – tal como vimos em Gonçalves de Magalhães. Até que ponto essa geração também não se posicionava no debate sobre antigos e modernos, ainda que tardiamente? De alguma forma, a querela a respeito do selvagem gerou uma reflexão sobre a autoridade dos antigos: "Em um trabalho constante de aproximação e distanciamento, de conjunção e distensão, o uso das categorias 'selvagem' e 'antigos' parecia gerar efeitos no modo como o passado, presente e futuro eram relacionados" (TURIN, 2010, p. 145).

Antônio Cândido na já citada *Formação da Literatura Brasileira*, revelou que, entre 1830 e 1840, só era possível participar do processo de construção da literatura brasileira os que tinham o aval de Gonçalves de Magalhães, "considerado gênio, guia, fundador" (CÂNDIDO, 2000, p. 48). Odorico Mendes não fazia parte do grupo oficial da primeira geração romântica, mas compartilhava dos ideais civilizatórios dela. Gonçalves de Magalhães participou das leituras públicas das traduções de Odorico em eventos de intelectuais brasileiros pela Europa e foi um dos defensores de suas traduções, tal como Gonçalves Dias (DIAS, G. [*Carta*] 03 de fevereiro de 1858. [para] D. PEDRO II). Em texto publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Magalhães exaltou Odorico enquanto tradutor dos antigos:

> E como bem notou o Sr. Odorico Mendes, 'os selvagens, rudes e de costumes quase homéricos, podem prestar belos quadros à epopeia'. O parecer de tão abalizado crítico, que nos deu Virgílio em português, e luta para interpretar Homero, é de tanto peso, que decide só por si qualquer dúvida. Feliz me julgo de pensar como ele, que sabe o que é uma epopeia (MAGALHÃES, 1860, p. 63).

2.5.1.
Atenas Brasileira

> (...) no período imperial brasileiro, parcelas da sociedade que habitavam a cidade de São Luís de então decidiram se autocognominar herdeiros da civilização grega, ao tal ponto de assumirem que o Maranhão, então província, era a Athenas Brasileira, ou seja, possuía os mesmos ou parecidos marcos conceituais para o Brasil que a Grécia tinha para o Ocidente (BORRALHO, 2009, p. 15).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Odorico Mendes fazia parte do *Grupo Maranhense*, composto, dentre muitos, por Gonçalves Dias, Humberto de Campos, Arthur Azevedo, Coelho Neto, Francisco Sotero dos Reis, João Francisco Lisboa e Antônio Henriques Leal, intelectuais oitocentistas nascidos na província do Maranhão. O grupo era apelidado de *Atenas Brasileira* e, segundo Flávio José Soares, em *No avesso da forma: apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão* (2008) era "agente e produto de um espaço-tempo cultural excepcional" (SOARES, 2008, p. 142). De acordo com José Henrique de Paula Borralho em *A Athenas equinocial: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro* (2009), foi a maneira encontrada pelos maranhenses de participarem do processo de construção da identidade nacional, sem que a herança cultural com a antiga metrópole fosse negligenciada (BORRALHO, 2009, p. 18).

A província do Maranhão se destacou por sua singularidade na relação com Portugal no período colonizador. A elite econômica maranhense enviava seus filhos para formação na Europa, especialmente em Coimbra. Esses voltavam com gosto intelectual refinado: "A província era vista como aquela que se destacaria entre suas irmãs por se dedicar aos estudos literários com mais escrúpulo e seriedade" (SOARES, 2008, p. 133). O Maranhão sofreu politicamente com a independência de Portugal, demorando a reconhecer a separação com a metrópole. Além do prestígio econômico, os laços eram também culturais, sendo Portugal o grande centro de formação dos maranhenses:

> De início, a impressão que recolhi, numa primeira visão de Lisboa, foi que eu havia encontrado, deste outro lado do Atlântico, uma São Luís exagerada. Na verdade, pela ordem natural da precedência histórica, São Luís é que seria Lisboa em miniatura. (...) Nas esquinas dos trechos mais típicos, os mesmos braços de ferro para os velhos lampiões (JOSÉ MONTELLO apud CORRÊA, 2001, p. 59).

O debate a respeito do lugar do Maranhão na independência com a metrópole portuguesa propiciou o rápido desenvolvimento da imprensa na província. Segundo Roseane Arcanjo Pinheiro, em *O Conciliador e o jornalismo maranhense no início do século XIX* (2016), a província do Grão-Pará e Maranhão está entre as quatro primeiras a registrar a imprensa

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

portuguesa no continente americano, demonstrando o interesse da Coroa e dos portugueses na região que concentrava importantes atividades econômicas (PINHEIRO, 2016, p. 13). Sebastião Jorge, em *Política movida a paixão: o jornalismo polêmico de Odorico Mendes,* afirmou que o elo com a metrópole era tal, que por vezes até mesmo a sede da Corte era ignorada (JORGE, 2000, p. 20). Jorge ainda explica que a tipografia chegou à capital maranhense com a Revolução do Porto em 1820, por incentivo do governador da província, Bernardo da Silva Pinto da Fonseca, como vimos na Introdução deste trabalho. O periódico *O Conciliador* (1821) foi o primeiro impresso no Maranhão, ainda que atrelado ao governo português. O jornal apoiava a monarquia absolutista e discursava sobre os direitos dos portugueses e sugeria que maranhenses deveriam jurar a uma Constituição Portuguesa. O discurso dividiu os cidadãos em campos inimigos: portugueses e brasileiros (JORGE, 2000, p. 19). Em 1822, com a independência, o Maranhão sofreu perda de prestígio, uma vez que seus laços com Portugal eram importantes para a economia da província. Como dito por Antônio Henriques Leal, a Universidade de Coimbra era um centro tradicional de ensino e formação cultural dos maranhenses e esses estudantes tinham um importante papel de transformação social com seu retorno ao Brasil, trazendo refinamento intelectual à província (LEAL, 1873, p. 11).

Foi apenas em 28 de julho de 1823 que a província do Maranhão reconheceu a independência do Brasil, tornando-se a penúltima província a aceitar a separação. Ainda de acordo com Sebastião Jorge, o presidente da Junta Provisória gerou uma revolta popular no Maranhão, com a exigência de que os portugueses contrários à independência deveriam ser expulsos do Brasil em 1825. Tais acontecimentos impulsionavam a publicação de periódicos na província, estimulando uma tradição de imprensa política até, pelo menos, a primeira metade do século XX, garantindo um forte debate entre os defensores e opositores do governo (JORGE, 2000, p. 29). Essa tradição permitiu uma riqueza qualitativa dos jornalistas maranhenses cujo estopim se deu com a geração de Manuel Odorico Mendes.

Flávio Soares aponta que, ainda que contemporâneos à primeira geração romântica que surge no Brasil com Gonçalves de Magalhães no

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

sudeste do país, o grupo maranhense apresentava algumas diferenças. Os maranhenses não tinham a *afetação moralizante* dos fluminenses e, enquanto esses se formavam na França, os primeiros estudavam em Coimbra, a *Atenas Portuguesa* (SOARES, 2008, p. 146). A forte presença de colégios públicos no Maranhão também favoreceu o grupo de Odorico. Segundo relato do viajante norte-americano, Daniel Kidder, em *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: (Rio de Janeiro e província de São Paulo) compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e de diversas províncias* (1951), o Liceu Maranhense – em São Luís – comportava uma biblioteca com 4.000 livros, em sua maioria estrangeira. Lá, lecionava-se latim, grego, francês, retórica e filosofia. Kidder disse ter sido a capital mais bem construída que conheceu, apresentando asseio e um ar de iniciativa que raramente viu anteriormente (KIDDER, 1951, p. 270). Assim, a mocidade da província do Maranhão desenvolvia um refinamento cultural que os diferenciava da elite de outras partes do Brasil.

Logo, o elemento unificador do grupo maranhense era o bom gosto literário, esmerado nas letras clássicas e a identidade através do domínio da língua portuguesa como autoafirmação. Todos se preocupavam com a questão da linguagem e tinham o que José Veríssimo chamou de *superioridade da língua*, "onde o português se conservou mais puro (...) daí os modismos portuguesas da sua língua, em cuja sintaxe somente de construção menos invertida que a de Portugal se acharia porventura o brasileiro" (VERÍSSIMO, 1916, p. 22).

A respeito dos membros do grupo, Francisco Sotero dos Reis foi, dentre muitas coisas, escritor das *Apostilas de gramática geral, aplicadas à língua portuguesa pela análise dos clássicos* (1862) e tradutor de Júlio César. Além disso, escreveu *Curso de literatura portuguesa e brasileira: fundamentos teóricos e autores brasileiros* publicado entre 1866 e 1873. Nesse livro, Sotero falou sobre Odorico e suas traduções, elogiando o ofício e a escolha de traduzir modelos da antiguidade:

> (...) era preciso que o tradutor se houvesse em certa maneira identificado em espírito com o próprio autor do poema que tão superiormente, por essa razão chama sua tradução da Eneida, de Eneida Portuguesa e a de todas as obras do poeta latino, Virgílio Brasileiro, pois que seu é todo trabalho de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

> vestir tão elegantemente à brasileira alheios pensamentos, o que é como nova criação de leis (REIS, 1868, p. 304).

João Francisco Lisboa teve seus trabalhos reunidos em quatro volumes, em suas *Obras Completas*, com prefácio de Antônio Henriques Leal. Lá, estão reunidas crônicas, artigos e poesias do maranhense, além de biografias, uma delas a de Odorico Mendes, a quem julgou ter "linguagem correta, pura e portuguesa de lei, estivo simples, mas não sem elevação e decoro, e versificação fácil, branda e harmoniosa, são dotes que os caracterizam em sumo grau" (LISBOA, 1864, p. 515).

Já Gonçalves Dias foi um dos maiores expoentes do grupo maranhense com a *Canção do Exílio* e seus poemas épicos – *I-Juca-Pirama* – e de cunho nacionalista. Fazia parte da segunda geração romântica que continuou até 1860 e foi um dos principais articuladores para a publicação das traduções de Odorico no Brasil. O grupo maranhense, como um conjunto de jornalistas, desenvolveu o ofício de forma particular, com termos do Maranhão e o desejo de inclusão da região no projeto nacional, especialmente por sua demora no reconhecimento da independência.

Em nota ao Livro II da *Eneida*, Odorico Mendes citou os três conterrâneos como referência e acrescentou ainda o amigo gaúcho Joaquim Caetano de Silva que como professor de grego e de retórica lhe auxiliava quando necessário em suas traduções:

> Aqui não há palavra de mais nem de menos; mas o meu parente João Francisco Lisboa, um dos Brasileiros que melhor escrevem e conhecem a língua, fez-me algumas observações que me obrigaram a mudar a versão; e mais me confirmei nesta resolução, quando vi que era do mesmo voto os meus compatriotas os Srs. Gonçalves Dias e Joaquim Caetano de Silva, cujos estudos e talentos muito aprecio. A observação foi que o adjetivo Uma, estando separado de salvação sendo posto no princípio do outro verso, a fim de se sentir o contraste com o adjetivo nenhuma, não oferecia a mesma naturalidade e arremesso do poeta, e cheirava muito arte. A segunda versão nada perde do original, porque a antítese, tanto de pensamento como da palavra, dá-se entre os nomes esperança e desespero. O leitor pode escolher entre as duas variantes; pois, tendo-me sido louvada a primeira pelo Sr. Sotero dos Reis, não me atrevo a desprezá-la" (MENDES, 1858, p. 128).

A publicação de *Pantheon Maranhense, ensaios biográficos dos maranhenses ilustres falecidos* (1873) por Antônio Henriques Leal, foi a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

maneira que encontrou para homenagear os conterrâneos em uma coletânea dos ilustres participantes da *Atenas* do Brasil. Ao falar sobre a inauguração da estátua de Gonçalves Dias depois de sua morte:

> (...) cabendo-nos ao mesmo tempo a glória de ver nos reles do pedestal da coluna, que aqui está e aqui fica, os medalhões de um Gomes de Souza, de um Lisboa, de um Odorico e de um Sotero. Poderão de ora em diante tirar-nos tudo, menos esta gratíssima sombra do pórtico de Atenas (LEAL, 1873, p. 548).

2.5.2.
A épica no Brasil Romântico

Ainda que pertençam a regiões diferentes, os românticos e os maranhenses da primeira metade do século XIX tinham como objetivo a consolidação de tradições e a construção da emancipação literária do Brasil. Em comum, tinham a valorização dos antigos e a ode à antiguidade clássica, especialmente pelo gênero épico e à tragédia do teatro. Enquanto tradutor da tragédia de Voltaire, Odorico Mendes participou, em meados de 1850, do Conservatório Dramático Brasileiro – instituição de censura teatral que aproximava a arte do padrão moral e intelectual desejado pelo Império. Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães eram também tradutores e dramaturgos: Magalhães publicou em 1838 uma peça denominada *O poder da Inquisição* e Dias foi autor de *Patkull* (1843), *Beatriz Cenci* (1843), *Leonor de Mendonça* (1847) e *Boabdil* (1850), com temas polêmicos à época como o adultério, o incesto e a pena de morte. Segundo Karin Volobuef em *Friedrich Schiller e Gonçalves Dias* (2005), Dias teve dificuldade na publicação de suas obras no Brasil, censuradas pelo Conservatório Dramático Brasileiro. Como resultado, algumas foram encenadas na Alemanha, país em que exercia cargo na Secretaria dos Negócios Estrangeiros na década de 1850 (VOLOBUEF, 2005, p. 84). A aproximação com o país germânico impulsionou também a tradução do romântico Friedrich Schiller, *A noiva de Messina*, um enredo cujos elementos das tragédias gregas se fazem presentes. A tradução foi concluída em 1863, mesmo ano em que Odorico concluiu sua *Ilíada*.

A importância da épica para o projeto de formação dos intelectuais oitocentistas se faz clara, uma vez que a construção da poesia épica

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

representa situações exemplares à sociedade, surgindo em um momento de indefinição nacional – tal como no Brasil. Segundo Anazildo Vasconcelos da Silva em *História da epopeia brasileira: teoria, crítica e percurso* (2007), a matéria épica é a fusão de um evento histórico com uma aderência mítica, a qual exerce sobre ele uma ação *desrealizadora*. Sendo assim, o relato épico é monumentalizado e pode estar configurado como *epos*, ou seja, com referenciais históricos e simbólicos dissociados no processo de formação da tradição cultural (SILVA, 2007, p. 54). É uma unidade híbrida dos gêneros narrativo e lírico e apresenta elementos da narrativa literária (personagens, espaço, narrador) e da lírica. A épica – ou epopeia – carrega recursos rítmicos e sonoros em versos divididos em cantos e potencializa a significação simbólica de determinados eventos coletivos (SILVA, 2007, p. 53). Nely Pessanha em *Características básicas da epopeia clássica* (1992) identifica:

> A epopeia nutre-se de uma matéria preexistente a ela, relíquia de toda uma comunidade: o passado em sua dimensão histórico-mítica. O narrador tudo sabe, tudo vê, a tudo assiste. Ele é o intérprete do canto da musa. (...) Registra, conta, apresenta os acontecimentos, mas se isenta de revelar seus sentimentos ou de julgá-los (PESSANHA, 1992, p. 32).

Assim, como representação literária de eventos modelares, os clássicos foram interpretados por Odorico Mendes com enfoque na iluminação da pátria através do indivíduo – no caso do poema épico, do herói. Além da épica de Homero e Virgílio, Odorico também tinha como referências *Os Lusíadas,* de Luís de Camões, em que o narrador constrói um herói com referenciais simbólicos e históricos do passado e presente de Portugal. Camões foi protagonista de muitas notas de Odorico, que usou seus vocábulos como referência para interpolação de versos: "(...) Adaptei-lhe um de Camões, e assim faço algumas vezes" (MENDES, 1858, p. 524). Odorico também expôs sua admiração à poesia camoniana exaltando-o frente a Virgílio:

> Camões imitou-o no canto IV dos Lusíadas; e a imitação é superior ao original: não só o estilo do Português é ali de uma perfeição que nem a Virgílio cede, mas a causa da apresentação do Indo e do Ganges a D. Manuel é muito e muito maior (...) assim como não poucas vezes Virgílio imitando excede a Homero, desta feita o seu imitador o sobreleva evidentemente (MENDES, 1858, p. 566).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Isto posto, é possível colocar algumas questões: por que Odorico Mendes seguiu os caminhos da antiguidade greco-romana? Por que o maranhense dedicou- se à épica clássica no período em que o Brasil desenvolvia sua épica indígena? Por que não traduziu epopeias com heróis históricos?

A partir do Renascimento cultural, a épica adquiriu elementos de verossimilhança. Segundo Arbogast Schmitt, em *Mímesis em Aristóteles e nos comentários da Poética no Renascimento: da mudança do pensamento sobre a imitação da natureza no começo dos tempos modernos* (2010), o poeta do pós- renascimento trata de ações e personagens que, em um sentido empírico, sejam passíveis de "(...) realmente existirem no mundo" (SCHMITT, 2010, p. 183). Logo, enquanto a épica clássica se ocupa de material lendário, a épica renascentista trata do verossímil e do material histórico. Segundo Henrique Estrada Rodrigues em *Claudio Manuel da Costa e o caráter da história* (2012), o gênero épico verossímil ganha espaço nas práticas acadêmicas do século XVIII, incorporando notas explicativas com referências documentais, garantindo chão de historicidade às épicas de então (RODRIGUES, 2012, p. 63).

Luís de Camões foi um dos maiores representantes da épica renascentista portuguesa ao tratar em *Os Lusíadas*, do "herói" Vasco da Gama valorizando as grandes navegações e as conquistas de Portugal. Camões inovou ao adicionar elementos como a visão crítica voltada às reflexões a respeito de Portugal e seu poderio às referências clássicas. Seu material histórico e verossímil também foi representado por sua experiência, uma vez que já viajara às Índias e, portanto, desenvolvia relatos a respeito da navegação e da viagem, tema da epopeia. Com *Os Lusíadas*, Camões pretendia um valor épico capaz de superar a tradição a qual a própria obra se vinculava. Ele deixou de seguir, integralmente, a estrutura épica reconhecida por Aristóteles a partir da observação das obras clássicas de Homero e Virgílio, em que a poesia desvia da realidade[15].

[15] Ver mais em: SCHMITT, Arboarst. *Mímesis em Aristóteles e nos comentários da Poética no Renascimento: da mudança do pensamento sobre a imitação da natureza no começo dos tempos modernos*. In: LIMA, L. C. (org.) Mímesis e a reflexão contemporânea. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

A valorização de Odorico Mendes do passado e da antiguidade greco-romana já se faz clara desde seus textos jornalísticos. Ainda que entenda *Os Lusíadas* como um clássico de referência, seu conjunto de questões a respeito dos clássicos e do cânone literário está na tradução de Homero e Virgílio. Embora Odorico tenha utilizado a épica portuguesa de Camões em seus versos e conjunto de referências, me parece importante a escolha da tradução dos clássicos grego e latino para sua empresa pedagógica. O maranhense entendia o ineditismo da tradução dos clássicos *Eneida*, *Geórgicas*, *Bucólicas*, *Odisseia* e *Ilíada* para o português do Brasil, fundamentais para o desenvolvimento de seu projeto. Ao nomear seu conjunto de traduções das obras de Virgílio como *Virgílio Brasileiro* e, anteriormente sua Eneida de *Eneida Brasileira*, Odorico sugeriu uma mensagem pátria importante. E, mais, contrapôs sua tradução à *Eneida Portuguesa* de João Franco, como veremos no próximo capítulo. A fim de contribuir para o momento de emancipação em que vivia o Brasil, Odorico julgou útil a tradução de Homero e Virgílio e, assim, da épica clássica.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

2.6
Destacando o lugar de Virgílio

Apresentado o campo de problemas a respeito da tradução como formação e da presença dos antigos nessa equação, quero apontar para a hipótese de que, enquanto tradutor, Odorico Mendes tinha como objetivo contribuir para um projeto civilizatório da sociedade letrada do século XIX. Como dito anteriormente, Odorico não produziu verbetes a respeito da literatura nacional, como seus colegas, mas se inseriu no debate oitocentista através dos paratextos às suas traduções.

Aqui é interessante retomar o ponto a respeito da mudança de paradigma de Odorico Mendes, a propósito de suas traduções: na década de 1830, ao traduzir Voltaire, compartilhava do ideal anti-absolutista do francês e traduziu uma tragédia de crítica ao autoritarismo. Desde 1825, com a publicação de seu periódico *Argos da Lei,* Odorico se colocava fortemente contrário a um governo absolutista e à presença dos portugueses favoráveis à colonização no Brasil. O Imperador vigente, Dom

Pedro I, sofreu com o conturbado período de revoltas de emancipação no norte e nordeste do país, além da insatisfação popular com a Guerra da Cisplatina. Odorico não se expressava contrário ao Imperador em *Argos da Lei*, mas escrevia artigos contundentes sobre assuntos como a monarquia absolutista, a liberdade e os portugueses em solo brasileiro.

Em edição de número 24, refutou a ideia de que Portugal tinha direito de conquista sobre o Brasil e, por isso, poderiam reclamar a posse das suas antigas colônias: "Ninguém pode negar que a força, a guerra e a desordem estabeleceram a maior parte dos impérios do mundo, mas por ventura estes excessos podem ser legítimos?" (MENDES, 1825, n. 24). Defendeu que o poder do soberano emana da sociedade e que quando a autoridade se apresenta razoável, é obedecido com lealdade. Para Odorico, a construção do Estado passava pelo assentamento em bases constitucionais sólidas e estáveis, pois era através delas que os brasileiros poderiam se desligar dos portugueses (MENDES, 1825, n. 4): "(...) perigosíssimo acostumar os brasileiros a serem chamados de portugueses de hoje em diante: querem adoçar o termo e dar-nos a beber o veneno" (MENDES, 1825, n. 6). Contudo, Odorico se colocava contrário à democracia, por não acreditar no sucesso do modelo político naquele período. Justificou seu ponto de vista em edição de número 44, com a Revolução Pernambucana, que transformou Pernambuco em um cenário de tragédias quando se deixou levar pelo governo popular (MENDES, 1825, n. 44). Segundo Antônio Henriques Leal, Odorico temia a democracia por acreditar que faltava preparo intelectual à sociedade brasileira que sofria de atraso moral e um admirável "desprendimento no altar da pátria" (LEAL, 1873, p. 30).

Com a abdicação de Dom Pedro I, Odorico, em conjunto com José Ribeiro da Silva, escreveu aos representantes da Corte para uma reunião de emergência. Assim, "(...) por influição de Odorico Mendes a regência provisória, composta de Vergueiro, de Francisco de Lima e Silva e do Marquês de Caravelas" aconteceu (LEAL, 1873, p. 27). Odorico defendeu a manutenção da Monarquia Constitucional durante o período da regência com a condição de uma reforma na Constituição. Com o fim do governo de Dom Pedro I, é possível perceber a mudança de paradigma em Odorico:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

ainda que tenha sido o Imperador da independência, era português e autoritário. Em dezembro de 1839, escreveu um soneto para a coroação de Dom Pedro II, em que exaltava sua posse e sua condição de brasileiro:

> "Filho da América, imortal
> carreira Traça, Príncipe Augusto;
> acaba a empresa
> Que infeliz Pai consolidar não pôde! (...) Então, sangue de Reis, não te deslumbre O encanto do podre; ama, aprecia
> Ser Brasileiro mais que ser Monarca"
> (MENDES apud OLIVEIRA, 2012, p. 424-5)

Nos versos, ficam claras as expectativas de Odorico a respeito do novo governo: um imperador brasileiro para propor a paz e a estabilidade ao Brasil, tal como Virgílio cantou a Augusto em *Eneida*. Aqui, é possível observar a assimilação de Augusto com Dom Pedro II, como um indicativo dos objetivos de Odorico Mendes. Ele pode ser entendido como um déspota esclarecido, ou seja, um governante que compartilhava de ideias de progresso. Dom Pedro II contribuiu para o desenvolvimento cultural do Brasil, e ficou conhecido, então, como o patrono das artes e das ciências. Era um curioso de novas línguas, aventurando-se a ser também um tradutor. Construiu um observatório astronômico no Paço Imperial, foi membro da Academia de Ciências Francesa e considerava a educação como o caminho para o desenvolvimento do país, bem como do sentimento nacional. Durante seu reinado, foram criados o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o colégio Pedro II e a Imperial Academia de Música e Ópera Nacional. A Imperial Escola de Belas Artes, criada no governo de seu pai, recebeu investimento.

Quando Odorico Mendes traduzia Homero na década de 1860, Dom Pedro II lhe ofereceu o cargo de cônsul na Grécia para conhecer lugares que poderiam ser úteis à sua tradução. Odorico recusou por achar insuficiente a remuneração. Além disso, não queria sentir-se preso ao resultado da tradução, preferindo trabalhar por conta própria (LEAL, 1873, p. 61). Ainda assim, é interessante reparar na valorização do Imperador a respeito da tradução de Odorico e da disseminação de um clássico para o Brasil.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

A mudança de paradigma de Odorico Mendes é importante para pensar em seus objetivos: quando jornalista e político combativo na juventude, optou por traduzir duas tragédias clássicas de Voltaire. Colocava-se contrário aos que defendiam a volta da colonização de Portugal, especialmente seus conterrâneos, uma vez que a província do Maranhão aceitou a independência tardiamente, como vimos. Foi polêmico em seus periódicos e na Câmara, defendendo os interesses dos brasileiros e da constituição. Quase vinte anos depois, amadurecido e sob um governo que prometia estabilidade política, econômica e um forte desenvolvimento cultural, Odorico optou por debruçar-se aos clássicos antigos. A escolha da *Eneida*, nesse caso, faz-se ainda mais interessante, uma vez que se trata de uma épica imperial.

Luiz Costa Lima em *História. Ficção. Literatura* (2006) define Virgílio como um poeta imperial, destinado a legitimar o Império de Augusto e garantindo à sua épica um propósito político importante. Na *Eneida*, o herói é o responsável pela fundação do que serão os romanos, ou seja, do que eram os romanos contemporâneos à leitura de Virgílio: "Eneias fora apenas o agente do destino, o escolhido por Júpiter, entre aqueles que antes perseguira, para que se cumprisse o império romano (LIMA, 2006, p. 222). Em gerações posteriores, a obra serviria para legitimar um modelo de formação, fundação e poética. É nessa ideia de épica imperial que Odorico Mendes apoiou seu projeto de tradução.

É interessante perceber que a primeira publicação da tradução do Livro I da *Eneida* se deu em dezembro de 1843, dois anos após a coroação de Dom Pedro II. Além da precedência por Virgílio, Odorico também escolheu *Eneida* como a primeira obra a traduzir do poeta latino. A opção pela épica de Virgílio é importante para entender a intenção do maranhense a respeito de sua contribuição ao projeto de Brasil que se formava. Como visto anteriormente, foi na introdução de sua *Eneida* que declarou o desejo de que seus paratextos – e sua tradução – servissem de instrução aos estudantes do latim e da literatura.

Eneida narra as aventuras de Eneias, filho de Vênus e Anquises, que recebeu como missão a fundação da cidade de Roma. Herói já cantado por Homero em *Ilíada*, Eneias encontra muitos obstáculos após fugir de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Troia com o fim da guerra. Para concluir a missão enfrenta empecilhos no regresso, sem desistir de seus objetivos. Segundo Antônio Medina Rodrigues, a *Eneida* é uma história de patriotismo messiânico cujo destino é a fundação de um país natal (MEDINA, 2008, p. 13). Virgílio recebeu a encomenda do Imperador Augusto e buscou celebrar os feitos de Eneias estabelecendo um sólido laço com o povo romano que se confunde na épica do poeta:

> Eneias representa o herói épico por excelência, com todas as suas características; é o herói por natureza e, sendo filho de uma deusa – Vênus – e de um mortal – Anquises – possui, de inicio, a existência dupla que unge o herói épico, tendo de ultrapassar a condição histórica (ser mortal) e alcançar a existência mítica para assegurar sua imortalidade ao lado da condição de herói (TANNUS, 1992, p. 189).

O herói épico é, assim, portador do mais alto grau de excelência. Gonçalves de Magalhães, ao estabelecer uma analogia entre a língua tupi e a de Homero e comparar os primeiros aos heróis do segundo, sugeriu um alto grau de excelência cultural e intelectual dos nativos, os *antigos* da cultura brasileira. Odorico, por sua vez, ao traduzir a *Eneida* em detrimento de qualquer outra obra épica e, mais do que isso, ao intitular sua tradução como *Eneida Brasileira* declarou sua analogia ao projeto de nação que se construía naquele período. A *Eneida*, uma épica da fundação de Roma e dos romanos, dispor de uma tradução com o adjetivo de *brasileira* sugere uma analogia com a formação e fundação do Brasil e dos brasileiros: "Na *Eneida* (...) é para um dever que tudo aponta, e cujo centro é Roma" (MEDINA, 2008, p. 12).

No segundo capítulo, trataremos dos paratextos de *Virgílio Brasileiro* e qual a sua contribuição para a estruturação do projeto de formação de Odorico Mendes. Além disso, é importante analisar a adesão do adjetivo *brasileiro*, tanto em sua primeira publicação da *Eneida*, quanto nas obras completas de Virgílio. Qual o lugar do clássico no projeto de Odorico e quão importante foi Virgílio para consolidação dele?

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

3.
As notas de um Virgílio Brasileiro oitocentista

3.1
Paratextos

> Assim, para nós o paratexto é aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público. Mais do que um limite ou uma fronteira estanque, trata-se aqui de um limiar ou (...) de um 'vestíbulo', que oferece a cada um a possibilidade de entrar, ou de retroceder (GENETTE, 2011, p. 9).

Paratextos são recursos constitutivos que retomam o texto como forma discursiva: elementos limítrofes que não devem ser lidos em sua marginalidade, mas enquanto atos de linguagem. O francês Gerard Genette definiu em *Paratextos editoriais* (2011) que as mensagens paratextuais prestam serviços auxiliares ao texto a que se dirige (GENETTE, 2011, p. 10). São uma ferramenta de transcendência textual e um ato de linguagem, podendo ser uma chave de análise fundamental para a investigação de um discurso, tal como se apresentará neste trabalho. Ao dividir os paratextos em *peritexto* e *epitexto*, Genette sugere um conjunto de materiais de apoio ao texto base. Os *peritextos* abarcam os elementos que estão imediatamente relacionados ao texto, tais como o glossário, o prefácio, posfácio, as notas e a capa. O *epitexto*, em contrapartida, é a definição dos elementos que são externos ao texto publicado, como entrevistas, críticas ou correspondências (GENETTE, 2011, p. 12).

Os paratextos ainda podem ser autorais ou editoriais e abordar informações sobre o conteúdo da obra ou apenas a respeito da estrutura da publicação. Seja como for, as mensagens paratextuais são importantes enquanto complemento do discurso e, assim, têm um aspecto funcional e uma força ilocutória que serão relevantes para a argumentação deste trabalho.

O historiador Anthony Grafton em *As origens trágicas da erudição* (1998) afirmou que as notas, definidas por ele como "histórias marginais ao corpo do texto", existem para conferir legitimidade ao discurso, convencendo o leitor de que o conteúdo é verossímil e verdadeiro

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

(GRAFTON, 1998, p. 16). Além disso, as notas são um conjunto de referências que demonstram erudição de quem as escreve, conferindo autoridade ao texto e ao autor e são elas as responsáveis por agregar a obra com a criação, sugerindo seu processo de concepção no âmbito ideológico e prático.

As notas enquanto história secundária e marginal são um aparato da narrativa moderna. Ainda segundo Grafton, elas separam a modernidade da tradição, garantindo um extenso comentário na forma de pequenos ensaios. Até o século XVIII, as notas eram destinadas aos leitores intelectuais ou eruditos, passando a ser, a partir de então, uma prática destinada a qualquer leitor interessado no texto:

> O surgimento das notas de rodapé separa a modernidade histórica da tradição. Tucídides não identificou suas fontes ou refletiu sobre seus métodos em textos paralelos a sua narrativa. Nos últimos séculos, ao contrário, a maioria das histórias tem adotado uma versão da forma padrão dupla. A presença das notas é essencial. Muitos autores renascentistas vieram a se considerar como quem escrevia para uma posteridade tão distante quanto eles estavam dos clássicos. Por conseguinte, começaram a registrar por escrito os tipos de informação histórica e biográfica que eles próprios valorizavam muito quando estudavam os romanos (GRAFTON, 1998, p. 31).

No caso do tradutor, o paratexto adquire ainda um campo de fala importante. Marie Hélène Catherine Torres em *Traduzir o Brasil literário: paratexto e discurso de acompanhamento* (2011) complementa que os paratextos são também discursos de acompanhamento, ou seja, um espaço em que a ideologia do tradutor se impõe de maneira mais evidente (TORRES, 2011, p. 17). Germana Henriques Sousa em ensaio publicado no mesmo livro pontua que no caso do tradutor, os paratextos garantem um espaço de visibilidade a seu ofício, mas também contribuem para a recepção da tradução à cultura de chegada (SOUSA, 2011, p. 12). Os paratextos são um suporte importante para os projetos de tradução na medida em que apresentam as escolhas do tradutor. A investigação dos discursos de acompanhamento pode indicar um conjunto de elementos fundamentais à definição de um projeto de tradução.

Muitos foram os intelectuais que propuseram notas às suas traduções. Durante a querela entre antigos e modernos que visitamos no capítulo anterior, os membros da Academia Francesa fizeram uso de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

paratextos para defender sua posição no debate. Especialmente na segunda fase da querela, que foi definida pelas traduções de Homero, Madame Dacier e Houdar de la Motte produziram paratextos em que expunham seu lugar na discussão. No Brasil oitocentista não foi diferente. Muitos dos intelectuais brasileiros produziram traduções atreladas a discursos complementares, desde prefácios às notas. Enquanto projeto, a tradução tem um objetivo específico e a escolha do texto a ser traduzido confere um peso central para sua idealização. Assim, os paratextos são artifícios de autoridade e legitimidade do projeto, adquirindo um papel híbrido de discurso e ação ao traçar estratégias de tradução, as justificativas para o projeto e comentários teóricos.

Teresa Dias Carneiro em *Contribuições para a teoria do paratexto do livro traduzido: caso das traduções de obras literárias francesas no Brasil a partir de meados do século XX* (2014) afirma que o prefácio de um tradutor oscila entre comentários sobre os obstáculos do ofício – especialmente quando obra traduzida e o tradutor estão distantes temporalmente – e comentários críticos e históricos a respeito da obra, do contexto e do autor. Assim, o discurso complementar pode servir como suporte histórico ou ensaio literário e o tradutor pode vir a assumir o papel de historiador e crítico, desenvolvendo um discurso didático e moralizador (CARNEIRO, 2014, p. 164). Segundo G. W. Bowersock em *Art of the Footnote* (1983), as notas podem ser um subtexto perigoso, uma vez que estão carregadas de intenção: o autor dos paratextos é quem direciona a leitura (BOWERSOCK, 1983, p 57).

Logo, os paratextos viabilizam ao tradutor um lugar de fala relevante, garantindo a visibilidade do seu ofício e da trajetória de sua tradução. Gérard Genette sugeriu a análise das mensagens paratextuais através de algumas perguntas: em que lugar está o paratexto na obra *(onde?)*, qual seu modo de existência e data de aparecimento *(como e quando)*, quais as características de sua instância de comunicação *(de quem para quem)* e quais as funções que animam sua mensagem *(para fazer o que)* (GENETTE, 2011, p. 12). Além disso, Genette propõe definir algumas características como o tempo em que o paratexto foi produzido, se antes, depois ou concomitante à escrita, qual a natureza do emissor e do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

destinatário, o grau de responsabilidade e autoridade do primeiro e, por fim, qual a força elocutória da mensagem (GENETTE, 2011, p. 15).

O caminho de análise e interpretação dos paratextos de Odorico Mendes me permite pensar como ele fez uso dos procedimentos retóricos e poéticos como tradutor. O maranhense organizou estratégias de discurso como a retórica e, especialmente, o epidítico para inserir a importância dos clássicos no cenário brasileiro através das suas traduções.

3.2
Retórica

> Retórica quer dizer 'arte de falar'; designa, pois, segundo sua significação fundamental, o método de construir o discurso artisticamente. Desse germe desenvolvem-se, com o correr dos tempos, uma ciência, uma arte, um ideal de vida e até uma coluna básica da cultura antiga. De formas diversas, durante nove séculos, a retórica vincou a vida espiritual dos gregos e romanos (CURTIUS, 1996, p. 102).

A análise dos paratextos também revela as estratégias linguísticas utilizadas pelo autor ou tradutor do texto na concepção de seu discurso. Roland Barthes em *A antiga retórica* (1975) define a retórica como elemento de uma metalinguagem – ou seja, um discurso sobre o discurso – e a divide em seis partes: a retórica como ciência, prática lúdica, técnica, ensinamento, moral e como prática social. Interessa-nos pensar a retórica nos quatro últimos pontos. Enquanto técnica, a retórica abarca a arte da persuasão e do conjunto de normas para o desenvolvimento de um discurso que se revela mais importante no convencimento tanto do ouvinte quanto do leitor, do que na sua veracidade. Na Antiguidade, a retórica como ensinamento era transmitida de um mentor para seus discípulos, desenvolvendo o sistema de avaliação através de provas e exercícios. Segundo Ernst Curtius em *Literatura europeia na Idade Média* (1996), os mentores – sofistas – eram mestres ambulantes de sabedoria e formavam os indivíduos servindo à *paideia* através da força da palavra (CURTIUS, 1996, p. 102). Enquanto moral, a retórica constitui um sistema de normas para limitar os desvios da linguagem passional. E, por último, a retórica enquanto prática social consiste na posse da palavra pelas classes dirigentes (BARTHES, 1975, p. 6).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

A sistematização da teoria de Barthes se apoia na *Retórica* de Aristóteles, que marca a força da enunciação enquanto arte de convencer o público. Logo, o argumento envolve o *ethos* (caráter do orador), o *logos* (palavra enquanto discurso) e o *pathos* (público). O discurso é dividido em três gêneros: o judicial, o deliberativo e o epidítico, com destaques na particularidade no que diz respeito ao comportamento do auditório e à intenção de quem profere o discurso. O primeiro consiste numa acusação ou em uma defesa com finalidade ética e tem como auditório o juiz, que julga ações do passado. Já o discurso deliberativo tem objetivo político e como público a assembleia, que julga o tempo presente. Consiste na técnica da persuasão e dissuasão. E, por último, o discurso epidítico, que tem como auditório os que julgam o tempo futuro e desenvolve o discurso do elogio, da eloquência e da censura. Roland Barthes definiu o epidítico como uma "prosa-espetáculo" (BARTHES, 1975, p. 49). De acordo com Ernst Curtius, após queda das cidades-estados gregas e da República romana, o discurso do elogio se transformou na técnica do louvor, aplicável a qualquer assunto (CURTIUS, 1996, p. 109). O gênero evoca a estratégia do elogio ou da censura, cabendo ao público o papel de espectador e ao orador o de ampliar os valores pré-existentes no auditório como ferramenta de persuasão. Como ampliação de um modelo, o discurso epidítico desenvolve a difusão de valores morais determinados pelo orador.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

3.2.1
Retórica no Brasil do século XIX

José Murilo de Carvalho em *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura* (1998) apontou que a retórica no Brasil oitocentista foi oriunda da tradição escolástica que predominou no Colégio das Artes e na Universidade de Coimbra, dominados pelos jesuítas de 1555 até 1759. Após a Era Pombalina, tanto o Colégio das Artes quanto a Universidade de Coimbra passaram por reformas entre 1759 e 1772. Elas buscaram redefinir o conteúdo e o método de ensino das matérias já existentes como o latim e a concepção da retórica. Segundo Carvalho, o tratado de Luís Antônio Verney, *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), foi

a base para a restruturação da educação naquele momento. Em 1759, anexou-se um documento intitulado *Instruções para professores de retórica* ao alvará régio da reforma, em que definia a retórica como a arte mais necessária, uma vez que ordenava os pensamentos para a técnica da persuasão (CARVALHO, 1998, p. 132). Cícero, Quintiliano e Aristóteles eram os autores de referência do documento. A partir de 1763, passou a ser obrigatório um exame de retórica para admissão à Universidade de Coimbra e aulas régias da disciplina e também de grego, de latim e de poética foram ministradas aos filhos da elite da sociedade.

Murilo de Carvalho pontuou algumas características da retórica no Brasil do século XIX, como a mudança de argumentação conforme e audiência: os costumes do público e o objetivo do discurso submetiam o orador a uma adaptação destinada a garantir o sucesso da persuasão. Carvalho também apresentou a importância da autoridade do orador e da citação de outros autores para legitimar o discurso:

> O que se sugere aqui é que o fenômeno onipresente da citação de autores estrangeiros (...) não seja visto apenas como indicador de dependência intelectual, nem como colocação correta ou incorreta de ideias. Sugere-se que uma chave útil de leitura pode ser dada pelo estilo de raciocínio. Dentro da tradição brasileira, o argumento de autoridade era um requisito indispensável, era um recurso de argumentação, uma retórica" (CARVALHO, 1998, p. 143).

Roberto Acízelo de Souza em *O Império da Eloquência* (1999) definiu a retórica como "a arte que embala o raciocínio através das palavras" e a inseriu no contexto brasileiro a partir do século XIX com a consolidação dos estudos literários, pautados nas letras clássicas (SOUZA, 1999, p. 6). A linguagem se fez presente nesse cenário brasileiro: "A particularidade luso-brasileira de uma tradição pedagógica humanística (...) o gosto pelo discurso florido e enfático como uma das distinções do modo de ser brasileiro" (SOUZA, 1999, p. 24). Acízelo destacou o perfil humanístico dos intelectuais do século XIX e afirmou que o sistema pedagógico do período no Brasil garantia um público leitor para os livros que abordavam a retórica e a poética.

Odorico Mendes fez parte do grupo de intelectuais que trabalhou com a retórica. Como dito em capítulo anterior, o maranhense foi professor de retórica no Maranhão e estudou na Universidade de Coimbra, onde

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

esteve em contato com a disciplina. Como um recurso de linguagem dos antigos, o uso da retórica reforça a inclinação de Odorico para a tradição clássica. Como tradutor, mobilizou estratégicas retóricas do epidítico em seus paratextos, elogiando e exaltando os antigos, especialmente Virgílio e sua epopeia. Como veremos adiante, esse recurso será importante para a argumentação deste trabalho, uma vez que o maranhense entendia suas traduções e paratextos como um instrumento formativo. Além disso, Odorico também visitou muitas referências estrangeiras para conferir autoridade a si mesmo e ao seu discurso. Como figuras de autoridade, o maranhense buscou o destaque dos clássicos portugueses, reforçando seu apreço pela tradição. O maranhense assumiu o expediente retórico da emulação ao amparar-se nos clássicos – Virgílio e seus tradutores já clássicos – para produzir o novo, ou seja, um *Virgílio Brasileiro*[16]. A prática do epidítico levou Odorico a emular os clássicos, colocando-se à altura deles e assumindo igual potência criativa através do espírito.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

3.3
O Virgílio de Odorico Mendes

Como vimos no capítulo anterior, o século XIX no Brasil desencadeou um momento de emancipação intelectual significativo, especialmente a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838. Enquanto intelectuais como José de Alencar, Gonçalves de Magalhães e Francisco Sotero dos Reis escreviam ensaios sobre o novo momento literário e como deveria ser desenvolvida a literatura brasileira no pós-independência, Odorico Mendes buscava outros caminhos para participar do movimento. Após o abandono da vida pública, o maranhense deixou o país e exilou-se na França com a família para dedicar-se exclusivamente ao projeto de tradução.

Para o argumento deste trabalho, é determinante pensar a respeito da precedência da *Eneida* e de Virgílio no projeto de tradução de Odorico Mendes. Publicada em 19 a. C., a *Eneida* é um símbolo da valorização

[16] Ver: ROCHA, João Cesar de Castro. Machado de Assis: por uma poética da emulação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

política e cultural de Roma. Encomendada pelo Imperador Augusto, a epopeia latina de Virgílio representou uma propaganda política *poética* que buscou afirmar o poderio do Império Romano do Ocidente. Exaltou a força de um personagem da memória coletiva dos romanos – Eneias – e foi pensada aos moldes das bíblias literárias ocidentais – *Odisseia* e *Ilíada* –, com a finalidade de cantar as glórias de Roma e retratar o renascimento de um Império.

Segundo Johnny José Mafra em *Sonho, mito e realidade: propósitos do sonho profético de Eneias* (1983), a assimilação do lendário herói Eneias ao Imperador Augusto transformou a *Eneida* em um instrumento de refundação do Império: "Aqui se defrontam dois mundos, como num espelho: o mundo de Eneias que, numa visão profética, enxerga o futuro glorioso, e o mundo de Augusto que, numa revisão da história das tradições, enxerga o seu passado" (MAFRA, 1983, p. 9). A história de Eneias, filho da deusa Afrodite e do mortal Anquises, revela uma lenda conhecida pelos romanos desde 4.500 a. C. Em Homero, Eneias foi protegido pelos deuses e se destacou como um grande guerreiro troiano, sendo inferior apenas a Heitor (GRIMAL, 1992, p. 135). Segundo Marcia Regina de F. da Silva em *A construção da épica de Virgílio e o ideal augustiano* (2014), Eneias representa todo o povo romano e a Roma gloriosa e, "por extensão, a epopeia também narrará a formação do mundo" (SILVA, 2014, p. 4). Além disso, o herói virgiliano traduz os valores romanos emanando a coletividade. Eneias era um vencido e sua missão providencial era retornar a uma pátria que não existia mais, por isso a necessidade da fundação:

> Esse poema seria dominado pela emergência de certo modelo humano, encarnado na pessoa do Fundador, Eneias, e que depois repercutira de geração em geração até o jovem herói que seria percebido, ao longe, na floresta dos símbolos e dos mitos (GRIMAL, 1992, p. 192).

Gerando um conflito entre o plano real de Augusto e o mítico de Eneias, Virgílio pensou a *Eneida* em um contexto anterior à fundação de Roma, mas que sugeriu uma linhagem entre Eneias e o Imperador Augusto. Segundo Antônio Medina Rodrigues em *A Eneida virgiliana entre a vivência e a narração* (2005), a *Eneida* aborda o messianismo de fundação de outra terra natal em tempos de dissolução de Troia. Ela seria,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

portanto, uma história de patriotismo (RODRIGUES, 2005, p. 13). ‘

Em prefácio à tradução da *Eneida* de Carlos Alberto Nunes (2014), João Ângelo Oliva Neto indica que, diferente de Ulisses que era um herói guerreiro, Eneias era um herói fundador e um instrumento divino de caráter messiânico (NETO, 2014, p. 23). Afirma, ainda, que Virgílio é um clássico na medida em que é um modelo a ser imitado, sendo a *Eneida* uma referência ética aos romanos, educando através do deleite, assumindo um caráter pedagógico escolar e também de modelo para outras epopeias latinas (NETO, 2014, p. 13). Enquanto Eneias tinha a missão e o destino de fundar a *Nova Troia*, Virgílio tinha como tarefa cantar a grandeza dos romanos, celebrando o pertencimento de Roma ao glorioso passado grego. Nesse sentido, é possível pensar que Odorico Mendes tinha como objetivo cantar o pertencimento do Brasil em um glorioso passado latino?

Tendo em vista a hipótese deste trabalho, Odorico Mendes desenvolveu um projeto pedagógico-civilizacional através de suas traduções e, assim, a escolha da *Eneida* para a primeira obra a ser vertida para o português do Brasil no período de dedicação exclusiva ao oficio foi bastante significativa. Odorico deu prioridade a Virgílio e à tradição dos romanos para a realização do projeto. A inserção de Homero se deu posteriormente. Além disso, a prioridade da tradução da *Eneida* em detrimento de *Bucólicas* e *Geórgicas* (publicadas por Virgílio antes de *Eneida)* foi também relevante, uma vez que reforça o posicionamento de Odorico em relação a seu projeto de formação.

André Lefevere em *Tradutores na história* (1998) apontou que a tradução não é uma atividade isolada das instituições e disputas de poder dentro de uma sociedade. A atividade tradutória, bem como a literatura, fazem parte de um sistema social e político e, especialmente a primeira, se dá através do bom relacionamento com esses sistemas (LEVEFERE, 1998, p. 165). Assim, se é possível entender a finalidade da tradução da *Eneida* de Odorico no sistema político e social da segunda metade do século XIX, talvez seja interessante pensar como o Imperador Dom Pedro II estimulava atividades culturais que reforçavam o conceito de civilização no Brasil. Dentre elas a tradução, sendo ele mesmo um tradutor e um grande entusiasta da troca cultural através da literatura. Logo, a tradução não

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

parece se desvincular do conjunto de valores sociais e políticos do período. A tradução de Virgílio desenvolvida por Odorico Mendes indica seu entendimento do ofício como um recurso pedagógico. Em um país recém-independente, a tradução era uma ferramenta fundamental para a introdução de obras universais na sociedade letrada e o tradutor uma peça social e política importante dentro desse conjunto.

Da mesma maneira que Virgílio objetivava cantar as glórias de Roma, do Imperador Augusto e da *pax romana*, Odorico propunha cantar o Brasil independente e o Imperador Dom Pedro II à sua maneira, na transposição cultural de um clássico capaz de sugerir essa analogia:

> E mais, havia entre os dois grandes poetas e o imperador um ponto de contato que os tornava amigos: apaixonados eram os três da poesia e das belas artes. Os poetas folgavam de louvar um príncipe esclarecido que as protegia, que tinha o mesmo gosto que eles: nada ha mais natural. E note-se que Augusto com tanta igualdade os tratava, que os visitava em suas casas, e até compôs versos em honra de Virgílio (MENDES, 1858, p. 568).

A coroação de Dom Pedro II, um governante das letras, após um período conturbado sob a égide de seu pai e antecessor Dom Pedro I, garantia um momento de estabilidade para a construção da pátria. Era o momento para fundar o Brasil e afirmá-lo entre os países civilizados. Dom Pedro II, um príncipe esclarecido, amante da poesia e das belas artes, tal como Augusto, seria o governante capaz de realizar essa missão. Odorico contribuiu para a emancipação política na primeira metade do século XIX como político e jornalista. Com a mudança de governo, o maranhense optou por colaborar culturalmente com o país através da tradução e de suas notas de *Eneida Brasileira* e, posteriormente, *Virgílio Brasileiro.*

3.4
O Virgílio Brasileiro

A tradução integral da *Eneida Brasileira* foi publicada em 1854. Odorico Mendes já havia publicado uma versão do *Livro I* no periódico *Minerva Brasiliense* em dezembro de 1843 na seção de Literatura, nos números 3 e 4, com título *Eneida Portuguesa de Manuel Odorico Mendes*,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

ou nova tradução da epopeia de Virgílio Públio Maro. A análise dos paratextos de Odorico começa pelo título. É interessante reparar na seguinte mudança: o título da publicação no periódico era acompanhado do adjetivo *Portuguesa*, enquanto sua publicação integral onze anos mais tarde ganhava o nome de *Brasileira.*

O título de *Brasileira* fazia alusão à *Eneida Portuguesa* de João Franco Barreto, a primeira traduzida integralmente para o português no século XVII. Segundo Matheus Trevizam em *A Eneida portuguesa de João Franco Barreto: tributária de Camões e Virgílio* (2007), João Franco fez uso de latinismos e filtrou a *Eneida* através de Camões, servindo de referência para Odorico Mendes, que reproduziu processo semelhante em na tradução para o português do Brasil, como veremos adiante (TREVIZAM, 2007, p. 125). Tanto o título de João Franco quanto de Odorico Mendes são significativos, uma vez que sugerem não apenas uma apropriação de Virgílio ao português, seja de Portugal ou do Brasil, mas no caso de Odorico à própria nacionalidade quando enuncia a necessidade de afirmá-lo brasileiro.

Além disso, a mudança de paradigma sobre a tradução de Odorico em 1843 e depois em 1854 é interessante, uma vez que a primeira é classificada como "nova tradução", indicando a publicação de mais uma tradução da epopeia de Virgílio, garantindo espaço entre tantas outras para a língua portuguesa em geral. Em 1843, Odorico era tesoureiro do Rio de Janeiro e o Brasil vivia um momento de novidades com a coroação de Dom Pedro II há dois anos. O maranhense ainda não se dedicava exclusivamente ao projeto de tradução, publicando apenas o primeiro livro da *Eneida* no periódico carioca.

Quatro anos mais tarde é que Odorico se muda para Paris a fim de trabalhar unicamente na tradução de Virgílio. Em 1854, publicou integralmente a *Eneida* com outra roupagem – agora "brasileira", não mais uma "nova tradução", mas uma "tradução poética". Era única. Não mais uma tradução portuguesa e conectada ao Velho Mundo e à antiga metrópole, mas inédita e local, estabelecendo um elemento de representatividade com o Brasil. O hiato entre as publicações e, especialmente, de seu exílio na França até a finalização da *Eneida*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Brasileira indica a seriedade do projeto de Odorico tanto pela dedicação de seus últimos 20 anos de vida às traduções, como pelo abandono da vida política para tal. Além disso, o hiato aponta para a magnitude do processo que, como revelam suas notas, foi de muito estudo e estratégia pedagógica.

Em prefácio à *Eneida Brasileira*, Odorico Mendes escreveu que se ocupava há anos da tradução da *Eneida,* "(...) a epopeia mais do meu gosto" (MENDES, 1858, p. 194). O maranhense justifica ter optado pelo ofício da tradução por não se julgar hábil à produção de uma obra original de tamanho alcance. A produção da literatura local já era feita por seus colegas e amigos e Odorico mostrou-se útil ao projeto de afirmação e desenvolvimento do cenário literário de outra maneira. O maranhense escolheu a tradução para o português do Brasil do maior clássico em língua latina, buscando contribuir, assim, à cultura letrada da sociedade oitocentista brasileira. Em prefácio, revelou-se honrado em ocupar o mesmo espaço que seus modelos, Aníbal Caro, Alexander Pope, Vincenzo Monti e Filinto Elísio, nomes que julgou serem exímios tradutores e poetas, e que serão analisados mais adiante.

Odorico ainda expôs o deleite em beber em Virgílio e de colocar em prática o aprendizado do latim que recebeu de seu amigo e professor, o frei Caetano de Vilhena Ribeiro, que ministrava aulas públicas no Convento de Nossa Senhora do Carmo no Maranhão, lugar em que conheceu Sotero dos Reis. A frase que inicia o prólogo é em latim, da *Ars poetica* de Horácio (19 a. C.), assim verificada por Lucia Sá Rebello: "Vós que escreveis, escolhei matéria à altura das vossas forças..." (REBELLO, 2014, p. 271-272). Segundo Marcelo Sandmann em *Com mão noturna e diurna* (1997), Horácio chamava atenção para a importância e urgência de imitação dos antigos poetas gregos, como Homero, por serem modelos insuperáveis de excelência (SANDMANN, 1997, p. 58). Horácio foi também uma forte referência dos clássicos portugueses, nomes que serviram de paradigma para Odorico Mendes. A escolha de Horácio para abrir *Virgílio Brasileiro* indica já de imediato o entusiasmo de Odorico pelos antigos e sua identificação com a ideia de imitação dos modelos. A frase, sem tradução, indica também o público leitor a que se destinava Odorico – assunto que trataremos ao fim deste capítulo –, além de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

demonstrar sua erudição.

Em 1858, Odorico achou importante reunir as obras prévias à *Eneida*, *Bucólicas* e *Geórgicas* em um único volume, intitulando-o de *Virgílio Brasileiro*. Em prefácio, o maranhense explicou sua republicação de *Eneida* em resposta aos críticos que julgaram sua tradução de Virgílio obscura, propondo uma revisão do ofício e inserção de notas mais claras. *Virgílio Brasileiro* foi impresso em Paris:

> Em 1854, sob o título de *Eneida Brasileira*, publiquei a tradução da epopeia de Virgílio (...). Fiz muitas correções a minha Eneida, acrescentei as notas e nesta edição tive mais cuidado com a ortografia; conquanto neste ponto sinto-me disposto a aceitar o que decidirem os competentes, sem insistir nas minhas opiniões. Constando-me que, principalmente no Brasil, acharam escuro alguns lugares da Eneida, busquei saber quais eram as escuridades; e as que se me comunicaram consistindo antes em termos antigos ou compostos que na má construção ou impropriedade eu as explico suficientemente, não aos conhecedores da língua, mas aos que não se querem dar ao trabalho de consultar os nossos bons autores (...) (MENDES, 1858, p. 1).

Virgílio Brasileiro dispõe, além das notas, de dois prefácios de Odorico e dois comentários críticos: do poeta coimbrense Borges de Figueiredo e do jornalista e crítico francês Auguste Jal. A obra é iniciada com um rápido prefácio intitulado "Ao leitor", em que Odorico explicou a nova publicação de *Eneida* – como em citação anterior – e a inclusão de um verbete a respeito da vida do poeta latino a fim de elucidar os leitores que não tinham familiaridade com Virgílio. Apresentou a numeração de suas notas ao final de cada livro, cada uma delas recebendo dois números: o primeiro indicando o verso no original latino e o seguinte, em sua tradução. Ao fim do prefácio, afirmou o desejo de que *Virgílio Brasileiro* servisse como material para as classes de latim: "(...) porque tal é a versão que, se os estudantes não meditarem no texto, só com ela não o saberão reduzir à ordem gramatical, e talvez colham o fruto de aprender alguma coisa da língua materna" (MENDES, 1858, p. 1). Em nota ao livro VI da *Eneida*, Odorico definiu Virgílio como o primeiro dos poetas, afirmando que os jovens deveriam aprender os segredos da poesia em sua obra (MENDES, 1858, p. 480).

Odorico Mendes já havia expressado em cartas ao amigo Paulo Barbosa da Silva e sua esposa o desejo de transformar as notas de *Virgílio*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Brasileiro em um curso de línguas. As correspondências foram compiladas em publicação da Academia Brasileira de Letras em 1989. Em carta a Barbosa datada em 29 de agosto de 1856, diz:

> Para a nova edição, não só tenho feito grandes correções à Eneida, mas acrescentei e ainda acrescento algumas notas: quanto às Bucólicas e as Geórgicas, não poupo as notas, e espero que elas têm de agradar aos entendedores, e de facilitar a inteligência da obra aos que, não sabendo português, se arrepiam de qualquer palavra que não venha no Jornal do Comércio, que sempre redigido por estrangeiros ou por estrangeirados, há muito é o livro por onde os brasileiros aprendem os segredos da nossa língua (MENDES, 1989, p. 40-1).

Em janeiro de 1858, Odorico expôs novamente a aspiração do uso de suas traduções como um instrumento de educação: "Quando vejo que tenho pronta a versão poética de todas as obras de Virgílio, com variedades e copiosas notas, que são um meio curso de literatura da língua" (MENDES, 1989, p. 47). Em carta datada em outubro do mesmo ano ao amigo e professor de princesa Isabel, Francisco Cipriniano Vadetaro, Odorico propôs um valor mais acessível de seu Virgílio para os estudantes e alguns exemplares gratuitos aos melhores alunos de latim. O maranhense ainda sugeriu a inserção de tratados de versificação, gramática e retórica para auxiliar nas aulas de Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, à época primeiro-ministro do Império de Dom Pedro II que se formou em Direito na Universidade de Coimbra no mesmo período que Odorico:

> O Dr. Teixeira Leite levou-me 300 exemplares ao preço de 7 mil réis, dos quais seis mandei dar de graça. Agora, dos que remeto ao meu amigo, vinte são para ser dados em premio aos bons estudantes de latim e humanidades, à sua escolha. (...) Os 630 são para ser vendidos ao preço de cinco mil réis, aos estudantes. Se o Marquês de Olinda quiser adotar para as aulas o meu livro, eu me comprometo a fazer para o futuro outra edição, e nela acrescentarei as notas filológicas com o fim de facilitar o estudo e ajuntarei à obra um pequeno tratado das figuras de retórica e de gramática, bem como outro de versificação latina. Como que ficará mais ao alcance de todos a versão de Virgílio (MENDES, 1989, p. 92).

A sugestão de Odorico em reeditar *Virgílio Brasileiro* com notas filológicas e um tratado de retórica, gramática e versificação latina revela o comprometimento do maranhense para com um projeto que iria além do texto, da tradução e da publicação de um clássico em sua língua materna. Odorico visava a utilidade do seu trabalho para a sociedade letrada brasileira do período e creditava à sua obra um papel importante nesse

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

sentido. Nessa carta, é ainda interessante notar sua preocupação com o acesso da tradução aos estudantes e a ideia de estar prestando um serviço para os estudantes, sugerindo a tradução de Virgílio como presente aos melhores alunos de latim e humanidades.

Em carta destinada ao pernambucano e comendador Antônio de Araújo Ferreira Jacobina em setembro de 1860, Odorico expôs novamente o desejo, dessa vez a respeito das traduções de Homero: "(...) a qual espero que faça honra a mim e a nossa literatura, se não me ilude o amor próprio" (MENDES, 1989, p. 77). Esses paratextos indicam e comprovam o anseio de Odorico Mendes em contribuir para um projeto além-texto. Seu objetivo era transformar a tradução em um instrumento multifacetado de educação voltado para o ensino do latim, da língua portuguesa do Brasil e dos antigos ao mesmo tempo em que desenvolvia um discurso de valorização do país recém-independente e sua necessidade de afirmação no mundo civilizado ocidental.

Virgílio Brasileiro foi dividido em três partes: as *Bucólicas*, as *Geórgicas* e a *Eneida*. Somente as notas das *Bucólicas* encontram-se ao final da obra, enquanto que as das *Geórgicas* e *Eneida* estão dispostas ao final de cada livro. É interessante observar que Odorico manteve o prefácio da sua primeira edição de *Eneida* de 1854, ainda que tenha produzido também um texto prévio para a edição de 1858. E, ao final da última nota de *Virgílio Brasileiro*, Odorico publicou um parecer crítico de seu conterrâneo Francisco Sotero dos Reis que elogiou a tradução, apontando um só defeito de omissão de proposição em um verso e a inversão sintática em outro. Odorico, ao final do parecer, justificou-se:

> (...) reconhecendo eu que a índole da língua requer que se ponha na ordem inversa, geralmente falando, não é menos certo que prosadores de mérito, os quais não forçou a versificação, usam da ordem direta: um deles é [o navegador seiscentista] Fernão Mendes Pinto, cuja linguagem é tão casta e elegante (MENDES, 1858, p. 759).

Em nota à edição da *Eneida* da *Ateliê Editorial* de 2005, o comentador Luiz Alberto Machado Cabral explicou em nota ao Livro I, que a inversão sintática nas traduções de Odorico eram uma norma

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

(CABRAL, 2005, p. 37)[17].

3.5
Características da tradução

Odorico Mendes fez de sua prática tradutória uma operação singular. Em *Virgílio Brasileiro no século XIX* (2014), Paulo Sérgio de Vasconcellos pontuou as características da atividade do maranhense, mais especificamente no caso de Virgílio: concisão, neologismo, o uso de palavras não usuais, recriação de efeitos, diálogo com clássicos portugueses e a aproximação da cultura antiga com a brasileira (VASCONCELLOS, 2014, p. 119-120). A essas, acrescento ainda a prática da retórica do epidítico em relação a Virgílio e especialmente à *Eneida*. As características apontadas por Vasconcellos já foram analisadas por ele e outros estudiosos da área e vou abarcá-las de maneira breve no desenvolvimento deste trabalho. Meu foco será nos elementos que evidenciam a existência de um projeto pedagógico em Odorico Mendes: o exercício de aproximação do legado clássico com o Brasil e o desenvolvimento da retórica do elogio, na defesa de *Eneida* e de Eneias. Julgo serem os elementos fundamentais para o projeto de formação que pensava para o Brasil oitocentista, ainda que as características apontadas por Vasconcellos sejam também parte do projeto, agregando significado ao conjunto de valores proposto por Odorico Mendes.

Uma das principais características das traduções do maranhense foi a concisão. Em *Contribuição à reapreciação crítica da Eneida de Odorico Mendes* (2011), Vasconcellos apresentou uma tabela da concisão em *Eneida:* a primeira edição com 10.042 versos, enquanto a segunda tem 9.946, em contraste com o original latino com 9.901 versos:

[17] Versos [6 – 8] da *Eneida Brasileira*: "Armas canto, e o varão que, lá de Troia Prófugo, à Itália e de Lavino às praias Trouxe-o primeiro o fado. Em amar e em terra". Versos [6 – 8] da *Eneida* em *Virgílio Brasileiro*: "Armas canto e o varão que, exul de Troia, Primeiro os fados prófugos aportaram na Hesperica Lavino". Comentário de Cabral a respeito da inversão da edição de 1854 da *Eneida Brasileira*: "Em ordem direta, teríamos: Canto armas e o varão que, prófugo lá de Troia, o fado trouxe-o primeiro à Itália e às praias de Lavino".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

> Não é fácil, adotando uma forma métrica como o decassílabo (na tradução camoniana do verso heroico), verter para uma língua analítica um poema escrito numa língua flexiva, mais sintética e desprovida de artigos definidos e indefinidos como o latim, e ser conciso sem se tornar obscuro, ou, pelo contrário, cerceado pelas injunções do metro, sem inflar com palavras desnecessárias o verso para preencher a forma (VASCONCELLOS, 2011, p. 172).

Aníbal Caro traduziu Virgílio para a língua italiana e, como Odorico, também em decassílabos e é notável a concisão do maranhense neste caso, uma vez que a *Eneida* de Caro possui 15.433 versos. O tradutor português João Franco Barreto, que também verteu a obra em decassílabos – e foi referência para Odorico –, produziu uma *Eneida* com 18.528 versos (VASCONCELLOS, 2011, p. 173). Odorico Mendes escolheu o verso decassílabo para imprimir a velocidade do poema clássico: o verso de dez sílabas métricas foi o utilizado por Luís de Camões em *Os Lusíadas*, uma das mais fortes referências do maranhense. Segundo Haroldo de Campos, a escolha de Odorico em relação ao verso estava apoiada na tradição do clássico da língua portuguesa (CAMPOS, 1992, p. 32).

A concisão é identificada por alguns estudiosos como uma qualidade: "Sejam quais forem nossos parâmetros críticos para julgar uma tradução, é inegável que o português conciso da versão odoricana está mais próximo do texto poético e da língua sintética do original (...)" (VASCONCELLOS, 2001, p. 174). Em *Duas traduções poéticas da Eneida: Barreto Feio e Odorico Mendes* (2007), Vasconcellos afirmou que o maranhense adotou sintaxe mais enxuta, um léxico mais elevado e maior concisão na tradução de Virgílio (VASCONCELLOS, 2007, p. 93). Defendeu que a concisão de Odorico estava em evitar o acréscimo de verbos, artigos e adjetivos inutilmente. Odorico Mendes tinha o entendimento de que, como tradutor, era de sua responsabilidade a reprodução dos mesmos efeitos rítmicos dos clássicos, uma noção de correspondência e equivalência que lhes conferia justiça. De acordo com Antônio Medina Rodrigues, o maranhense se preocupava em imitar o *signo* transformando o labor tradutório em arte, adotando a concisão como uma ferramenta estética (RODRIGUES, 1992, p. 48).

> Em nota ao Livro II da *Eneida*, Odorico reforçou a prática da concisão:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

> Aqui verti *mille carinae* por *quilhas mil*, não tanto pelo que fica dito, quanto por uma razão peculiar ao português. Todo homem de gosto vê que seria péssima tradução de *mille carinae* por *mil cascos de navios*; a longura esfriaria tudo; e *mil cascos* podia significar mil capacetes. Os nossos para fugirem ou da longura ou da escuridade, adotam o termo *quilha*, não só no sentido restrito de *trabs ima*, porém no mais *extenso de casco*; e a quilha, sem as obras de costado, chamam-na *quilha limpa"* (MENDES, 1858, p. 281)[18].

E continuou no Livro VI:

> Que a epopeia peça um tom majestoso e certa gravidade em seu andamento, é incontestável; mas a concisão, necessária em todos os gêneros, casa inteiramente com essa majestade e compasso. Para se isto conseguir, não é forçoso prodigar palavras e perífrases: cumpre escolher os vocábulos, medir bem os períodos, as pausas do verso, estudar mesmo o efeito da combinação das sílabas e letras, dos acentos e consonâncias. Pode um período ser curto e próprio do épico (MENDES, 1858, p. 476).

Justificou-se também em nota à *Eneida* sobre ser mais conciso para "exprimir com mais força o pensamento do poeta" (MENDES, 1858, p. 282). A redução dos versos na tradução era uma marca odoricana. Odorico acreditava na elevação da língua portuguesa, tão completa e complexa quanto as clássicas e, por isso, entendia a concisão como fundamental para a manutenção da semântica do poema e sua harmonia quando traduzido. Para o maranhense, traduzir de maneira literal agredia o significado poético: "Se vertêssemos servilmente as repetições de Homero, deixava a obra de ser aprazível como é a dele; a pior das infidelidades. Com isto não quero fazer a apologia das paráfrases: aspiro de ser tradutor" (MENDES, 2010, p. 873).

A respeito de expressões ultrapassadas, – que, como vimos na introdução desse trabalho, Silvio Romero caracterizou como uma doença – Paulo Sérgio de Vasconcellos declarou que o resgate de expressões e vocábulos não utilizados pelos contemporâneos de Odorico se deu com objetivo de produzir o efeito de correspondência e harmonia dos clássicos para o português. Quando julgou necessário, construiu neologismos, como advertido pelo próprio Odorico em pré-texto da *Eneida*, mas na maioria dos casos que lhe era acusada a criação de vocábulos, o maranhense

[18] Verso de Virgílio: [198] "Non anni domuêre decem, non mille carinae"; Verso de Odorico: [201] "Dez anos, quilhas mil, nunca domaram" [grifos próprios].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

ressaltava o desconhecimento do idioma: "O *imite* do meu verso 39 já é velho. Os que folhearem os clássicos, ou mesmo os dicionários, verão que não poucos neologismos que me emprestam são apenas restaurações" (MENDES, 1858, p. 232)[19].

O resgate de um português pouco utilizado fez parte do projeto de enriquecimento da língua através da tradição: "(...) o tradutor recorre a diferentes sinônimos em português, chegando a empregar palavras não usuais e latinismos que clássicos da língua portuguesa já tinham empregado antes dele" (VASCONCELLOS, 2014, p. 120). A língua enquanto passível de enriquecimento propõe a tradução como ferramenta de produção de recursos de linguagem para a transposição das imagens e do signo do texto, potencializando a língua de chegada. Segundo Julio García Morejón em *O tradutor e o enriquecimento da língua* (1985), o tradutor faz parte de uma força social receptora da cultura forânea e é através da nacionalização desse elemento estrangeiro que contribui para o alargamento da própria cultura. E, assim, a tradução se torna uma prática de melhoramento da estrutura das línguas receptoras: "(...) nenhum idioma evolui e progride fechado sobre si próprio" (MOREJÓN, 1985, p. 8).

Logo, ao sugerir uma equivalência de sentido das línguas vernáculas para o português do Brasil, Odorico absorveu a língua em todas as suas possibilidades, lapidando o idioma para melhor vestir a poesia dos clássicos. Ao localizar o texto de partida na língua de chegada, o tradutor exercita um trabalho de valorização da linguagem:

> Ora, o contato mais intimo entre línguas é aquele que se estabelece através do processo da tradução. Mediante este contato, o conceito, a ideia, o sentimento, tudo aquilo para cuja expressão serve uma língua, (...) passa para a língua receptora, e adquire nela nova existência. Este processo se assemelha a um ato de geração (...) o contato contribui eficazmente para sua própria renovação, para seu próprio enriquecimento (MAREJÓN, 1985, p. 9).

Além disso, a equivalência também revela uma igualdade entre as línguas entendidas como embriões da sociedade ocidental e Odorico inseriu a língua portuguesa do Brasil nessa categoria. O neologismo e seu

[19] Verso de Virgílio: [34] "Troas, relliquias Danaüm atque immitis Achülei"; Verso de Odorico: [39] "Sobre-acesa, os da Grécia e imite Achilles" [grifos próprios].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

resgate de vocábulos não usuais à língua da época enriqueciam o português na medida em que seriam absorvidos pelo público leitor, especialmente à sociedade letrada que se refere nas cartas aos amigos. Ao comunicar o uso das traduções como um curso, confere às suas soluções tradutórias a capacidade de contribuir para o desenvolvimento da língua e, consequentemente, da capacidade reflexiva dela:

> Para que uma civilização atinja uma categoria superior; para que uma cultura ultrapasse os limites antropológicos de seu restrito espaço geográfico e finque com maior vigor suas raízes na substância espiritual que proclama, (...) o veículo de comunicação e expressão dos indivíduos deve ser um solar aberto, (...) deslumbrantes auroras por cujas portas e janelas possa penetrar tudo aquilo que contribua para conduzir em direção do futuro a esperança e a grandeza do espirito humano (MAREJÓN, 1985, p. 9).

Logo, a tradução era entendida por Odorico Mendes como um exercício cognitivo e uma competência linguística e o uso da prática para guiar uma geração de estudantes responsável pelo desenvolvimento do futuro do país se dava através dos seus paratextos. A fim de exemplificar, em nota ao Livro VI das *Geórgicas*, Odorico destacou a riqueza e poesia da língua portuguesa: "Os tradutores desprezaram o adjetivo *viúvos* de que serviu o autor: esta figura não é mais atrevida que outras inumeráveis da nossa poética e riquíssima língua" (MENDES, 1858, p. 189)[20]. No segundo livro da *Eneida*, Odorico discorreu sobre a concisão para elevar a língua portuguesa: "Por esta ocasião tocarei na vantagem do estilo conciso; quem, não deixando escapar conjunção, o traduzisse em muitos versos, desfeiaria este lugar; tanto melhor o faria, quanto mais se resumisse" (MENDES, 1858, p. 281)[21].

Antônio Medina Rodrigues reiterou a habilidade de Odorico Mendes em latinizar suas traduções vertendo expressões antigas em vocábulos contemporâneos a ele e, portanto, anacrônicos a Virgílio e Homero, mas familiares aos seus leitores. Como exemplo, citou a tradução de *skhedíen* por *jangada* ao invés de *pequena embarcação.* Jangada tem um significado para o leitor brasileiro oitocentista diferente do que insere

[20] Verso de Virgílio: [518] "Arvaque Riphseis nunquam viduata pruinis"; Verso de Odorico: [504] "E agros nunca viúvos da Riphéa" [grifos próprios].
[21] Verso de Virgílio: [224-225] "Taurus, et incertam excussit cérvice securim. At gemini lapsu delubra ad summa dracones"; Verso de Odorico: [229-230] "E aos pés da seva deusa, enovelados. Sob a égide rotunda ambos se asilam."

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

em *pequena embarcação* – tradução mais universal do termo (RODRIGUES, 1992, p. 47).

A retomada do português e o uso do neologismo favorecem outra característica do labor tradutório apontada por Vasconcellos: a recriação dos efeitos e metáforas nas línguas clássicas para sua língua materna. Odorico trabalhou de maneira a conferir efeito imagético e poético semelhante para o português, recriando e localizando as imagens para o ambiente do leitor a que se dirigia:

> No início das *Geórgicas* temos: *Quid faciat laetas segetes.* Odorico verte 'O que alegre as searas'. Ao empregar o verbo 'alegrar' com o sentido de 'dar viço', não comum em português, o tradutor mantém, para o leitor brasileiro, a linguagem figurada presente no adjetivo original *laetus* (...) ao mesmo tempo, farto, fértil, viçoso e, por extensão de sentido, 'alegre' (VASCONCELLOS, 2014, p. 121).

Mas não só os clássicos da antiguidade serviram de modelo para Odorico Mendes. Como vimos no capítulo anterior, a província do Maranhão desenvolveu uma forte conexão com a metrópole portuguesa garantindo uma erudição diferenciada aos intelectuais maranhenses. Majoritariamente formados em Coimbra, o grupo caracterizado como a *Atenas Brasileira* apresentava um português considerado arcaico e tradicional e muito do vocabulário utilizado por Odorico entendido como obscuro pode ser creditado a essa tradição. Rossini Corrêa em *Atenas Brasileira: a cultura maranhense na civilização nacional* (2001), destacou que a síntese da cultura maranhense erudita foi ibérica:

> Essa é a fonte remota da relação diferenciada com a língua portuguesa, expressa, em nível individual, no escrever bem, e no plano coletivo, no falar melhor. A protoburguesia comercial do Maranhão foi lusitana (...) o célebre Grupo Maranhense e adjacências, primeira elite intelectual da província consciente de sua missão nacional, estudou, pesquisou, trabalhou ou foi referenciado a partir de Portugal (CORRÊA, 2001, p. 66-7).

Raquel Teixeira Filipe relata em *A herança dos satíricos: Horácio e Pedro José da Fonseca* (2003), que a fundação da Arcádia Lusitana em 1756 buscou tanto nos modelos da antiguidade greco-latina quanto dos autores quinhentistas portugueses uma maneira de executar uma reforma literária. A valorização da antiguidade também se apresentava no desenvolvimento das gramáticas, manuais escolares, obras de retórica e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

mitologia, além das muitas traduções de obras clássicas (FILIPE, 2003, p. 238). Almeida Garret em *Bosquejo da História da poesia e língua portuguesa* (1826) apontou que a partir do século XVI, os intelectuais portugueses cultuavam as línguas clássicas, algo que se deu em grande escala na Universidade de Coimbra. As traduções e imitações dos poemas da antiguidade enriqueceram e aperfeiçoaram a língua portuguesa, que adquiriu solenidade clássica (GARRETT, 1826, p. 8). Luís de Camões, Bocage, Filinto Elísio, João Franco e Antônio Ferreira eram alguns dos nomes da tradição clássica portuguesa.

Poeta e humanista português do século XVI, Antônio Ferreira era um grande admirador de Horácio. Almeida Garrett afirmou que Ferreira tinha um profundo conhecimento dos clássicos da antiguidade e um fino gosto adquirido através da sua imitação, além da valorização do adorno da língua, garantindo-lhe espaço no gênero clássico português (GARRETT, 1826, p. 10). Contemporâneo a Ferreira, Luís de Camões, um dos maiores nomes do classicismo português, também bebeu da antiguidade greco-romana. Em *Os Lusíadas* escolheu estabelecer um paralelo entre a viagem de Vasco da Gama e a mitologia antiga:

> Teve ânimo para conceber e força para executar um rasgado e necessário atrevimento de se abrir caminho novo, de criar enfim a poesia moderna, dar não só a Portugal, mas à Europa toda um grande exemplo, e constituir-se o Homero das línguas vivas (GARRETT, 1826, 12).

Camões tornou-se autor modelar de uma epopeia clássica não só da literatura portuguesa, mas do mundo ocidental, exercendo grande influência em Odorico: "Mais de uma vez, quando Camões imita certa passagem da *Eneida*, Odorico traduz o poema virgiliano pelo viés camoniano, filtrando Virgílio através de Camões" (VASCONCELLOS, 2014, p. 120). Logo, a referência aos poetas e tradutores clássicos da literatura portuguesa em Odorico Mendes é encontrada sem dificuldades, como é possível observar em nota ao Livro III da Eneida:

> Este livro corre fado diverso da Eneida: acham-na excelente, e a serem verdadeiros os senões que lhe notam pouquíssimo lhe restava de bom; tacham o livro de seco, sem grandeza e imaginação, mas, contados os versos que louvam, conclui-se que é obra de primor, (...) Em tempo comparativamente moderno, há três séculos, descreveu Camões a Europa circunstanciadamente, com geral aceitação; hoje também o repreendem.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

> Nós-outros perdoamos tal juízo aos estrangeiros; pela maior parte não conhecem assas o português para saborearem a erudição recôndita, os toques sublimes e maviosos, a harmonia continua dessa passagem, e falam de Camões sem o terem meditado, e alguns, nem lido (MENDES, 1858, p. 326).

Como dito anteriormente, João Franco Barreto foi o primeiro tradutor de Virgílio para a língua portuguesa em 1664 e traduziu-o em oitava-rima à luz do épico de Camões. Um século mais tarde, surgem nomes como Manuel Maria du Bocage e Filinto Elísio. De acordo com Almeida Garrett, ambos começaram suas carreiras imitando os mestres de seu tempo, ainda que logo seguissem seus próprios caminhos. Bocage foi um dos principais representantes do arcadismo lusitano e Filinto Elísio, pseudônimo do sacerdote português Francisco Manuel do Nascimento, foi uma das mais importantes referências de Odorico em todo o processo tradutório. Realizou um considerável volume de traduções dos antigos nos séculos XVIII e meados do XIX. Segundo Brunno Vieira em *Filinto Elisio, tradutor de Lucano: estudo introdutório, edição crítica e notas de uma versão da Farsália (I 1-227)* (2008), Filinto era conhecido por seu estilo duro e pela defesa do enriquecimento da língua portuguesa através da tradução (VIEIRA, 2008, p. 1). Em *Notas de português de Filinto e Odorico* (1955), Martins Aguiar afirmou que Filinto Elísio, árcade português, fazia uso de galicismos e do aportuguesamento do nominativo latino, bem como de palavras já não usadas por seus contemporâneos. Escreveu *paratextos* em que destacou suas referências, tais como João Franco Barreto, também utilizado por Odorico Mendes. É clara a admiração e o respeito do maranhense por Filinto Elísio. Em nota à *Eneida*, o português seria o tradutor e poeta que mais lhe agradava em todas as línguas (MENDES, 1858, p. 330). Tanto Filinto Elísio quanto Odorico Mendes eram comprometidos com a tradução do sentido e não com a tradução literal, ou seja, pela busca de equivalências "claras e distintas" do texto de partida para o de chegada. Portanto, ambos construíram notas que, entre outras coisas, tinham por objetivo justificar as escolhas e liberdades em relação ao texto a ser traduzido. Brunno Vieira reiterou que Filinto era adepto da concisão e da adoção de latinismos e de vocábulos entendidos como ultrapassados em suas traduções (VIEIRA,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

2014, p. 6).

3.6
As notas

A tradução de Odorico Mendes com base na ideia de emulação dos clássicos como um processo formativo estava atrelada às características que compunham as suas notas. Odorico escreveu pequenos ensaios a respeito de assuntos que julgou fundamentais para o desenvolvimento do intelecto do cidadão brasileiro oitocentista, contribuindo para o projeto de formação literária já em curso por seus colegas do Romantismo.

A tradução para o português do Brasil e o título de *Virgílio Brasileiro* destacam um distanciamento necessário de Portugal para afirmar a ex-colônia frente ao mundo civilizado, também um sentimento de pertencimento importante ao cenário literário brasileiro em desenvolvimento. Sua escolha pelo ineditismo da tradução das obras de Virgílio nos indica uma intenção já demonstrada anteriormente. A concepção de fundação presente em *Eneida* e na jornada de Eneias dialoga com o paralelo estabelecido por Odorico para a situação do Brasil pós-independência. A união de *Geórgicas*, *Bucólicas* e *Eneida* em um único volume no final dos anos 1850 propõe um material didático de erudição, um manual de linguística e um conjunto de pequenos ensaios que, somados, garantem a instrumentação para o projeto do maranhense. Suas notas servem como um material de apoio para o leitor a ser instruído, desenvolvendo uma obra completa em que o estudante poderia transitar pelas notas para aprender e apreender, além de um dos maiores clássicos da literatura universal, sobre o latim, a língua portuguesa, a prática da tradução, a antiguidade e sobre os clássicos portugueses.

Muitas de suas notas sugerem o retorno do leitor a determinada passagem ou verso, indicando que há ali uma obra enciclopédica completa produzida por ele. Em comentário à V écloga das *Bucólicas,* Odorico Mendes justificou um vocábulo traduzido indicando a conferência a outro verso da mesma obra: "Calathis são canisréis ou açafates, e por açafates verti a palavra na écloga II" (MENDES, 1858, p. 62). Em nota ao Livro X das *Geórgicas,* remete a um verso também traduzido na *Eneida:* "Os dois

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

primeiros versos vem na Eneida: lá os verti à letra, aqui variei" (MENDES, 1858, p. 127)[22]. Há, ainda, referência à sua tradução da epopeia latina de 1854, justificando a mudança na edição de *Virgílio Brasileiro* de 1858: "Na primeira edição, usei o termo *engenheirio*, aplicado a Epeu; mas agora emendo, pois que o termo tem um ar de modernice, que não casa no assunto" (MENDES, 1858, p. 282)[23].

O convite de Odorico Mendes para outros versos preconizavam uma ideia de ensino contínuo, que não tinha fim no acesso à tradução. As próprias notas são um indicativo, uma vez que se encontram ao final de cada capítulo, propondo ao estudante que leia seus comentários antes de seguir adiante. As várias indicações de leitura propostas por Odorico reforçam a ideia de um ensino constante, bem como a publicação da tradução de Homero, cinco anos mais tarde, amarrando todo o projeto pedagógico que Odorico propunha. Também as sugestões do maranhense em incluir materiais complementares à tradução e às notas já publicadas nos esclarece a existência de um sólido projeto didático.

Odorico Mendes também interpolou versos de poetas e tradutores portugueses em substituição aos seus, demonstrando sua metodologia de formação na imitação dos modelos clássicos antigos e portugueses. A escolha pelos portugueses, além de sua trajetória pessoal em Coimbra, pode ser vista também nas críticas aos demais estrangeiros, atacando frequentemente críticos literários franceses: "Os franceses com raras exceções, como observa madame de Staël, desprezam tudo que não podem reduzir às ideias e usos de sua nação: isto é limitar a literatura e as coisas a um circulo bem pequeno" (MENDES, 1858, p. 328).

A valorização dos clássicos portugueses e de crítica aos franceses fica evidente no pequeno ensaio que Odorico escreve ao final do Livro IV da *Eneida*. O maranhense declara defender Camões em detrimento do tradutor Jacques Delille que acusou o português de imitar Virgílio pessimamente. O autor francês declarou que, ao misturar o paganismo dos antigos com a religião cristã dos portugueses, Camões deturpou algumas

[22] Verso de Virgílio [264]: "Et Menelaus, et ipse doli fabricator Epeus"; Verso de Odorico: [273] "E autor da maquina o doloso Epeu."

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

passagens de sua épica, como o exemplo da descrição da residência dos deuses que se pareceu com um prostibulo. Odorico, claramente contrariado, afirmou que o francês não leu Camões, como era frequente entre seus patrícios. Acusou Delille de ler apenas os comentários – que Odorico julgou serem apressados – de Voltaire a respeito de Camões que, em *An ensay of epic poetry* (1727), criticou a mistura dos elementos míticos com os cristãos[24]. Ainda censurou Delille por ler a "péssima e ridícula" tradução do discípulo de Voltaire, Jean-François de La Harpe, que não se baseou na obra original de Camões para o oficio, mas em uma tradução em prosa da épica portuguesa para o francês. Apontou que Voltaire, por sua vez, leu *Os Lusíadas* por uma inexata tradução inglesa. Afirmou que os franceses ignoravam o português, acusando-os de pedantismo e falsa erudição, sugerindo a leitura de Ferdinand Denis, "autor mais instruído nas coisas do Brasil e de Portugal" (MENDES, 1858, p. 370).

Considerando que Odorico Mendes era partidário dos antigos na querela francesa entre antigos e modernos, é também possível entender sua rejeição ao centro cultural francês como uma manifestação contrária aos rumos da querela. Além de mostrar-se desfavorável aos críticos franceses, Odorico também provocou aqueles que valorizam a língua francesa em detrimento da portuguesa: "Atente-se na vantagem que a nossa aqui leva à língua francesa" (MENDES, 1858, p. 233). Em nota ao Livro VI da *Eneida*, Odorico insiste na crítica aos franceses e a Delille, afirmando que menosprezam "a nossa raça, tanto a da Europa como a da América" (MENDES, 1858, p. 478). Enaltece Portugal, uma nação que deu luz à brasileira, a terceira mais populosa das Américas. Valoriza os muitos nomes de países atrelados aos portugueses na África e na Ásia, comprovando o movimento de civilização portuguesa pelo mundo. Indigna-se com os que não reconhecem a magnitude de Portugal e a épica de Camões, contribuinte para a literatura universal (MENDES, 1858, p. 479).

[24] Voltaire viveu na Inglaterra em exílio entre 1726 e 1728 e publicou o ensaio em inglês, mas o traduziu para o francês em 1728. Usei a versão em inglês, disponível em < http://bit.ly/2gzDjl2 > Acesso em 09 de março de 2017.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

No total, *Virgílio Brasileiro* dispõe de 233 notas. Elas são entendidas por alguns de seus contemporâneos como uma engenharia de erudição. O panegírico de Antônio Henriques Leal declarou serem as notas de Odorico memoráveis pela riqueza filológica, arqueológica e literária. Joaquim Manoel de Macedo, um dos fundadores da revista *Guanabara* e professor de princesa Isabel, definiu o maranhense como um arqueólogo pelo trabalho de anotação e erudição (LEAL, 1873, p. 85). Sotero dos Reis caracterizou os paratextos de Odorico como de uma riqueza ímpar, "(...) que lhe dobram o calor" (REIS, 1868, p. 296-7).

A análise das notas de Manuel Odorico Mendes permite-nos subdividir seus comentários por assunto: referências a outros tradutores ou linguistas; comentários sobre sua tradução; comentários aproximando o Brasil da obra traduzida; comentários a respeito da linguagem, da língua portuguesa ou latina; comentários a respeito da obra, do enredo e do autor; referências a outros versos traduzidos por ele; interpolação e indicações de leitura.

Odorico construiu suas traduções de modo a servir como um manual pedagógico e de consulta, transformando as notas em uma espécie de índice didático. Especialmente em *Virgílio Brasileiro,* o maranhense montou os comentários para que o leitor, ao mesmo tempo em que absorvia uma obra clássica, consumia conhecimento. Odorico objetivava a formação através da emulação dos modelos e a união das três principais obras de Virgílio em um único volume reforça a concepção da tradução do poeta latino como condição dessa pedagogia.

É interessante reiterar que o maranhense preocupava-se com a arte da tradução. Segundo Antônio Henriques Leal, sua obra foi representativa ao movimento de consciência crítica da tarefa do tradutor e como esforço humanista de releitura dos clássicos (LEAL, 1873, p. 53). Enquanto consciente de seu trabalho, Odorico se projetava um tradutor além do papel de intermediário entre o texto e o leitor. Se posicionava de maneira ativa, tornando-se visível no processo e no resultado do trabalho. Odorico foi transparente ao oferecer suas fontes e seu material de auxílio. Entrar em contato com os tradutores e comentadores que serviram de base para o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

maranhense é fundamental para recuperar os caminhos trilhados por ele para as questões colocadas neste projeto.

3.6.1
Referências a outros tradutores ou linguistas

Como visto anteriormente, a *Eneida* de Odorico foi dedicada a Aníbal Caro, Alexander Pope, Vincenzo Monti e Filinto Elísio. Caro foi um poeta italiano do século XVI e precursor na tradução da *Eneida* de Virgílio à língua toscana. Seu compatriota, Monti, poeta e membro da Academia da Arcádia Italiana foi um relevante tradutor de Homero na Itália setecentista: traduziu obras de Voltaire e Perseu sendo mais conhecido por sua tradução de *Ilíada* em 1810 (MAGGI apud MONTI, 1931, p. 7). Monti escreveu um tratado sobre a tradução, publicado pela Universidade Federal de Santa Catarina em *Clássicos da Teoria da Tradução* (2005) no terceiro volume, edição italiano-português. Intitulado *Sobre a dificuldade de bem traduzir,* expõe que a tradução é um processo de escolhas em que o tradutor é responsável por uma organização rigorosa de palavras e expressões capazes de proporcionar ao leitor sensação semelhante à do tradutor quando em contato com o texto de partida. Monti entende que a tradução poética demanda um cuidado delicado, uma vez que o gênero pede, ao mesmo tempo, razão e emoção: "Um bom tradutor é um bom caçador de palavras" (MONTI, 2005, p. 77). Por isso, o italiano defendia que ao tradutor deve ser concedida liberdade para distanciar-se do original – exceto nas ideias fundamentais, evidentemente – sem suprimir a empresa de determinar vocábulos correspondentes:

> Resta, portanto, avaliar se é melhor sacrificar inteiramente o espírito da língua em que se traduz para preservar inviolado o do texto, ou se vale mais a pena conciliar os dois com um pequeno sacrifício em que um não trunfe em detrimento do outro (MONTI, 2005, p. 77).

Também tradutor de Homero, o britânico Alexander Pope, que viveu do final do século XVII a meados do XVIII, compartilhava opiniões a respeito da fidelidade do tradutor ao texto de partida em seus paratextos. Em prefácio à sua *Ilíada,* publicada em 1715, Pope apontou que, ao traduzir textos de poetas da antiguidade, cabia ao tradutor discernimento

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

para não sugerir expressões e condutas anacrônicas a um texto antigo. Defendia a liberdade de tradução, necessária para a transposição do espírito do original no suporte poético – era preciso conservar o *fogo* do poema. Pope destacava que para compreender os ensinamentos dos antigos, não se poderia negligenciar nem mesmo as pequenas figuras, os traços das palavras, os personagens ou confundir qualquer costume da antiguidade. Era preciso, então, preservar o sentido e a poesia. Para tal, Pope recomendava estudar profundamente o autor a ser traduzido, para além de seu texto e de seus críticos (POPE apud LEFEVERE, 1998, p. 65-6).

Além das referências em seu prefácio, Odorico ainda destacava nas notas, 41 intelectuais entre tradutores, poetas e lexicólogos. O já citado clérigo francês Jacques Dellile, tradutor da *Eneida* e professor de latim e poesia no Collège de France foi uma das principais indicações do maranhense. No fim de sua vida traduziu *Paraíso Perdido* de Milton, conquistando a cadeira na Academia Francesa. Sua tradução de Virgílio começou pelas *Geórgicas*, que recebeu o título de *O homem do campo ou Geórgicas francesas* (1769). Em prefácio à edição publicada em 1769, Delille declarou que tinha a tradução como um enriquecimento da língua de chegada, uma vez que o tradutor é o responsável por transferir os recursos da língua de partida para ela. Negou a tradução literal, expondo que a total fidelidade ao texto gera uma infidelidade ao signo da obra: por vezes a expressão em latim pode ser forte e precisa, mas se faz necessária mais de uma palavra para expressá-la em francês, por exemplo. Ele defendia a importância da tradução da imagem em detrimento da tradução da palavra: o descuido em relação a um detalhe geográfico ou alusão a um costume contemporâneo ao autor poderia não ser familiar ao leitor de outras épocas, gerando uma estranheza inexistente no texto de partida. O francês apontou que qualquer tradutor já adquire uma dívida com o trabalho e, para quitá-la, é preciso pagar a mesma quantia, mas não na mesma moeda (DELILLE apud LEFEVERE, 1998, p. 38-9).

Em prefácio à edição publicada em 1800, Delille discorreu sobre os obstáculos de traduzir em versos e, principalmente nas poesias pastoris, a dificuldade em conhecer o mundo do campo a que Virgílio se referiu.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Defendeu a tradução dos antigos como enriquecimento da língua receptora, acreditando que a poesia antiga seria capaz de fortalecer a produção da poesia contemporânea (DELILLE, 1800, p. 3). Segundo Snell-Hornby em *The turns of Translator Studies* (2006), Delille era considerado por seus contemporâneos o "Virgílio Francês" (SNELL-HOWBY, 2006, p. 12).

É interessante observar como Odorico trabalhava com muitas de suas referências, adotando-as em seus comentários como que para legitimar suas escolhas e ao mesmo tempo demonstrar seu cuidadoso trabalho de tradução. No caso de Jacques Delille, é interessante também reparar que Odorico usava os comentários do francês para contrariá-lo, deixando evidente quando discordava do tradutor e usava-o como referência para criticar os franceses, quando julgou oportuno. Delille foi censurado por Odorico a respeito dos comentários sobre a *Eneida*. Em *Geórgicas* e *Bucólicas*, Odorico enalteceu especialmente Lima Leitão, político e escritor português do final do século XVIII e meados do XIX conhecido por sua empresa tradutória da literatura clássica, como John Milton e Virgílio. Lima Leitão publicou entre 1818 e 1819 um conjunto de traduções das *Geórgicas*, *Bucólicas* e os 12 primeiros cantos da *Eneida* no Rio de Janeiro. Ainda que publicada no Brasil, a tradução é dada como portuguesa, por ser de autoria de um médico português em sua estadia na ainda colônia de Portugal.

Filinto Elísio, Monti, Delille, João Franco e Caro foram figuras fundamentais para o conjunto de referências intelectuais as quais Odorico Mendes se apoiou. Todos os tradutores citados até então defendiam a união entre tradução e criação e fizeram de seus trabalhos projetos grandiosos para serem reconhecidos por seus contemporâneos. Além disso, todos produziram *paratextos* sobre tradução, refletindo sobre a atividade em questão. Em notas, Odorico expôs como usou seu referencial de tradutores. No Livro I de *Eneida*, justificou-se: "*Cavar* por *achar cavando*, no sentido do *Effodere*, é já nosso. Ao *victu* dou o sentido de La Rue, Aníbal Caro, Delille e do Sr. Leitão" (MENDES, 1858, p. 237)[25].

[25] Verso de Virgílio [447 – 449] "Effodêre loco signum, quod regia Juno Monstrârat, caput acris equi: sic nom fore bello Egregiam, et facilem victu per secula gentem."; Verso de Odorico: [465 – 467] "E ondas jogados e tufões, cavaram O texto de um corsel, de Juno

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Ainda em *Eneida*, Odorico corroborou com Pope ao defender o aprofundamento nos estudos do autor a ser traduzido e critica os tradutores que estudavam Virgílio através de intérpretes e comentadores (MENDES, 1858, p. 235). Ao fazê-lo, maior a possibilidade de deturpação do sentido e, portanto, de infidelidade grave à obra: "As origens das diferentes casas, (...) deviam agradar muito na corte de Augusto; e os críticos modernos, que a elas tem pouco respeito, não se colocam naquela época para poderem melhor apreciar esta parte da Eneida" (MENDES, 1858, p. 525). Odorico reforçou ao dizer que "(...) é proveitoso que de algum modo nos tornemos da sua religião e nos vistamos das suas preocupações" (MENDES, 1858, p. 657).

Alguns ainda foram os comentários do maranhense a respeito desse assunto, considerando um insulto julgar uma epopeia antiga pelas ideias contemporâneas: "(...) nem Virgílio, que tanto apreciava os trabalhos rurais, podia crer uma humilhação tirar o colono o seu carro, em falta de bois: o tradutor imputa ao autor uma ideia contrária o modo com que este considerava as coisas; é, portanto infiel" (MENDES, 1858, p. 159). Ainda sobre as miudezas, Odorico, em nota à *Eneida,* discorreu sobre a palavra *videres* que, segundo ele, não significava ouvir e, por isso, "(...) exprime uma fina observação do poeta: se há um ruído surdo, os movimentos e gestos da multidão, percebidos pela vista, ajudam a distinguir os sons: é neste sentido a minha versão" (MENDES, 1858, p. 372)[26].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

3.6.2
Interpolação

Através das referências, Odorico ainda indicou outro traço de sua empresa tradutória: a interpolação de versos de autores clássicos portugueses. Segundo o maranhense, ao constatar sua incapacidade em melhorar um verso já traduzido, é seu papel repeti-lo a fim de fazer justiça ao texto de partida. Odorico interpolou frases de Camões, Lima Leitão,

---

regia Mostra e penhor que o povo, asado á guerra."

[26] Verso de Virgílio: [410]: "Prospiceres arce ex summâ, totumque videres"; Verso de Odorico [430- 431]: "Quais teus suspiros, de cimeira torre Das praias enxergando o burburinho."

Antônio Ferreira, Bocage e Filinto Elísio. Em *Bucólicas*, sugeriu três interpolações: "Bocage, adotei o seu verso; e teria entre as minhas posto a sua écloga por causa das belezas que encerra, a não ser o sistema de concisão que me propus, e a não haver alguma diferença na interpretação" (MENDES, 1858, p. 64)[27]. Também inseriu um verso de Lima Leitão e referenciou Antônio Ferreira: "Não achei forma que traduzisse tão bem como o Sr. Leitão, cujo verso adotei; e ambos imitamos um de Ferreira na écloga citada" (MENDES, 1858, p. 66)[28]. Ainda nas *Bucólicas*, Odorico interpolou novamente Ferreira: "(...) Ferreira facilitou o meio, dizendo 'Ajuda, flauta triste, os versos tristes' O meu verso imita o dele". (MENDES, 1858, p. 66)[29].

Em *Geórgicas*, Odorico repetiu novamente Bocage:

> Bocage verteu lindamente este episódio; servi-me de sua expressão para *o operta tumescere bella*, porque outra não temos de tanta força e tão adequada. Não estou certo, mas creio ser dele o verso: *Globos de fogo e derretidas pedras*, que vem entre os meus (MENDES, 1858, p. 98).

Já em *Eneida*, interpolou Camões: "Adaptei-lhe um de Camões, e assim faço algumas vezes" (MENDES, 1858, p. 524)[30].

Ainda que a obra de destaque deste trabalho sejam as traduzidas de Virgílio, é interessante observar como isso tem continuidade nas traduções de Homero, cinco anos mais tarde. Tanto na *Ilíada* como na *Odisseia*, Odorico interpolou muitos versos de Filinto Elísio: "Do verso 43 ao 46, com pouca mudança, pertence tudo a Francisco Manuel" (MENDES, 2010, p. 898). Na *Odisseia*, o maranhense ainda complementou com versos de Camões: "Folguei de poder aqui servir-me de um dos melhores versos do patriota Camões" (MENDES, 1992, p. 155).

[27] Verso de Virgílio: [44]: "Daphnis ego in silvis bine usque ad sidera notus"; Verso de Odorico [43]: "Sou Daphnis, desde a selva aos astros noto."
[28] Verso de Virgílio: [68]: "Ducite ab urbe Domum, mea carmina, ducite Daphnim"; Verso de Odorico [68]: "Trazei-me, versos meus, trazei-me Daphnis."
[29] Verso de Virgílio: [21]: "Incipe Menalios mecum, mea tibia, versus"; Verso de Odorico [21]: "Menalios, flauta minha, ajuda os versos."
[30] Verso de Virgílio: [518]: "Et trepidse matres pressêre ad pectora natos"; Verso de Odorico [515 – 516]: "Aos peitos os filhinhos apertaram" [Canto Quarto de Os Lusíadas].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

3.6.3
Comentários a respeito da literatura e das línguas portuguesa, latina e grega

Os comentários a respeito da literatura e das línguas portuguesa, latina e grega envolvem especialmente as colocações de Odorico Mendes sobre suas escolhas de vocábulos, seu neologismo e sobre o que julgou importante a respeito da literatura ocidental. Pensando no uso de suas notas como um instrumento pedagógico, Odorico valorizou discutir questões da literatura que entendeu serem úteis ao processo de formação que visava naquele material. A começar pelas *Bucólicas*, Odorico sugeriu uma discussão sobre a poesia pastoril, apontando que os modernos franceses não acreditavam que o gênero circundava os costumes do campo. O maranhense criticou essa posição: ao generalizar, os franceses se colocavam contrários às éclogas clássicas italianas e espanholas, convidando-os à reflexão sobre os motivos da preferência por poesias pastoris, capazes de depositar na natureza um modelo a ser seguido:

> Se os Franceses não gostam mais desta poesia singela, desgosto que seus hábitos explicam, tampouco somos nós obrigados a arremedá-los: (...) Conservamos ainda suaves e benévolos costumes que inspiram uma poesia campestre (...). As cidades, não satisfeitas de atraírem a gente do campo com o engodo de refinados prazeres e do luxo crescente, querem-no despojar dos encantos que lhe pode prestar a imaginação risonha dos poetas, como o fim de dar a querer a vida agreste, fonte de mil bens (MENDES, 1858, p. 65).

Sobre as escolhas dos vocábulos, Odorico compôs numerosas notas. Em *Bucólicas*, o maranhense se justificou acerca de um vocabulário antigo: "Bosear, isto é falar aos bois, despertar os animais com a voz, traduz o *armenta vocabat*: é antigo, mas não há verbo que o supra na nossa moderna linguagem afrancesada" (MENDES, 1858, p. 61)[31]. Como visto anteriormente, preocupava-se com aqueles que diziam ser seu vocabulário escuro e criticou os que entenderam suas palavras como neologismos, justificando-se quando não era o caso: "*Exouvir* não é novo, quer dizer *ouvir perfeitamente*" (MENDES, 1858, p. 373)[32]. Por vezes sinalizou a

[31] Verso Virgílio: [23] "Canto quse solitus, si quando armenta vocabat"; Verso Odorico: [23 – 24]. "Canto como Amphion Dirceu cantava, lá no Ático Aracinto boseando"
[32] Verso Virgílio: [462] "Solaque cuminibus ferali carmine bubo"; Verso Odorico: [483]

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

falta de inclusão de algumas palavras nos dicionários da época, como *bochecho* (MENDES, 1858, p. 189)[33]. Também apontou algumas palavras do latim que não têm equivalência no português, como "bode" e "bode pai do feto", que têm dois vocábulos para o latim e nenhuma palavra capaz de abarcar os significados unicamente no português (MENDES, 1858, p. 65).

3.6.4
Comentários sobre a tradução

Como abordado no inicio desse capítulo, os discursos complementares são um importante espaço de fala para os tradutores na abordagem de suas justificativas, seus objetivos e, especialmente, sobre o trabalho da tradução. Odorico Mendes fez uso deste espaço e conversou com o público leitor a respeito de várias de suas escolhas e expressões para o texto de chegada. O maranhense tinha como prática a ideia de que era possível ensinar através de seus paratextos, levando à sociedade letrada um material pedagógico repleto de comentários linguísticos e gramaticais, além de esclarecimentos sobre a atividade da tradução.

Em nota ao Livro II da *Eneida*, Odorico discorreu extensamente sobre a tradução de uma obra como a de Virgílio e citou o tradutor do poeta latino para o francês do início do século XIX, Mathieu-Guillaume-Thérèse Villenave que afirmou que a dificuldade estava na falta de observação do poeta latino à mudança gradual da narrativa. Odorico, contrariado, destacou que a dificuldade de traduzir Virgílio estava na ousadia das imagens, na ignorância dos tradutores dos costumes antigos, na perfeição do estilo do poeta latino que, no ato da tradução, pode se perder ao ser vertido para a língua de chegada. Logo, a dificuldade estava na distância do talento de Virgílio do de seus tradutores: "(...) não temos tanto talento para o verter quanto houve o poeta para compor" (MENDES, 1858, p. 284). Em paratexto ao Livro V, Odorico adicionou à sua dificuldade as numerosas onomatopeias que Virgílio apresentou: "(...) e é sem dúvida pela perfeição do estilo que a sua tradução é ainda mais difícil que a dos

Cuida exouvir, se a noite obumbra as terras."
[33] Verso Virgílio: [229] "prius haustu sparsus aquarum;" Verso Odorico: [218] "Morno bochecho esparge nas abelhas."

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

outros" (MENDES, 1858, p. 326).

O maranhense, com frequência, expôs sua opinião a respeito da tradução dita "fiel", sendo contrária à tradução "servil". Em nota ao livro II das *Geórgicas*, Odorico discorreu sobre a tradução de um termo feita de diferentes maneiras por diversos tradutores. Ao justificar a sua, julgou ser o "tradutor literal um infiel" (MENDES, 1858, p. 128). Em comentário ao mesmo livro, o maranhense justificou-se novamente:

> Nem o fiz por mero capricho, mas por evitar a repetição (...). Esta nota sirva de gula ao leitor que quiser entrar no âmago da minha versão: ele a achará quase sempre literal; e, se analisar os lugares em que vou mais livre, verá que sou fiel, pois se passo a passo fosse na trilha do poeta não podia ser conciso como ele, e faltaria elegância e a energia (MENDES, 1858, p. 127).

Na Écloga III das *Bucólicas*, Odorico declarou não ter traduzido à letra o 88º verso para deixá-lo mais claro[34]. Na écloga seguinte, revelou novamente a liberdade na tradução, para melhor verter o signo: "Tudo são incertezas nesta écloga: eu a traduzi de modo que sirva a todas as interpretações, como o original" (MENDES, 1858, p. 63). Em notas da *Eneida*, o maranhense afirmou que todos os versos que se repetiam na obra de Virgílio foram traduzidos por ele de maneiras diferentes: "a variação da palavra conserva o sentido" (MENDES, 1858, p. 376).

Adiante, dois são os pontos que julgo fundamentais para o entendimento das traduções de Odorico Mendes como um processo pedagógico voltado para a sociedade oitocentista brasileira em desenvolvimento. Os comentários de aproximação entre os antigos e o Brasil e a retórica do elogio proposta por Odorico em relação a Virgílio e sua epopeia.

3.6.5
Comentários aproximando o Brasil da obra traduzida

A preocupação de Odorico com a absorção de Virgílio pela sociedade letrada oitocentista brasileira pode ser esclarecida pelas semelhanças propostas por ele entre as culturas antiga e brasileira:

> Assim, Odorico, na transposição dos clássicos, está sempre preocupado

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

> com a realidade brasileira e com a influência positiva que um Virgílio poderia exercer na literatura de um país que conquistara há pouco tempo sua independência de Portugal e ainda não teria realmente aclimatado à realidade nacional gêneros como o bucólico (VASCONCELLOS, 2014, p. 119).

É possível investigar mais uma vez, aqui, o desejo de implementação das traduções como instrutivas ao público leitor. A inserção de um clássico na literatura brasileira, traduzido pela primeira vez para o português do Brasil, gerava por si só uma identificação, como já abordamos. Em conjunto, Odorico aproximou, através da diretriz dos seus comentários, a épica de Virgílio dos leitores brasileiros. O maranhense objetivava alinhar o Brasil ao ocidente europeu civilizado. Através da semelhança dos costumes locais aos antigos, ele garantiu uma representatividade através do paralelo proposto por ele na tradução da *Eneida* e, também, das *Bucólicas* e das *Geórgicas.* Familiarizar Virgílio com os leitores daquele período no Brasil, mais do que com seu texto, foi uma das estratégias de Odorico.

A respeito do canto do pastor Délfis, nas *Bucólicas*, Odorico promoveu uma comparação entre os pastores portugueses, espanhóis e do sertão do Brasil. Afirmou que todos cantavam os assuntos das suas comunidades, garantindo a definição de um modelo a ser seguido pela população local, uma vez que se apresentavam mais polidos e inteligentes. Aqui também é possível observar vestígios da retórica e entender o pastor como um orador importante para o corpo social a que pertence. Ao confrontar o pastor de Virgílio com os de Portugal, Espanha e com os do sertão do Brasil, Odorico propôs uma equidade interessante. Primeiro, por colocar os pastores brasileiros no mesmo nível do que os latinos de Virgílio e, depois, por também colocá-los em igualdade com os europeus, eliminando qualquer traço de inferioridade.

Ainda nas *Bucólicas*, ao final da obra, Odorico pediu licença para a exposição de um longo comentário a respeito do gênero pastoril. Presente na França, na Itália e na Espanha, o maranhense revelou a repulsa causada pelo gênero na Europa, por conta do grande número de obras produzidas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Odorico criticou os contemporâneos que se orientavam pelos franceses e, por isso, desprezavam o gênero pastoril, imitando tradições europeias que não casavam com a "renovada civilização" brasileira. Odorico escreveu, então, um pequeno ensaio a respeito do que julgou serem os "naturais do Brasil": "(...) formam três consideráveis divisões: os mais civilizados, cuja máxima parte se estende pelo litoral, com usos quase europeus; os selvagens; os sertanejos, em geral pastores" (MENDES, 1858, p. 67). Odorico se enquadrava na primeira categoria. Os selvagens foram descritos por ele como "de costumes quase homéricos", prestando belos quadros às epopeias, tais como as de Gonçalves de Magalhães, de Basílio da Gama e de Santa Rita Durão. E, por último, os sertanejos, que não foram cantados por qualquer poeta, a não ser por eles mesmos.

Odorico comparou os sertanejos e pastores aos árabes e mouros que, "(...) ora montando em osso e amansando os poldros bravios, ora cantando em cima da porteira do curral para atrair os animais, merecem ocupar um pouco os talentos que no Brasil vão desabrochando" (MENDES, 1858, p. 68). Entendeu-os como homens de destreza e coragem, uma vez que conviviam com as vaquejadas, as charqueadas e as brigas com animais selvagens. Cantavam sua realidade ao som da viola e da gaita e, de acordo com o maranhense, compunham um cenário capaz de produzir poesias encantadoras e superiores à imitação dos estrangeiros europeus. Odorico destacou a hospitalidade, a humildade, a cortesia e a altivez do sertanejo, elementos suficientes para a construção de uma poesia ímpar. Lamentou a inexistência da poesia pastoril no país e exaltou o amigo Gonçalves Dias que, por nascer no interior, escrevia lembranças da infância nesse contexto sertanejo, ainda que tenha se mudado para Coimbra quando jovem. Odorico finalizou o ensaio posicionando-se contra aqueles que diziam ser a sociedade brasileira isenta de inspiração para a poesia, pela mescla de negros e escravos: "Felizmente já nascem engenhos que tentam brindar-nos com uma poesia propriamente nacional, ostentando-se Brasileiros (...)" (MENDES, 1858, p. 68).

Nas *Geórgicas*, Odorico continuou a aproximação dos antigos com o Brasil. Ao falar a respeito do algodão, afirmou que a fibra era oriunda da África, mas que também existia na América, servindo de material tanto

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

para a vestimenta de Montezuma, como para os indígenas do Brasil no momento da descoberta do território pelos portugueses (MENDES, 1858, p. 127). Também na última nota das *Geórgicas*, Odorico escreveu uma pequena análise sobre as abelhas, revelando a existência de muitas espécies delas no Brasil, desconhecidas fora do país. Relatou sobre os diferentes méis produzidos pelas abelhas, que poderiam ser azedos ou deliciosos, tal como das jutahi e uruçú, que eram mais doces que os de Portugal, França e Alemanha[35]. Citou um amigo, Ricardo Leão Sabino, que cultivava abelhas em São Paulo, não sem muito estudo. Contou que o também amigo Paulo Barbosa da Silva apresentou ao Imperador Dom Pedro II um padre português responsável pelo transporte de algumas colmeias da Europa para o Brasil. O Imperador comprou as que lhe restavam e deu início à criação para que as abelhas se propagassem no território brasileiro. Odorico relatou que a atitude de Dom Pedro II estimulou milhares de fazendeiros criadores de abelhas pelo país, produzindo muito mais mel do que na Europa (MENDES, 1858, p. 189-190).

As informações a respeito das abelhas foram obtidas por Odorico através de cartas enviadas ao compadre Paulo Barbosa da Silva, já comentadas nessa dissertação. Em carta enviada no dia 24 de janeiro de 1857, Odorico fez o pedido:

> Espero que poderá ministrar as informações acerca do padre das abelhas e as que desejo alcançar do Dr. Freire sobre as abelhas do Brasil: estas informações me fornecerão dados para a última nota que tenho de por às Geórgicas; e a obra toda já concluída, só isso me falta (MENDES, 1989, p. 43).

Um ano mais tarde, o maranhense repetiu a súplica, porém agora à mulher do amigo, Paulina, reiterando que só lhe restavam essas informações para a conclusão de *Virgílio Brasileiro*. Na segunda carta, Odorico especificou suas perguntas:

> Eis aqui o que desejo saber: como se chamava o padre das abelhas, qual era sua nação e lugar de nascimento, quando e onde morreu, em que ano introduziu as abelhas no Brasil. Se as abelhas propagam muito; se o mel e a cera são bons; qual é a proporção entre os dois produtos; quantas crestas

[35] Segundo o site SF Agro Brasil, jutaí e uruçú são espécies de abelha isentas de ferrão, que produzem um mel mais fluido e doce. Disponível em <http://sfagro.uol.com.br/conheca-12-tipos- de-mel-ideais-para-o-seu-dia-dia> Acesso em 29 de maio de 2017.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

> há no ano, se os produtos já entram no mercado; Quem ajudou o padre a introduzi-las, que pensão lhe deu o Imperador; se a pensão foi transmissiva aos sobrinhos do mesmo padre (MENDES, 1989, p. 47).

Em correspondência ao compadre, em 25 de julho de 1858, Odorico agradeceu as informações, mas explicou que não chegaram a tempo de serem incluídas na impressão, prometendo acrescentá-las à obra posteriormente (MENDES, 1989, p. 50).

É interessante reparar no apreço de Odorico em relação à nota das abelhas. Ela seria o acesso do leitor às informações de seu aparecimento no Brasil, a importância do Imperador Dom Pedro II na disseminação de criações do inseto no país. Segundo Thaise Almeida Silva em *O II canto das Geórgicas: o significado das digressões na poesia didática* (2010) há um consenso entre os estudiosos de Virgílio que as *Geórgicas* foram uma obra voltada para a valorização da política de Augusto de incentivo à agricultura romana (SILVA, 2010, p. 27). Estabelecia-se uma analogia entre as abelhas e o estímulo do trabalho em comunidade, uma vez que elas serviam de exemplo para uma sociedade organizada e unida em prol do coletivo (SILVA, 2010, p. 67). Os versos de Virgílio suscitariam uma consideração acerca do instinto desse inseto, que ocupa quase todo o livro VI das *Geórgicas*. As abelhas são conhecidas por sua fidelidade à rainha, ou seja, à sua governante, destacando a mensagem política de Virgílio para os leitores de Augusto.

Logo, é possível estabelecer, também aqui, um paralelo, uma vez que Odorico se mostrou preocupado nos detalhes da nota. O maranhense promoveu uma aproximação entre a *Eneida*, uma obra importante para o desenvolvimento da ideia de fundação de Roma e para a valorização do governo de Augusto e o novo Brasil e o reconhecimento de Dom Pedro II. O Imperador incentivava o enaltecimento do país e a importância dada por Odorico à nota das abelhas também pode servir como um exemplo para a analogia entre os períodos e os governantes. O novo país seria desenvolvido através de um trabalho coletivo e social para garantir o crescimento econômico do Brasil. Logo, o papel da analogia das abelhas, versadas por Virgílio como uma manifestação política, pode ser também

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

encontrada em Odorico Mendes.

Em *Eneida*, as aproximações com o Brasil são mais recorrentes. No Livro V, Odorico discorreu a respeito da simbologia das serpentes para os antigos. Elas significavam o gênio dos heróis, um símbolo da pátria, da vida, da saúde, da imortalidade e da astúcia, representando, segundo Odorico, o mesmo entre os selvagens da América (MENDES, 1858, p. 422). Ainda no Livro V da *Eneida*, o maranhense aproximou, agora através da tradução, elementos da nau de Eneias – que saiu de Cartago em direção à Sicília – com as embarcações do século XIX brasileiro. Ao falar do leme, explicou ser conhecido no Brasil como esparrela. Mas enquanto os antigos posicionavam o leme no meio da embarcação, os brasileiros conheciam-no na lateral dela (MENDES, 1858, p. 426).

Na primeira nota do Livro VII, Odorico enalteceu as amas de leite na passagem sobre a morte de Caieta, ama de Eneias. O heroi se lembrava dela com respeito e amor. Odorico Mendes chamou atenção para como os senhores da elite brasileira oitocentista deveriam tratar suas escravas quando serviam de amas de leite, acusando a maioria de deixá-las em cativeiro. Citou o jurista Carlos Alberto Soares que propôs (sem sucesso) à Câmara Legislativa, a alforria das amas de leite mediante algumas regras. Odorico lamentou a negação do pedido: "Ó meu país! Quando serão livres os que respirarem no teu seio" (MENDES, 1858, p. 476).

Ainda no mesmo livro da *Eneida*, Odorico expôs uma explicação a respeito de uma família de Roma, Claudia, a que pertencia Clauso, um inimigo de Eneias. Discorreu longamente sobre e elogiou a arte com que Virgílio abordou as famílias, destacando a natureza mista do povo romano, tanto de troianos quanto de latinos, pois "não existia raça vencida, nem raça vencedora". De acordo com Odorico, a mistura agradava a Augusto e desagrava os nobres franceses, a quem desenvolveu uma crítica: se colocavam superiores ao povo, entendendo-se de outra categoria. Odorico, em deboche, questionou-se a respeito dos fidalgos do Brasil, se algum dia viriam a ser como os franceses (MENDES, 1858, p. 478).

Em ambas as notas, o maranhense preencheu o espaço para se posicionar politica e socialmente sobre questões do Brasil naquele

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

momento, legitimando-se na autoridade de Virgílio. Aqui, ficam claras as suas críticas a respeito do sistema da escravidão e da superioridade entendida pelos aristocratas da sociedade oitocentista brasileira. Além da valorização da miscigenação da população do país, assunto que já havia se posicionado em nota às *Bucólicas*, como vimos anteriormente. É interessante o modo como o maranhense se posicionava nos *paratextos*, uma vez que foi durante muitos anos um jornalista polêmico, escrevendo periodicamente sobre os assuntos da sociedade.

Odorico tinha por objetivo enaltecer o Brasil e colocá-lo alinhado às nações civilizadas da Europa através da comparação de costumes antigos com os dos brasileiros. Ao colocar questões a respeito da sociedade oitocentista brasileira e ao criticar elementos da sociedade francesa, por exemplo, Odorico propunha pensar a valorização do país recém-independente. Visava contribuir para a expansão da consciência de pertencimento do brasileiro, questionando um forte centro cultural de referência do Ocidente. Odorico reforçou, sempre que possível, a crítica de que os franceses não conheciam Camões e, por isso, não o tratavam com o devido valor. Em nota ao Livro VI da *Eneida*, disse que o período retratado em *Os Lusíadas* foi a época mais importante da história da navegação, muito superior ao período de Luís XIV. Provocou ao afirmar que a história da França não apresentou tantos sucessos como a de Portugal àquela época. Assim, Odorico, ao enaltecer a nação portuguesa, valorizava ao mesmo tempo os brasileiros, uma vez que era o Brasil herdeiro de Portugal (MENDES, 1858, p. 479).

3.6.6
A retórica do elogio a Virgílio e sua epopeia

Por fim, destaco a prática do epidítico em relação a Virgílio, Eneias e a cultura antiga, muito clara no desenvolvimento do projeto de Odorico Mendes. Em *Virgílio Brasileiro,* o maranhense se propôs a elogiar e defender o poeta latino, sua epopeia e o herói fundador com o objetivo de enaltecer seu projeto e trazer a atenção do leitor para absorção dos valores morais e pedagógicos presentes na epopeia latina.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Nas notas ao Livro II da *Eneida,* Odorico defendeu Eneias de seus críticos que acusavam-no de inferioridade no episódio em que sentiu vontade de matar uma mulher. O maranhense entendeu que, desde que não sucumbisse à tentação, o desejo era desimportante. Logo, não havia qualquer tipo de humilhação a Eneias. Justificou a naturalidade do episódio, lamentando as críticas tão duras: "Creem tais críticos ser o herói um ente perfeito, incapaz de conceber um mau pensamento? A ingenuidade com que Eneias confessa uma fraqueza, a que não cedeu, alguma coisa tem de nobre em si mesma" (MENDES, 1858, p. 285). Odorico também defendeu o herói de Virgílio em contraposição às considerações do crítico francês Tissot, que caracterizou como fria e sem emoção a passagem da procura de Eneias pela esposa já falecida, Creúsa. Por não acreditar em "almas de outro mundo", Tissot não se sentiu convencido por Virgílio. O maranhense apontou que o troiano, acreditando na visão de sua esposa, sentiu-se incapacitado de falar, tamanha sua emoção. Chorou na tentativa de abraçar Creúsa, sem sucesso:

> Não sabe que em uma dor grande falta a voz e é suprida pelas lágrimas? Que devia fazer Eneias? Soltar a língua e desenrolar uma lamúria de légua, à maneira de mante de novela? Se o fizesse, não seria aqui Virgílio o sábio conhecedor do coração humano. Mr. Tissot não deu peso ao extraordinário da visão (...) (MENDES, 1858, p. 287).

Nas notas do Livro III da *Eneida,* Odorico voltou a defender Virgílio dos críticos que o inferiorizavam em relação a Homero. Diante da falta de compreensão da obra de Virgílio, desvalorizada quando comparada com a do poeta grego: "De tempos a esta parte, os críticos amam achar mal em Virgílio o que louvam em Homero" (MENDES, 1858, p. 280).

Nos paratextos do Livro VII da *Eneida,* Odorico afirmou que a partir deste livro, Virgílio "se eleva às alturas de Homero com esforço e engenho", apresentando a moral pura, o conhecimento do homem e sua sensibilidade que só se multiplica ao longo do poema (MENDES, 1858, p. 656). Defendendo ainda o poeta latino dos críticos modernos, o maranhense ludibriou ao dizer que Virgílio sabia melhor a respeito dos costumes de sua época do que os comentadores de seu trabalho. Nas notas do Livro IX da *Eneida*, defendeu Eneias em detrimento de Aquiles, declarando que o herói homérico causou danos aos seus por conta de sua

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

cólera, enquanto Eneias decidiu pelo seu povo (MENDES, 1858, p. 610). No Livro seguinte, Odorico declarou-se "apaixonado pelo poeta" e o definiu como exato, judicioso, conciso e sensível (MENDES, 1858, p. 656).

Por fim, Odorico afirmou que os conflitos da *Eneida* não eram como os da *Ilíada*, uma vez que a destruição de Troia produziu um contraponto: para Aquiles, o fim, para Eneias, o começo – a fundação de uma *nova Troia*. Logo, a violência não se fazia necessária, ponto que Virgílio "obrou com discernimento" (MENDES, 1858, p. 63). No último Livro da *Eneida,* Odorico exaltou a minúcia de Virgílio ao atribuir raiva a Eneias em momentos pontuais, declarando-a como um sentimento justificável: "Qual é o homem, por mais pio e humano, que algumas vezes não tenha rompido em amargas invectivas?" (MENDES, 1858, p. 658).

Odorico ocupou boa parte de suas notas para defender Virgílio, tanto nas traduções das *Bucólicas,* das *Geórgicas* e da *Eneida,* quanto nas de Homero, publicadas na primeira metade da década de 1860. Tanto em *Ilíada* quanto em *Odisseia,* Odorico se colocou contrário aos que ovacionavam o poeta grego em detrimento do latino. Para o tradutor brasileiro, a imitação virgiliana teria a melhor grandeza que o modelo grego, como disse em notas ao Livro VII da *Odisseia*:

> Imitou Virgílio esta passagem [13-15 versos] no I da Eneida. Pope, Rochefort e outros, bem entendido, acham Homero muito superior. A honra da invenção cabe certamente ao Grego; mas, no executar e no escolher a situação, tenho que o latino é pelo menos igual (...). A melhoria que alguns deparam sempre em Homero, é paixão de tradutores: eu, que o sou de ambos os poetas, não tenho o amor próprio empenhado por um deles(...). Preferir sempre Homero a Virgílio, presta ao crítico um ar de sapiência e recôndita erudição, e apascenta a vaidade de poder penetrar os mistérios de uma língua menos conhecida (MENDES, 1992, p. 149)

Ainda em *Odisseia,* Odorico legitimou a escolha de um verso tendo como autoridade Virgílio. Em nota, diz que fez determinada escolha de tradução porque foi o parecer dos antigos de sua referência e porque Virgílio a adotou, "autoridade para mim de toda a exceção" (MENDES, 1992, p. 205). Em *Ilíada,* Odorico debochou ao abordar a passagem em que a deusa da sabedoria engana Heitor de maneira desleal e afirmou que se fosse escrito por Virgílio, os críticos jamais aceitariam de bom grado,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

rebaixando o poeta latino: “Eles, que opinam ser bastante para enterrar a Eneida o riso malicioso de Vênus perante Juno, acham excelente este engano de Minerva!” (MENDES, 2010, p. 903).

Pelo epidítico, é possível identificar a ideia de Odorico Mendes em emular os clássicos, especialmente Virgílio. O maranhense tinha como horizonte amparar-se em um modelo da antiguidade clássica e, assim, escolheu o poeta latino e o significado da sua epopeia para introduzi-los como analogia ao novo momento em que vivia o Brasil. Eneias, enquanto um herói fundador, tinha a missão de restabelecer uma identidade e uma nova herança. Odorico enxergou a emulação como um caminho e acreditou que um *Virgílio Brasileiro* poderia lançar a língua portuguesa e a literatura brasileira para o mundo civilizado.

3.7
A análise por Genette

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Para finalizar, julgo importante a análise dos discursos complementares de Odorico Mendes peneirados pelas cinco perguntas sugeridas por Gerard Genette e expostas no inicio desse capítulo*: onde, como e quando, de quem para quem, para fazer o que?*

Os paratextos de Odorico, como já abordado ao longo deste trabalho, se encontravam ao final de cada capítulo das *Geórgicas* e da *Eneida*. No caso das *Bucólicas*, as notas estão reunidas ao final de todas as éclogas: o corpo da poesia ocupa 47 páginas do total de 759 de *Virgílio Brasileiro* e 8 páginas foram destinadas aos comentários do tradutor. *Geórgicas* dispõe de 13 páginas de notas de Odorico de um conjunto de 121. Já *Eneida,* ocupa 564 páginas. Dessas, 76 de notas do maranhense. Tendo em vista que a análise dos paratextos também se deu através dos títulos e subtítulos conferidos por Odorico Mendes, bem como seus prefácios, os paratextos também se encontram no início de *Virgílio Brasileiro*, além do prefácio que antecede a *Eneida*, da edição de 1854.

A respeito do surgimento das notas e sua data de aparecimento *(como e quando?)*, o discurso complementar das traduções de Odorico surgiu concomitante à tradução, como é possível observar em suas

correspondências durante o desenvolvimento do ofício. Mas é possível pensar que o objetivo das traduções de Odorico surgiu em função dos paratextos: a tradução foi o resultado da concepção do projeto pedagógico idealizado pelo maranhense.

O público a quem Odorico Mendes destinou suas considerações era a sociedade letrada oitocentista, responsável pelo desenvolvimento intelectual do Brasil. Além da alta erudição que Odorico propunha nos comentários, as citações que dispôs em latim e francês não foram traduzidas por ele, indicando que tinha como interlocutor um cidadão minimamente instruído e capaz de compreender a mensagem. A versão de Virgílio em latim ao lado da tradução para cotejo, também indica o público letrado a quem se dirigia.

E, por fim, a instância de comunicação das notas de Odorico, ou seja, a pergunta *para fazer o que* foi respondida ao longo desse trabalho. O maranhense produziu, através de uma empresa inédita, um material pedagógico moralizador: ao mesmo tempo em que forjou, recuperou e desenvolveu um vocabulário que permitia pensar a educação do povo agora independente, desenhou através da erudição a elevação da língua e da literatura colocando-as no mesmo patamar das línguas de fundação.

É evidente que o projeto de Odorico Mendes também envolvia suas traduções de Homero, *Ilíada* e *Odisseia,* finalizadas em 1863 e 1864, respectivamente. Contudo, a idealização da magnitude da ideia de contribuição se deu, a meu ver, com *Virgílio Brasileiro*. A ela, Odorico se dedicou por onze anos de sua vida. Na conclusão deste trabalho, falaremos de maneira breve a respeito dos elementos apontados nesse capítulo para a realização de seu projeto na obra de Homero.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

4.
Conclusão

> O que impressiona em Odorico Mendes é a capacidade de lutar e a coragem em enfrentar dificuldades. Com toda uma soma de problemas nada o fez desistir dos projetos de vida. Essa trajetória oferece edificantes exemplos (JORGE, 2000, p. 155).

Com a publicação de *Virgílio Brasileiro* em 1858, Odorico Mendes decidiu dedicar-se à tradução de Homero. É dispensável abordar o caráter pedagógico de *Ilíada* e *Odisseia.* O poeta grego foi o principal objeto de debate durante a querela entre antigos e modernos que tratamos no primeiro capítulo e não cabe nessa conclusão discorrer a respeito da posição de Homero ou das nuances dele na querela durante os séculos XVII e XVIII na sociedade letrada europeia.

Contudo, acredito ser interessante o apontamento dos elementos que Odorico Mendes estabeleceu nas traduções dos antigos que nos remete à existência de um fio condutor entre elas. Odorico construiu uma obra completa de ensaios sobre tradução, a linguagem, o Brasil e os clássicos. Logo, *Ilíada* e *Odisseia* fazem parte deste conjunto de questões que o maranhense apresenta em seus paratextos. A fim de exemplo, apresentaremos de maneira breve alguns desses elementos que constam tanto na sua tradução do poeta latino, quanto na do poeta grego.

Após seu *Virgílio Brasileiro*, o maranhense mudou-se de Paris para Itália, por julgar ser um lugar sem distrações para o ofício da tradução de *Ilíada* e *Odisseia*. Em carta datada em 12 de novembro de 1861, Odorico diz ao compadre Paulo Barbosa da Silva que viver em Pisa era necessário pela maior disponibilidade de livros sobre Homero e outros instrumentos necessários à tradução, como mapas, desenhos e ensaios sobre as viagens narradas pelo poeta grego:

> Foi coragem minha investir com o grego que sei pouco, na idade avançada em que me acho; mas tudo se vence com o bom querer, e o pouquíssimo grego aprendido em Paris é bastante para, não largando os necessários dicionários, comentadores, ir adiantando o trabalho (MENDES, 1989, p. 80).

Escolheu morar em Pisa também por ser uma cidade “quase morta”, sem amigos e pessoas que poderiam distraí-lo. Odorico Mendes finalizou

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Ilíada em 1861 e *Odisseia* em 1863, mas suas traduções somente foram publicadas *post-mortem*. No prólogo à *Ilíada*, Odorico afirmou que escolheu Homero como próximo projeto por sugestão de sua irmã, Militina Müller. A moça, encantada com o poeta grego depois da leitura da tradução francesa de Madame Dacier, disse ao irmão que, caso não compusesse poesias próprias, que traduzisse a *Ilíada* para o português do Brasil. O maranhense optou pela segunda opção, justificando-se que, aos 60 anos, sua criatividade era insuficiente para compor obra própria, mergulhando, assim, em Homero:

> Quanto a Ilíada, havia eu a desgraça de saber quase nada do grego, pois do pouco aprendido em Coimbra tinha me esquecido a maior parte. Consultei um amigo helenista, e ele sinceramente achou a empresa muito acima das minhas forças. Porém minha irmã insistiu, animou-me a estudar o grego, e eu lancei-me a Homero (MENDES apud YEE, 2010, p. 51).

Ainda no mesmo texto, afirmou que fez uso de comentadores e tradutores de confiança, além de dicionários e amigos helenistas, como Joaquim Caetano da Silva, que lhe ajudava nos ajustes finais. Logo, achou-se apto para estudar o grego e trabalhar na tradução de *Ilíada*, finalizando-a em 15 meses. Odorico ainda discorreu rapidamente sobre a tradução:

> Para bem traduzir-mos em português, cumpre de antemão e com afinco termo-lo estudado, conhecer em grande parte os vocábulos; afim que nos ocorram imediatamente e sem custo. Exemplo que ofereço nesta versão da Ilíada, prova a opinião acima exposta; e com igual método, jamais amestrado pela prática e pela experiência, espero também verter a Odisseia, se a morte não vier atalhar projetos concebidos na minha idade (MENDES apud YEE, 2010, p. 52).

Finaliza o prólogo com uma breve nota a respeito da vida de Homero e sugere ao leitor que consulte Alexander Pope, os eruditos italianos Melchiorre Cesarotti e o Marquês de Fortia d'Urban para caso de maior interesse na vida do poeta grego. As indicações de leitura por Odorico reforçam a ideia já exposta de um ensino constante, que não acaba na leitura dos poemas. Traduzido cinco anos após a tradução de Virgílio, Homero seria responsável por amarrar o projeto do maranhense da emulação dos clássicos para a instrução da sociedade letrada brasileira do século XIX.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

O projeto Odorico Mendes pela Universidade Federal de Campinas reeditou, em 2010, uma versão de *Iliada*, utilizada ao longo desta pesquisa. *Odisseia* foi reeditada pela Editora da Universidade de São Paulo em 1992 e também foi ela a fonte de pesquisa desta dissertação.

Ilíada e *Odisseia* totalizam 345 notas, 200 da primeira obra e 145 da segunda. Tal como na tradução de Virgílio, Odorico disponibilizou espaço para suas reflexões a respeito do enredo de Homero, o processo de tradução, suas referências de apoio, aproximação do mundo homérico com o Brasil e, especialmente, faz uso do espaço para defender Virgílio, a *Eneida* e a sua tradução do poeta latino, como já vimos anteriormente. Veremos de maneira breve algumas notas de Odorico a fim de mapear um sistema de tradução desenvolvido pelo maranhense, destacando as características em comum entre as duas traduções dos poetas latino e grego, respectivamente.

Como na tradução de Virgílio, Odorico se apoiou em referências para a consulta de inquietações suas a respeito da linguagem, da língua grega e da tradução. No trabalho com o poeta grego, o maranhense utilizou especialmente o italiano Vicenzo Monti, tradutor de Homero no início do século XIX. Monti faz parte do argumento de autoridade de Odorico, como é o caso no Canto XII da *Ilíada*: "Quinquene quer dizer cinco anos, e foi adotado por Monti e outros Italianos" (MENDES, 2010, p. 275)[36]. Ou no Canto XXIV, quando afirma a escolha de outro vocábulo como "crudívoro" usando Monti como referência. Explica que a tradução sugerida para o português de "carnívoro" não é adequada ao verso, reproduzindo a palavra do italiano[37].

Odorico também recorre aos clássicos portugueses, como em Virgílio. Em *Odisseia,* no Livro XXIV, justifica um vocábulo: "Dolente, posto que não venha em dicionário, é usado por Francisco Manuel." O maranhense desenvolve a interpolação de versos de autores de sua referência em *Ilíada* e *Odisseia.* Na primeira obra, afirma que quase todos os versos 318 a 324 do Livro XXIV são de Francisco Manuel, dos *Mártires,* com exceção do último, que é de Antônio Ferreira em sua

[36] [255] Quinquene touro ao padre onipotente.
[37] [64] Aos crudívoros peixes leva a morte.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

tradução do poeta *Moscho*, que "elegia em que vem o mesmo pensamento em Homero; e, posto que não seja uma versão literal, adotei a fórmula consagrada no português por um dos sábios que melhor o têm falado" (MENDES, 2010, p. 886)[38].

No Canto XXII de *Ilíada*, interpola algumas referências portuguesas, além de citar sua tradução de Virgílio:

> O primeiro é um verso de Camões num dos seus mais belos sonetos; exprime aqui o original, mas com certo mavioso toque, de que me quis aproveitar. No segundo, uso da palavra *péan*, renovada por Francisco Manuel com muita razão; porque *péan* não é um canto qualquer, mas o canto em honrados deuses. Já na tradução de Virgílio, mostrei que o termo vem nos dois nossos melhores dicionários (MENDES, 2010, p. 903)[39].

Os comentários a respeito da literatura e das línguas portuguesa, grega e latina, na *Ilíada*, Odorico reforça a ideia de concisão quando revela que a língua portuguesa tem adjetivos como "éreo", "êneo" e "aêneo" para substituir a palavra *bronze* da herança da língua latina e é um valioso recurso de linguagem para evitar a repetição (MENDES, 2010, p. 880)[40]. Odorico também demonstra em Homero sua ideia de voltar às suas outras traduções e notas: no Livro V da *Odisseia*, volta à *Ilíada*:

> Opinei, em nota à Ilíada, que eríneos não era em geral figueira brava, mas uma chamada baforeira: aqui opino que phylíe também não é figueira brava em geral, mas aquela que os Latinos dizem oleaster, e nós dizemos azambujeiro ou zambujeiro ou zambujo. (...) quem traduz os antigos deve ser escrupuloso nestas particularidades, que, não sendo sempre essenciais, podem sê-lo algumas vezes (MENDES, 1992, p. 136)[43].

Tal como em *Virgílio Brasileiro*, em Homero, Odorico aproximou o cenário brasileiro do enredo através de suas notas. Em nota ao Canto VII da *Ilíada*, o maranhense discorreu sobre a culinária do sertão do Brasil e a comparou com a dos heróis da *Ilíada*, apreciada pelos europeus. Odorico afirmou que o assado era o prato principal, especialmente no interior do Ceará e do Rio Grande do Sul, bem como entre os heróis homéricos. Além da culinária, o tradutor revelou que as semelhanças também se

[38] [318 – 324] Nem que o décuplo e em dobro me ofertasse / Do que amontoa e cobiçoso espera, / Quanto Orcômeno importa, /quanto a Egípcia Hecantômpila Tebas entesoura, Que, duzentos campões de cada porta Vazando, carros vinte mil despede; Nem que prometa os mares e as areias (MENDES, 2010, p. 335).
[39] [316 – 317] Memória desta vida se consente. O peã entoai, mancebos Dânaos (MENDES, 2010, p. 779).
[40] [413] Raivoso pelo amigo, em brilho aêneo, (MENDES, 2010, p. 177)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

encontravam em critérios como a simplicidade, a hospitalidade, a singeleza e no costume do diálogo antecedente às batalhas: "(...) costume que há também entre os selvagens de toda a América, ainda mais parecidos com os homens de Homero" (MENDES, 2010, p. 885).

No segundo capítulo, abordamos rapidamente a questão da jangada, que Odorico discorreu no Livro V da *Odisseia*. O tradutor comparou as jangadas de Homero com as do Brasil oitocentista. Relatou que as embarcações tinham o mesmo soalho que retratou o poeta grego, em que Odorico daria o nome de *jirau* por ser uma palavra indígena, mas não o fez pela previsão de críticas ao anacronismo do vocábulo. O maranhense contou uma situação em que viveu ao navegar em uma jangada no Ceará:

> Pobre tradutor do poeta, já me vi metido em uma jangada na costa do Ceará, a qual saía ao mar pela primeira vez e tinha uma vela descompassada; virou-se, e tive de perder entre as grossas vagas chapéu, sapatos e meias: foi este um dos grandes perigos em que me tenho achado. A ninfa Ino certamente não me acudiu nem me emprestou a cintura de salvação, como fez a Ulisses; mas outra jangada, maior e melhor, veio em socorro nosso, e levou-me de pés descalços a bordo do brigue português Aurora, que me transportou ao Maranhão (MENDES, 1992, p. 120).

Nas traduções de Homero, Odorico comparou com frequência os "selvagens" da América com os costumes e heróis abordados pelo poeta grego. Em nota ao Canto X da *Ilíada*, afirmou que ambos tinham o costume de adotar o nome dos pais para honrá-los (MENDES, 2010, p. 887). Outra comparação em relação à culinária, Odorico explicou ao leitor sobre os caldeirões de cobre presentes no Canto XXII da *Ilíada*, que eram semelhantes aos caldeirões de ferro presentes nas casas maranhenses que passavam de geração para geração (MENDES, 2010, p. 904).

Em *Odisseia*, Odorico discorreu sobre uma ilha do Livro V, com formato de escudo, e justificou-se com os exemplos das cidades de Santos e do Rio de janeiro: o primeiro com uma ilha denominada Moela, pela forma do estômago da ave e o segundo pelas montanhas que, agregadas, representam a figura de um gigante deitado. Criticou os tradutores que duvidam do formato da ilha homérica (MENDES, 1992, p. 132).

Em nota à *Odisseia*, Odorico aproximou a escravidão na Grécia de Homero com a do Brasil do século XIX:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

> No Maranhão, quando se jantava sem hóspedes, os crioulinhos (meninos escravos nascidos em casa) estavam de roda; e os senhores, sobretudo os outros meninos, repartiam com eles do melhor, para que exclusivamente não comessem do sustento mais grosseiro dos escravos maiores. (...) A escravidão no tempo de Homero, menos dura que em Roma, se assemelhava mais a do nosso Brasil; contudo, na mesma de Roma havia coisas inteiramente conformes as nossas (...) (MENDES, 1992, p. 270).

Em nota ao Livro XVI da *Odisseia*, relatou que nas fazendas brasileiras, os senhores permitiam aos escravos que, em um pequeno terreno, cultivassem para si ou criassem animais, trabalhando nesse espaço uma vez por semana. Declarou que os obstinados conseguiam guardar a quantia necessária para sua alforria e que algo acontecia de semelhante na Grécia (MENDES, 1992, p. 276).

É interessante notar que a tradução de Odorico do poeta grego perpassou o poeta latino: o maranhense latinizou Homero, nomeando o panteão grego com nomes latinos e defendeu Virgílio e Eneias em detrimento da preferência dos intelectuais europeus ao poeta grego. Segundo Haroldo de Campos em *Transcriar a Ilíada* (1992), o maranhense foi pioneiro no sistema de latinizar ou helenizar o português e não na neutralização da diferença entre as línguas, como fizeram os tradutores até então (CAMPOS, 1992, p. 144).

Os exemplos dados brevemente dos paratextos de *Ilíada* e *Odisseia* na conclusão deste trabalho servem apenas para elucidar a respeito da existência de uma idealização pelo maranhense de uma grande obra de instrução pedagógica à sociedade letrada do século XIX no Brasil. Ainda que não tenha sido, a princípio, uma iniciativa sua a tradução dos poemas homéricos, é interessante observar como Odorico inseriu a tradução do poeta grego no seu projeto, sendo possível identificar as mesmas características nas notas de ambas as traduções. Odorico desenvolveu uma estratégia de tradução que envolvia a valorização do Brasil, seus costumes, seu povo e seus nativos; a valorização dos épicos da herança portuguesa; a valorização da *Eneida* e de Virgílio, uma analogia estabelecida por Odorico entre o Imperador Augusto e Dom Pedro II e a nova Roma e o novo Brasil. Ainda, tanto Homero quanto Virgílio foram traduzidos também com o objetivo de inserção dessas traduções em salas de aula,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

tanto para aprendizado das línguas, quanto da literatura. O projeto foi continuado com a tradução de Homero, estabelecendo relações entre as notas, em que a sociedade letrada poderia se formar através do acesso a elas.

Enquanto o primeiro tradutor das obras de Virgílio e Homero de maneira integral para o português do Brasil, Odorico Mendes foi uma figura de destaque no período oitocentista brasileiro. Contudo, a recepção póstuma de suas obras não confere justiça à sua importância, bem como à relevância da chamada *Atenas Brasileira* que fazia parte:

> Odorico teria tentado realizar uma pequena enciclopédia da poesia. Emprenhou- se, pois, numa pedagogia literária, publicada a expensas de sua aposentadoria, ardorosamente elaborada em bibliotecas do Velho Mundo, onde de confinaria seu espírito exausto das lides imperiais, depois de ter sido um protagonista decisório desse período (MEDINA, 1992, p. 22).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

5.
Referências bibliográficas

AGUIAR, M. **Notas do português e Filinto e Odorico**. São Paulo: Simões, 1955.

ALENCAR, J. **Sonhos d'ouro.** São Paulo: Literart, 1962

AMARAL, J. **A glorificação de Odorico Mendes**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1913.

APPEL, M. e GETTEMS, M. (org.). **As formas do épico**. Porto Alegre: Movimento, 1992.

ARAÚJO, C. O que faz de uma obra um clássico? **Revista Poiésis,** v. 11, n. 9, p. 11 – 24, 2007..

ARAÚJO, R. C. A nação pensada por Odorico Mendes no Argos da Lei.
IV Simpósio Nacional Estado e Poder: intelectuais. Maranhão, 2007.

ARAUJO, V. L. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845).** São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

ARENDT, H. O que é autoridade? In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ASSIS, M. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Edições W. M. Jackson, 1937.

BARTHES, R. A retórica antiga. In: COHEN, Jean et al. **Pesquisas de retórica.** Petrópolis: Vozes, 1975.

BERMAN, A. **A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica**. Bauru: EDUSC, 2002.

BERMAN, A. **A tradução e a letra ou o albergue do longínquo**. Rio de Janeiro: 7Letras/PGET, 2007.

BORRALHO, J. H. P. **A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro.** Rio de Janeiro, 2009. 334p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense.

BOWERSOCK, G. The art of the footnote. **The American Scholar,** n. 53, p. 54-63, 1983.

BRAGA, G. H. de A. (org.), **Parnaso Maranhense: coleção de poesias**. Maranhão: Tipografia B. de Mattos, 1861. Disponível em

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/02373100#page/1/mode/1up> Acesso em 07 de março de 2016.

BRANDÃO, J. **Antiga Musa: arqueologia da ficção**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

BRITTO, P. H. **A tradução literária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CABRAL, L. A. M. Nota de Edição. In: **Eneida Brasileira**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

CALVINO, Í. **Por que ler os clássicos**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1993.

CAMPOS, H. Da tradução como criação e como crítica. In: **Metalinguagem e outras metas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CAMPOS, H. **Metalinguagem: ensaios de teoria crítica e literária**. Petrópolis: Vozes, 1970.

CAMPOS, H. Para transcriar a Ilíada. **Revista USP**, n. 12, p. 144 – 161, 1992.

CÂNDIDO, A. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CARNEIRO, T. D. **Contribuições para uma teoria do paratexto do livro traduzido: caso das traduções de obras literárias francesas no Brasil a partir de meados do século XX**. Rio de Janeiro, 2014. 399p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CARVALHO, José Murilo. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, v. 1, n. 1, p. 123 – 152, 1998.

CARVALHO, R. Odorico Mendes, autor do Palmeirim de Inglaterra. **O eixo e a roda**, v. 25, n. 2, p. 201 – 215, 2016.

CARVALHO, R. Uma tradução odoricana de Voltaire frente ao Brasil Império**. Nabuco**, n. 5, 2015.

CASTRO, J. C. **Machado de Assis: por uma poética da emulação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CIDRINI, L. Sentido de nação na trajetória da literatura brasileira. **Cadernos de História**, ano III, 2008.

COCO, P. Traduttore, Traditore: as traduções brasileiras dos romances- folhetins na imprensa carioca do século XIX. In: **Tradução em Revista, uma publicação da área de Estudos da**

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Tradução. Rio de Janeiro: Publit, 2005.

CORRÊA, R. **Atenas brasileira: a cultura maranhense na civilização nacional**. Brasília, DF: Corrêa & Corrêa: Thesaurus, 2001.

COSTA, L. de A. **Antigos e modernos:** a cena literária na França do século XVII. São Paulo: Editora da USP, 2009.

CURTIUS, E. R. **Literatura europeia e idade média latina**. São Paulo: Hucitec, 1957.

DACIER, A. **Introduction a l'Homere: traduit du grec et commenté par Madame Dacier**. J. De Wetstein e Fils, 1776.

DEJEAN, J. **Ancients against moderns: culture wars and the making of a fin de Siècle.** Chicago: University of Chicago Press, 1997.

DELISLE, J; WOODSWORTH, J. **Os Tradutores na história.** São Paulo: Atica, 1998.

DIAS, G. Correspondência Ativa de CORRESPONDÊNCIA ATIVA DE ANTÔNIO GONÇALVES DIAS, 1964. Rio de Janeiro, **Anais da Biblioteca Nacional**, 84. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_084_1964.pdf> Acesso em 01 de fevereiro de 2015.

DUARTE, S. M. In: **Traduções de Voltaire, com introdução e notas de Sebastião Moreira Duarte**. São Luís: AML, 1999.

FILIPE, R. T. A herança dos satíricos: Horácio e Pedro José da Fonseca. **Sátira, paródia e caricatura: da Antiguidade dos nossos dias.** Aveiro, 2003.

GABLER, L. Conservatório Dramático. **Site do Arquivo Nacional**. Disponível em <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=8897> Acesso em 03 de outubro de 2016.

GARRETT, A. **Bosquejo da História da poesia e língua portuguesa**. Paris: Aillaud, Monlon e Cia, 1826. Disponível em <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=3 8033> Acesso em 09 de setembro de 2016.

GENETTE, G. **Paratextos Editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

GRAFTON, A. **As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé**. Campinas: Papirus, 1998.

GRIMAL, P. **Virgílio ou o segundo nascimento de Roma.** São

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Paulo : Martins Fontes, 1992

HOMÈRE. **D'lliade**. Traduite par Mme. Dacier. Avignon: M. V. Seguin, 1872. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k96027091> Acesso em 03 de março de 2015.

HOMERO. **Ilíada**. Tradução e notas de Manuel Odorico Mendes. Porto- Alegre: Pradense, 2014.

HOMERO. **Ilíada.** Tradução Odorico Mendes; prefácio e notas verso a verso Sálvio Nienkötter. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

HOMERO. **Odisseia.** Tradução de Manuel Odorico Mendes; edição de Antônio Medina Rodrigues. São Paulo: EDUSP, 1992.

HOMERO. **Odisseia**. Tradução e notas de Manuel Odorico Mendes. Porto-Alegre: Pradense, 2014.

JORGE, S. **Política movida a paixão: o jornalismo polêmico de Odorico Mendes**. São Luís: UFMA, 2000.

KIDDER, D. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: (Rio de Janeiro e província de São Paulo): compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e de diversas províncias.** São Paulo: Livraria Martins, 1951.

KURY, M. da G. **Dicionário de mitologia grega e romana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

LACERDA, S. **Metamorfoses de Homero: história e antropologia na crítica setecentista da poesia épica**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

LACOMBE, A. J. **Cartas de Manuel Odorico Mendes**. Coleção Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1989.

LEAL, A. H. **Pantheon Maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos**. Tomo 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

LEVINE, J**. The battle of the books**. Cornell: Cornell University Press, 1991.

LIMA, L. C. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

LISBOA, J. F. **Obras de João Francisco Lisboa.** São Luís: Tipografia B. de Mattos, 1864 – 1865. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242775> Acesso em 08 de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

agosto de 2014

MAAS, W. P. **O cânone mínimo: o bildungsroman na história da literatura**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MAFRA, J. J. Sonho, mito e realidade: propósito do sonho profético de Eneias. In: **Ensaios de Literatura e Filologia**, v. 4, p. 9 – 24, 1983.

MAGALHÃES, D. J. G. "Discurso sobre a História da literatura no Brasil".
Revista Nitheroy, v. 1, n. 1, 1836.

MAGALHÃES, D. J. G. **A Confederação dos Tamoios**. Rio de Janeiro: Tipografia Dois de Dezembro, 1856.

MAGALHÃES, D. J. G. Os indígenas do Brasil perante a história. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro***,* Rio de Janeiro, tomo XXIII, 1860.

MALTA, A. "Traduções em prosa da Odisseia de Homero: exemplos e problemas". **Nuntius Antiquus,** n.1, 2014.

MATEUS, S. "A querela dos antigos e dos modernos: um mapeamento de alguns topoi". In: **Cultura: Revista de Histórias e Teoria das Ideias**, v. 29, 2012.

MENDES, M. O. Carta de Odorico Mendes a Gonçalves Dias. **Revista do Brasil**, v. 3, n. 23, 1940.

MENDES, M. O. Eneida Portuguesa de Manoel Odorico Mendes, ou nova tradução da epopeia de Virgílio Públio Maro. **Minerva Braziliense**, v. 1, n. 3. 86 – 89, 1843.

MENDES, M. O. Eneida Portuguesa de Manoel Odorico Mendes, ou nova tradução da epopeia de Virgílio Públio Maro. **Minerva Braziliense**, v. 1, n. 4, 1843.

HOMERO. **Odisseia.** Tradução e notas de Manuel Odorico Mendes. São Paulo: EDUSP, 1992.

MENDES, M. O. **O Argos da Lei**. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749486&pesg> Acesso em 09 de janeiro de 2015.

MENDES, M. O. **Opúsculo acerca do Palmeirim de Inglaterra e do seu autor, no qual se prova haver sido a referida obra composta originalmente em português.** Boston: Harvard Press, 2009. Disponível em <http://bit.ly/2gwX6Fl> Acesso em 08 de agosto de 2015.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

MENDES, M. O. **Traduções de Voltaire, com introdução e notas de Sebastião Moreira Duarte**. São Luís: AML, 1999.

MENDES, M. O. **Virgílio Brasileiro**. Paris: 1858. Disponível em http://bit.ly/2yDKSS0 Acesso em 03 de setembro de 2015.

MOISES, M. **Dicionário de termos literários.** São Paulo: Cultrix, 2004.

MONTI, V. Sobre a dificuldade de bem traduzir. In: **Clássicos da Teoria da Tradução**. Tradução Paulo Schiller. Vol. 3 – Antologia bilíngue - Italiano/Português. Andréia Guerini e Maria Teresa Arrigoni, orgs. Florianópolis: UFSC, Núcleo de Tradução, 2005.

MOREJÓN, J. G. A tradução e o enriquecimento da língua. O **Estado de São Paulo***.* São Paulo, 30 Jun. 1985. Cultura, p. 8.

NETO, A. S. **Formação do leitor e cânone literário: relações entre as orientações curriculares e as práticas docentes**. Santa Catarina, 2008. 115p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade do Extremo Sul Catarinense.

NETO, J. A. O. Apresentação. In: VIRGÍLIO, **Eneida**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Editora 34, 2014.

NETO, S. de A. e S. O estopim de uma querela: Charles Perrault e sua homenagem ao século de Luís XIV. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, n. 23, p. 93 – 108, 2013.

NIENKÖTTER, S. Prefácio. In: HOMERO, **Ilíada**. Tradução e notas de Manuel Odorico Mendes. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

OLIVEIRA, J. Q. Breve nota sobre a poesia de Odorico Mendes. **Remate de Males**, v. 32, n. 2, p. 403 – 430, 2012.

OLIVEIRA, J. Quintão de. Homero Brazileiro: Odorico Mendes traduz a épica clássica. **Nuntius Antiquus**, v. 7, n. 2, p. 7 – 28, 2011.

OMERO. **Iliade.** Tradotta da Vincenzo Monti. Milano: A. Barion, 1931.

PERRAULT, C. **Parallele des anciens et des modernes en ce qui regarde la poesie.** Paris: Coignard, 1688. Disponível em http://bit.ly/2yJd8k7 Aceso em 07 de dezembro de 2016.

PESSANHA, N. Características básicas da epopeia clássica. In: APPEL, Dier Myrna e GOETTEMS, Miriam Barcelos (org.). **As**

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Formas do Épico da Epopéia Sânscrita à Telenovela. Porto-Alegre: Movimento, 1992.

PETRONIO, R. **Odorico Mendes: sócio correspondente, cadeira 17, patrono**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; São Paulo: Imprensa Oficial, 2013.

PIETROLUONGO, M. Imaginários de língua francesa e tradução nos séculos clássicos franceses. **Revista Trama**, v. 5, n. 9, p. 49 – 59, 2009.

PINHEIRO, R. **O Conciliador e o jornalismo maranhense no início do século XIX.** Rio Grande do Sul, 2016. 248p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica.

PIUCCO, N. Anne Dacier, a tradutora francesa dos clássicos gregos e latinos. **Via Litterae**, v. 3, n. 1, p. 111-124, 2011.

POPPI, C. Século XVII na França: Les Belles Infidèles, Racine e o modelo dos clássicos antigos. **Non plus,** n. 3, p. 29 – 43, 2013.

PRADO, D. A. **O drama romântico.** São Paulo: Perspectiva**,** 1996.

RAMALHO, C., SILVA, A. **História da epopeia brasileira: teoria, crítica e percurso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

RANGEL, M. **Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói: os primeiros Românticos e a civilização do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 2011. 316p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura. Pontifícia Universidade Católica.

REBELLO, L. Ars poética de Horácio – o texto original. **Organon**. Porto- Alegre, v. 29, n. 56, p. 259 – 277, 2014.

REIS, D. A relevância da tradução nos oitocentos brasileiro**. III Encontro de História do Império Brasileiro**. Maranhão, 2012.

REIS, D. Impactos da tradução escrita no Brasil do século XIX. **Tradução em Revista,** n. 18, p. 34 – 54, 2015.

REIS, F. S. **Curso de literatura portuguesa e brasileira: fundamentos teóricos e autores brasileiro**s. Maranhão: Tipografia de B. de Mattos, 1868. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242798>
Acesso em 30 de junho de 2014.

RICÚPERO, B. **O Romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830 – 1870**). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, A. M. A Eneida virgiliana entre a vivência e a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

narração. In: VIRGILIO. **Eneida**. Introdução de Antônio Medina Rodrigues. Glossário de nomes próprios e notas de Luiz Alberto Machado Cabral. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

RODRIGUES, A. M. Entrevista com Antônio Medina Rodrigues **Cadernos de Literatura em Tradução**, n. 3, p. 179 – 185, 1999.

RODRIGUES, A. M. Prefácio. In: HOMERO, **Odisseia**. Tradução e notas de Manuel Odorico Mendes. São Paulo: Editora da Edusp, 1992.

RODRIGUES, H. E. Cláudio Manuel da Costa e o caráter da história.
Revista Maracanan, v. 8, n. 8, p. 59 – 82, 2012.

ROMERO, S. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902.

ROSENFELD, A. **O teatro épico**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

SALTARELLI, T. Imitação, emulação, modelos e glosas e paradigmas da mímesis na literatura dos séculos XVI, XVII e XVIII. **Aletria**, v. 19, n. especial, p. 251 – 264, 2009.

SANDMANN, M. Com a mão noturna e diurna: Luís de Camões e outros escritores portugueses nos romances de Machado de Assis da segunda fase. **Letras,** n. 48, p. 57 – 75, 1997.

SANTOS, A. M. B. **Sob a lente do discurso: aspectos do ensino de retórica e poética no Atheneu Sergipense (1874 – 1891).** Sergipe, 2010. 118p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe.

SCHMITT, A. Mímesis em Aristóteles e nos comentários da Poética no Renascimento: da mudança do pensamento sobre a imitação da natureza no começo dos tempos modernos. In: LIMA, Luiz Costa (org.). **Mímesis e a reflexão contemporânea**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

SCHWARCZ, L. A natureza como paisagem: imagem e representação no Segundo Reinado. **Revista USP**, São Paulo, n. 58, p. 6 – 29, 2003.

SILVA, C. **Transferências culturais via Tradução nas Revistas *O Archivo* (1846) e *Revista Americana* (1847-1848).** Paraíba, 2016. 112p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal da Paraíba.

SILVA, D. P. **Apropriação e recusa: Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870**. Rio de Janeiro, 2012. 215p. Tese de Doutorado – Programa de História Social e Cultura. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

SILVA, M. R. A construção da épica de Virgílio e o ideal augustano. **Principia**, n. 29, 2014.

SILVA, T B. de A. **O II cantos das Geórgicas: o significado das digressões na poesia didática.** Rio de Janeiro, 2011. 72p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SNELL-HORNBY, M. **The turns of translation studies: new paradigms or shifting viewpoints?** Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 2006.

SOARES, F. J**. No avesso da forma: apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão.** Pernambuco, 2008. 370p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco.

SOUSA, G. H. **Traduzir o Brasil literário:** paratexto e discurso de acompanhamento. Tubarão, SC: Copiart, 2011.

SOUZA, R. A. **O império da eloquência:** retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

THAMOS, M. Do hexâmetro ao decassílabo – equivalência estilística baseada na materialidade da expressão. **Scientia Traductionis**, n. 10, p. 201 – 213, 2011.

TORRES, M. C. **Traduzir o Brasil literário: paratexto e discurso de acompanhamento**. Tubarão, SC: Copiart, 2011.

TREVIZAM, M. A Eneida portuguesa de João Franco Barreto: tributária de Camões e Virgílio. **Phaos Revista de Estudos Clássicos**, n. 7, 2007.

TURIN, R. Entre ‘antigos’ e ‘selvagens’: notas sobre os usos da comparação no IHGB. **Revista de História,** edição especial, p.131 – 146, 2010.

VASCONCELLOS, P. S. Contribuição à Reapreciação Crítica da Eneida de Odorico Mendes. **Phaos Revista de Estudos Clássicos**, Campinas, 2002.

VASCONCELLOS, P. S. Duas traduções poéticas da Eneida: Barreto Feio e Odorico Mendes. In: **2o. Simpósio de Estudos Clássicos da USP**, 2007.

VASCONCELLOS, P. S. Odorico Mendes and the poetic translation of classics. In: **144ª Reunião Anual da American Philological Association**, 2013, Sestt. 114th APA Annual Meeting -Abstratcts. Seattle, 2013. v. 1.

VASCONCELLOS, P. S. Odorico Mendes. Eneida. São Paulo:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

Editora da UNICAMP, 2005 (resenha). **Letras Clássicas**, v. 07, p. 319 – 323, 2007.

VASCONCELLOS, P. S. Resenha: Homero. 'Ilíada'. Tradução de Odorico Mendes, prefácio e notas verso a verso de Sálvio Nienkötter. **Nuntius Antiquus**, v. 3, p. 1 – 4, 2009.

VASCONCELLOS, P. S. Um Virgílio brasileiro no século XIX. Letras, 89, 2014.

VERÍSSIMO, J. **História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908).** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

VIDAL-NAQUET, P. **O mundo de Homero.** São Paulo: Cia. da Letras, 2002.

VIEIRA, B. Contribuições de Haroldo de Campos para um Programa Tradutório Latino-português. **Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários**, v. 7, p. 80 – 88, 2006.

VIEIRA, B. Filinto Elísio, tradutor de Luciano: estudo introdutório, edição crítica e notas de uma versão da Farsália (I 1-127). **Nuntius Antiquus**, n. 1, p. 76 – 95, 2008.

VIEIRA, B. Recepção de Odorico Mendes: (a)casos de crítica de tradução no século XIX. **Phaos**, n. 10, p. 139 – 154, 2010.

VIRGIL. **L'homme des champs, ou Les Géorgiques françoises**, par Jacques Delille. Paris: 1800.

VIRGÍLIO, **Eneida**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Editora 34, 2014.

VIRGILIO. **Bucólicas**. Tradução e notas de Manuel Odorico Mendes. Campinas: Ateliê Editorial, 2008.

VIRGILIO. **Eneida**. Tradução e notas de Manuel Odorico Mendes. Campinas: Ateliê Editorial, 2005.

VIRGÍLIO. **Eneida**. Tradução e notas de Tassilo Orpheu Spalding. São Paulo: Cultrix, 2010.

VOLOBUEF, K. Friedrich Schiller e Gonçalves Dias. In: **Revista Pandaemonium Germanicum**. n. 9, p. 77 – 90, 2005.

VOLTAIRE. **An ensay of epic poetry.** Disponível em http://bit.ly/2gzDjl2 Acesso em 08 de abril de 2017.

WYLER, L. **Línguas, poetas e bacharéis**: uma crônica da tradução

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA

no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

WYLER, L.; CABRAL, M. A. **A Tradução no Brasil: ofício invisível de incorporar o outro**. 1995.

YEE, R. O processo criativo de Manuel Odorico Mendes através dos manuscritos da tradução da Ilíada. **In-Traduções**, v. 2, n. 2, 2010.

YEE, R. **Odorico Mendes: o manuscrito da Ilíada e diversas facetas da atividade tradutória**. Santa Catarina, 2011. 128p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução. Universidade Federal de Santa Catarina.

YEE, R.; LIMA, R.; SOUZA, R. A Ilíada por Odorico Mendes: prólogo inédito da tradução. **Cadernos de Literatura em Tradução**, v. 11, p. 47 – 60, 2010.

ZELBERMAN, R. Cânone literário e História da Literatura. **Organon**, n. 30/31,Porto Alegre, 2001. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/organon/article/view/29710/18367>. Acesso em 10 de Fev. de 2017.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512173/CA